

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

INÊS DA SILVA MOREIRA

**SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE:
a contribuição do assistente social em programa de aceleração do
crescimento - PAC**

**FRANCA
2013**

INÊS DA SILVA MOREIRA

**SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE:
a contribuição do assistente social em programa de aceleração do
crescimento - PAC**

Tese apresentada a Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosalinda Chedian Pimentel

**FRANCA
2013**

Moreira, Inês da Silva

Serviço social e meio ambiente : a contribuição do assistente Social em Programa de Aceleração do Crescimento - PAC / Inês da Silva Moreira. –Franca : [s.n.], 2013
165 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Prof^a. Dr^a. Rosalinda Chedian Pimentel

1. Serviço social – Prática. 2. Assistentes sociais. 3. Assistência social – Brasil. 4. Infra-estrutura (economia). I. Título.

CDD – 301.31

INÊS DA SILVA MOREIRA

**SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE:
a contribuição do assistente social em programa de aceleração do
crescimento - PAC**

Tese apresentada a Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

Prof^a. Dra. Rosalinda Chedian Pimentel

1^a Examinador:_____

2º Examinador:_____

3º Examinador:_____

4º Examinador:_____

Franca, _____, de _____ de 2013.

Dedico esta Tese ao meu esposo José Luiz, companheiro, amigo querido e meu porto seguro de todas as horas, obrigada pelo carinho, incentivo e apoio. Sempre motivando para eu seguir em frente nessa árdua caminhada do doutorado.

Aos meus amados filhos:

Eduardo, luz brilhante que ilumina todos os dias de minha vida. Obrigada filho pelo amor e confiança.

Gabriel, brisa suave e mansa que acalma nos momentos alegres e tenebrosos.

Obrigada filho pelo amor verdadeiro que você transmite.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Antônia Ana e José Germano, pela alegria e confiança que depositaram na filha.

Aos meus irmãos José Antônio, Paulo, Ana Maria e especialmente Terezinha que, estiveram presentes em minha caminhada, participando de todos os momentos.

Aos familiares pelo estímulo, apoio, e incentivo sempre acreditando no meu potencial.

À cidade de Sumaré/SP, em especial aos profissionais do Projeto Semear do Projeto do Trabalho Técnico Social do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC , que me acolheu carinhosamente, indicando os caminhos a ser percorridos.

Ao Professor Doutor Sandro Tonso pela ideia e incentivo em realizar a pesquisa no Projeto Semear no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC da cidade de Sumaré/SP.

Aos queridos colegas de caminhada no doutorado, especialmente José Alfredo de Pádua Guerra, Roberto Galassi Amaral e Léia Maria Erlich Ruwer.

A todos os amigos que direta e indiretamente me apoiaram neste trabalho.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Franca.

Aos colegas do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Família (GEPEFA) Família, sociedade e Educação (perspectivas e tendências) que muito contribuíram para o meu conhecimento.

Aos funcionários da biblioteca da UNESP/Franca, meu agradecimento pela disponibilidade, atenção e preciosa ajuda.

Agradecimento especial ao saudoso Prof. Dr. Pe. Mário José Filho, pelo aceite do Projeto e incentivo para que ocorresse. Pelo carinhoso apoio no pouco tempo que tive a graça de com ele conviver, período que ficará na saudade, registrado em minha memória e meu coração.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À Professora Doutora Rosalinda Chedian Pimentel, pelo acolhimento de meu projeto; pelo apoio e incentivo para sua continuidade. Minha gratidão e reconhecimento de sua qualidade e competência impar, pela paciência e carinhosa mas firme correção da Tese em vários momentos, até sua finalização.

“Construímos o mundo a partir de laços afetivos. Esses laços tornam as pessoas e as situações preciosas, portadoras de valor. Preocupamo-nos com elas. Tomamos tempo para dedicar-nos a elas. Sentimos responsabilidade pelo laço que cresceu entre nós e os outros. A categoria cuidado recolhe todo esse modo de ser. Mostra como funcionamos enquanto seres humanos. Daí se evidencia que o dado originário não é o *logos*, a razão e as estruturas de compreensão, mas o *pathos*, o sentimento, a capacidade de simpatia e empatia, a dedicação, o cuidado e a comunhão com o diferente.”
Leonardo Boff (Saber Cuidar, 1999, p. 99).

MOREIRA, Inês da Silva. **Serviço social e meio ambiente**: a contribuição do assistente social em programa de aceleração do crescimento – PAC, 2013. 165 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RESUMO

O desvendamento da realidade que permeia os movimentos atuais no mundo global, e naturalmente no Brasil, indica a quebra de paradigmas e de olhares restritos sobre variáveis pétreas na constituição de uma sociedade mais equânime, com padrão de vida digno e ativa participação nos movimentos em busca de seus direitos de sustentabilidade. Também, a expectativa do social volta-se no sentido de ser meritória do empenho de equipes multidisciplinares, onde a interlocução entre os diferentes profissionais seja capaz de privilegiar a sua participação na vida democrática do país e com honradez cidadã. A atuação do profissional de Serviço Social, nas diversas esferas do país, mostra-se fundante quando da formação de equipes voltadas a projetos de cunho sócio-econômico-ambiental. A pergunta formulada e que é a hipótese a ser comprovada da tese é “se o assistente social está contribuindo, de modo diferenciado e positivo, nas ações socioeducativas para a recuperação e preservação ambiental num dos Projetos de Trabalho Técnico Social – PTTS do Abastecimento de Água do PAC- Programa de Aceleração do Crescimento. A pesquisa de tese foi aplicada em Sumaré, no estado de São Paulo, no período de 2008 a 2011 e é emblemático para dar significação à afirmativa, ratificando-a através da fala dos sujeitos entrevistados e que integram um dos projetos de saneamento básico, focado na distribuição d'água tratada à população da periferia daquela cidade. Três eixos teóricos foram trabalhados e vários autores visitados, com o objetivo de mostrar o amplo espectro de atividades potenciais do assistente social, como ator diferencial nas categorias de crescimento e de desenvolvimento, da reificação do sentido de sustentabilidade e do compromisso social nela contido e, das ações de intervenção, em especial as educativas, que aquele profissional tem qualificação de realizar. Em termos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, qualitativa, bibliográfica e documental, de observação participante e foi usada a técnica de entrevista junto aos profissionais vinculados àquele projeto. O envolvimento da comunidade local, que foi assumindo gradativamente seu papel norteada pelos atores do projeto, demonstra que há um longo caminho a ser percorrido, mas que o mesmo existe e começa a ser trilhado.

Palavras-chave: sustentabilidade. desenvolvimento - crescimento. intervenção do assistente social. ações educativas. projeto de trabalho técnico social. programa de aceleração do crescimento

MOREIRA, Inês da Silva. **Serviço social e meio ambiente**: a contribuição do assistente social em programa de aceleração do crescimento – PAC, 2013. 165 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RESUMEN

La lectura de la realidad socio cultural actual, que permea los movimientos sociales del mundo global, y naturalmente en el Brasil, indican claramente el quiebre de paradigmas y observaciones, restringidos a variables en la constitución de una sociedad más ecuánime (justa), con un padrón de vida más digno, y la activa participación de los movimientos en busca de derechos con sustentabilidad. También la expectativa de lo social se vuelve en el sentido de ser meritoria al empeño de los equipos multidisciplinares, donde la interlocución entre los diferentes profesionales sea capaz de privilegiar su participación en la vida democrática del país con honradez ciudadana. La actuación del profesional, el Asistente Social (Servicio Social) en las diferentes instancias del país, se muestra fundante cuando la formación de equipos trabajan en pro de cuño socio-económico-ambiental. La pregunta formulada y que es la hipótesis a ser comprobada de la tesis: Si el asistente social esta contribuyendo de modo diferenciado y positivo en las acciones socio educativas para la recuperación y la preservación ambiental en el Proyecto de Trabajo Técnico Social (PTTS) referido al abastecimiento del Agua del Programa de Aceleración de Crecimiento (PAC). El estudio de la tesis que fue aplicada en la ciudad de Sumaré, en el Estado de São Paulo, durante el periodo de 2008 al 2011 y que es emblemático para dar un significado a la afirmativa, ratificándola a través del dialogo de los sujetos entrevistados y que integran uno de los proyectos de saneamiento básico, enfocado en la distribución de agua tratada a las poblaciones de la periferia de la ciudad referida. Tres ejes teóricos fueron trabajados y varios autores visitados con el objetivo de mostrar el amplio aspecto de las actividades potencializadas del asistente social, como el actor diferenciado en las categorías del crecimiento y desenvolvimiento de la concretización del sentido de la sustentabilidad y compromiso social en ella contenido, y de las acciones de intervención, en especial las educativas que el asistente social tiene cualificación para realizar. En términos metodológicos el estudio y el análisis se caracterizan como exploratorias, cualitativa, bibliográfica, y documental, de la observación activa, y fue usada la técnica de la entrevista, junto a profesionales vinculados al tema. La participación de la comunidad local que asumió gradualmente su papel direccionada por los actores del proyecto, demuestra que hay un buen encaminamiento pero que todavía hay mucho a caminar.

Palabras de referencia: sustentabilidad. desenvolvimiento. crecimiento. intervención del asistente social. acciones educativas, proyecto de trabajo técnico social. programa de aceleración de crecimiento.

MOREIRA, Inês da Silva. **Serviço social e meio ambiente**: a contribuição do assistente social em programa de aceleração do crescimento – PAC, 2013. 165 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

ABSTRACT

The unveiling of reality that permeates the current movements in the global world, and of course in Brazil, indicates the paradigms disrupt and restricted looks on variables entrenchment in the constitution of a more equitable society, with decent living standards and active participation in movements seeking sustainability of their rights. Also, the social expectation back in the sense of being worthy of the efforts of multidisciplinary teams, where the dialogue between different professionals is able to focus their participation in the country's democratic life and honorably citizenship. The role of the Social Service professional in the country's different spheres, shows up founding with teaming formation focused on projects of a socio-economic and environmental basis. The question asked and which is the thesis hypothesis to be proven is "if the Social Worker is contributing, in a differently and positive way, in social and educational activities for the restoration and preservation of the environment in the Social Technical Work Project (PTTS in portuguese) - Water Supply from PAC (Growth Acceleration Program). The thesis research was applied in Sumaré in the state of São Paulo, in the period 2008-2011 and is emblematic to give meaning to the statement, confirming it through interviewed subject's speech that comprise one of the sanitation projects, focused on distribution of treated water to the population of the outskirts of the city. Three theoretical axis were used and several authors were visited, in order to show the wide spectrum of potential activities of the social worker, as an differential actor in the categories of growth and development, the reification of the sustainability meaning and social commitment in it and, of intervention actions, especially educational, which the professional is qualified to perform. In terms of methodology, the research is characterized as exploratory, qualitative, bibliographical and documental, participant observation and were used interview technique with the professionals linked to that project. The involvement of the local community, which was gradually assuming its role guided by the project stakeholders, demonstrates that there is a long way to go, but that it exists and begins to tread.

Keywords: sustainability. development and growth. social worker intervention. educational actions. social technical work project. growth acceleration program

LISTA DE FIGURAS

Foto 1 - Estação de Tratamento de Água (ETA II).....	75
Foto 2 - Mapa da Cidade de Sumaré-SP	76
Foto 3 - Viveiro de mudas no Horto Florestal – jovens do CRAS	77
Foto 4 - Recuperação dos jardins - Centro de Educação Ambiental Horto Florestal (CEA).....	78
Foto 5 - Coletivo Educador de Sumaré/SP	79
Foto 6 - Equipe Técnica do Projeto Semear (PTTS) PAC com os bolsistas do projeto	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Pobreza no mundo	34
Quadro 2- Desenvolvimento Humano Sustentável do PNUD	35

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Identificação dos sujeitos da pesquisa	94
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APM	Área de Preservação de Mananciais
APP	Área de Preservação Permanente
CadUnico	Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal
CEA	Centro de Educação Ambiental
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COEDUCA	Coletivo dos Educadores de Campinas
COTS	Caderno de Orientação Técnica Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CURA	Comunidade Urbana de Reurbanização Acelerada
DAE	Departamento de Água e Esgotos
DHS	Desenvolvimento Humano Sustentável
GEPEFA	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MAM	Museu de Arte Moderna
MNCR	Movimento Nacional dos catadores de Recicláveis
OGs	Organizações Governamentais
OGU	Orçamento Geral da União
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POLI-SP	Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
PPP	Parceria Público Privada
PPP	Projeto Político Pedagógico
PTTS	Projeto do Trabalho Técnico Social
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RMC	Região Metropolitana de Campinas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
 CAPÍTULO 1 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO, SUSTENTABILIDADE E O COMPROMISSO SOCIAL, AÇÕES EDUCATIVAS E SERVIÇO SOCIAL.....	 31
1.1 Diferenciação entre Desenvolvimento e Crescimento	33
1.2 Sustentabilidade e o Compromisso Social	41
1.2.1 As Contribuições da Rio+20 para o Desenvolvimento Sustentável	51
1.3 Ações Educativas e Serviço Social	54
 CAPÍTULO 2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA	 66
 CAPÍTULO 3 ESTUDO DE CASO: Projeto de Trabalho Técnico Social em Sumaré - SP na área de Abastecimento de Água.....	 74
3.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	79
3.2 Apresentação do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) Sumaré/SP ..	85
 CAPÍTULO 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA: desvendando a realidade.....	 92
4.1 Perfil dos Sujeitos	94
4.2 Falas dos Sujeitos	96
4.3 Síntese da Pesquisa.....	117
 CONCLUSÃO	 119
REFERÊNCIAS.....	135
 APÊNDICES	
APÊNDICE A Formulário de entrevista com os sujeitos no Projeto de Trabalho Técnico Social da cidade de Sumaré/SP, executado pela sociedade Humana Despertar Projeto Semear II.....	152

APÊNDICE B Resumo do Relatório Anual de acompanhamento do Projeto do Trabalho Técnico Social, Semear II, no Programa de Aceleração do Crescimento. De janeiro a dezembro de 2009	153
---	------------

APÊNDICE C Resumo do Relatório Anual de acompanhamento do Projeto do Trabalho Técnico Social, Projeto Semear II, no Programa de Aceleração do Crescimento. De janeiro a dezembro de 2011 ..	155
--	------------

ANEXOS

ANEXO A Resumo do Relatório Anual de Acompanhamento do Projeto do Trabalho Técnico Social, Projeto Semear II, no Programa de Aceleração do Crescimento de Janeiro a Dezembro De 2010.....	158
--	------------

ANEXO B Lei Ambiental n. 9.795 de 27 de Abril de 1999	160
--	------------

ANEXO C Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	164
---	------------

INTRODUÇÃO

Todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (BRASIL, 2002, p.136).

O atual modelo de crescimento econômico gerou desequilíbrio nas diversas esferas em nível global. Vivencia-se o processo de debate entre os políticos e a comunidade científica, objetivando alternativas de desenvolvimento. Percebe-se cada vez mais como insustentável considerar somente a dimensão econômica como a hegemônica do processo, uma vez que a mesma apresenta como reflexos:

[...] maior concentração de riqueza, aumento da pobreza, degradação do meio ambiente, utiliza forma predatória de recursos naturais, premia a dimensão material da vida fortalecendo o individualismo e alimentando a visão de curto prazo. Cria, no limite, um cenário favorável para que cada cidadão não se preocupe com as futuras gerações (AMARAL; COSAC, 2009, p. 88-89).

O Crescimento Econômico ocorre quando há evolução positiva da Renda Nacional ao longo do tempo, gerando aumento de Riqueza.

Experimentaram-se diferentes fases de crescimento no Brasil nos últimos séculos. Até meados do século XX basicamente a economia calcava-se na exportação de produtos primários, em especial minérios e alimentos em geral, e na importação de produtos industrializados e de capital. O país era dependente do mercado externo para suprir as necessidades básicas domésticas.

Iniciou-se o movimento de industrialização no período de 1930 a 1945 e foi acelerado após a Segunda Guerra, deslocando o eixo do crescimento econômico (atividade de monocultura) para o da diversificação de produtos com mais elevado grau de valor agregado.

Foram mais de cinquenta anos para redesenhar-se o novo modelo de crescimento do Brasil, fundamentando-se, até os anos de 1990, na diversificação e ampliação das cadeias de transformação industrial.

Dessa forma, foi preciso reestruturar o Estado, remontar padrões de financiamento, acumular força política para conter conflitos de interesses e criar alianças para viabilizar pactos setoriais, visando a garantir a retomada de crescimento.

Sobre tais movimentos é importante recorrer-se à Escola Cepalina ou Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da América Latina, mediante a coordenação de ações econômicas para o crescimento e promoção do desenvolvimento, além de reforçar as relações dos países da região entre si e com os demais países do mundo.

Na visão de João Manuel Cardoso de Mello, a Escola Cepalina advoga para demonstrar que o melhor caminho a ser trilhado pela América Latina é o da industrialização. Sem essa alteração de importância, o desenvolvimento da Região não aconteceria no ritmo necessário. Para um país industrializar-se, há necessidade de uma ruptura com a estagnação, provocada pela política voltada para a produção e exportação de bens primários, ou da monocultura que marcou o Brasil no final do século XIX e até meados do século XX.

Ao buscar a industrialização, além da necessária melhora da qualidade da mão de obra, há aumento considerável do valor agregado do bem final, e o desenvolvimento poderá vir a ocorrer. A industrialização provoca certo grau de independência, na medida em que provoca ruptura com os laços de dependência. Fatores regionais contribuíram para tornar o movimento voltado para a industrialização um fator de quase insucesso, por não levarem em conta a regionalidade. Daí a necessidade de repensá-la, continua João Manuel C. de Mello.

Ter-se-ia inaugurado, de acordo com o paradigma cepalino, nas duas últimas décadas do século XIX, uma nova etapa do processo de desenvolvimento latino-americano com a constituição das economias primário-exportadoras. (MELLO, 1982, p. 29).

O melhor caminho foi buscar industrialização que permitisse exportação do excedente, mas a valores interessantes, bem como aceleração da substituição das importações.

Furtado anuncia nos seus comentários sobre a dominação da América Latina pelos Estados Unidos:

[...] el éxito de una política de desarrollo en América latina dependerá fundamentalmente de la capacidad de quienes la dirijan para movilizar la participación, en diversos grados, de gran parte de la población, y esa tarea solamente podrá ser realizada a partir de los centros políticos nacionales y sobre la base de los valores e ideales de cada nacionalidad. (FURTADO, 1968, p. 53)

Afirma também que a integração econômica latino-americana só se justifica concebida como definição de políticas comuns entre Estados nacionais, e não como um conjunto entre grandes empresas estrangeiras que operam na região com justaposição de interesses. Toda autêntica política de desenvolvimento tira sua força a partir de um conjunto de valores que estão nos ideais da coletividade e nos objetivos que podem servir para o desenvolvimento regional.

Assim, o desenvolvimento econômico alia o crescimento à distribuição mais justa de bens e serviços à população. Através do desenvolvimento Econômico é possível esperar por melhora no terreno social, com distribuição mais igualitária de recursos e investimentos, que atingem as classes menos favorecidas.

Vivem-se tempos de transformações e aceleradas mudanças, não só em relação à ordem econômica, como na esfera cultural, na sociabilidade e na comunicação, construindo um lado que se denomina “identidade global”.

Assim, “[...] o capital financeiro assumiu o comando do processo de acumulação envolvendo a economia e a sociedade, a política e a cultura, marcando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais.” (IAMAMOTO, 2007, p.107).

Somente a sociedade com expressivo grau de homogeneidade social, poderá orientar seus investimentos de forma racional. Sabe-se que numa economia globalizada essa discrepância entre mercado e interesse social tende a agravar-se. O Brasil é marcado por desigualdade social elevada.

Como dizia Karl Marx (1968, p. 71): “[...] na lógica do capital, não há crescimento sem a exploração da natureza, do trabalhador e também não há aumento do capital sem aumento da pobreza e da vulnerabilidade social.”

A natureza fornece os meios de produção, mas o produto não pertence ao trabalhador e sim à propriedade privada, resultado do trabalho exteriorizado da relação externa do trabalhador com a natureza.

Já Maria da Conceição Tavares, em uma série de ensaios lançados em 1993, tratava da resistência da economia brasileira, a despeito das inúmeras alterações de planos econômicos e das taxas inflacionárias. Em parte, creditava a capacidade do país em permanecer ativo ao fato de ter dinamizado seu desenvolvimento industrial desde os idos de 1950, o que ajudou a distanciar-se de uma economia dependente com uma só vertente. O processo contínuo de

industrialização passou a dividir a dependência brasileira de exportação, antes centrada em minérios e alimentos.

Diz Maria da Conceição Tavares e Fiori (1993, p. 107) que:

[...] as políticas públicas deveriam visar um aumento da competitividade global da economia que, nas atuais circunstâncias e diante do desenvolvimento da economia mundial, teriam de adaptar-se a um novo paradigma industrial e tecnológico que está baseado cada vez mais na melhora apreciável dos recursos humanos, tanto em termos educacionais como de qualidade de vida.

As alterações devem ser cada vez mais profundas, de modo a provocar melhora considerável da qualidade de vida da população, em conjunto com maior compromisso dos empresários, em geral.

Nos anos de 1990, voltam a prevalecer as ideias Neoliberais, que privilegiam decisões privadas, reduzindo o papel do Estado. Foi uma década de endividamento externo, voltado para pagamento de dívidas contraídas por imposições de política econômica, que privilegiavam os interesses dos agentes externos, desconsiderando potenciais condições internas do país.

Ao longo da primeira década do século XXI, ações visando ao desenvolvimento foram retomadas, bem como dada continuidade ao combate da inflação. Dentre os principais programas merecem destaque o Avança Brasil, na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e um exemplo atual que confirma a proposição de Tavares é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teve início, em 2007. Instituído pelo Presidente da República à época, Luiz Inácio Lula da Silva, determinou que o modelo de desenvolvimento do Brasil se realizasse de forma integrada, passando pelo conceito de sustentabilidade social e ambiental, de acordo com as potencialidades e vulnerabilidade dos recursos disponíveis.

É um programa do governo federal, visando a estimular o crescimento da economia brasileira, através de investimento em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, abastecimento de água e obras sociais, tais como escolas, moradias, hospitais, creches e conjunto de ações em projetos ambientais).

O capital utilizado no PAC vem do orçamento do governo federal. Há ainda capitais de investimentos de empresas estatais (exemplo: PETROBRÁS) e

investimentos privados com estímulos para parcerias com o governo - Parceria Público Privada (PPP) e *joint ventures* entre empresas.

Ao lançar o PAC, o governo federal adotou medidas cujo principal objetivo é favorecer a implementação de múltiplos projetos. Entre essas medidas, cita-se a desoneração tributária para alguns setores, medidas na área ambiental para dinamizar o marco regulatório, estímulo ao financiamento e crédito, projetos de longo prazo na área fiscal e de infraestrutura.

Diante desse cenário para a implementação eficiente destas ações demandadas pelo PAC, está implícita a presença de diversos segmentos da sociedade e profissionais públicos e privados no desenvolvimento das ações, de forma a minimizar os problemas urbanos e ambientais das cidades.

Isso culminou num conjunto de projetos que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), composto por múltiplos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) e que emergiram e têm suas ações e atividades iniciadas, após a assinatura do Termo de Compromisso ou Contrato com a Caixa Econômica Federal.

Os Projetos do Trabalho Técnico Social ocorrem juntamente com os projetos de intervenção física, ou seja, no levantamento socioeconômico da população, observando os aspectos culturais da população atendida, que deverão ser quantitativo e qualitativo na realização do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

A cidade onde está implantado o Programa deve ter em seus quadros responsáveis Técnicos Sociais, para coordenação e acompanhamento do projeto, com necessária formação em Serviço Social, Psicologia ou Sociologia, e experiência comprovada na área de desenvolvimento comunitário. A liberação de recursos para pagamento do Trabalho Social está condicionada à execução de suas metas, devidamente atestadas pela Caixa Econômica Federal.

A assinatura e o registro profissional desse responsável técnico deverá constar no projeto, ficando o mesmo responsável também pelo encaminhamento dos relatórios mensais à Caixa Econômica Federal, acompanhados de parecer técnico, das faturas mensais de aplicação dos recursos do Trabalho Social, e pela procedência das despesas e validade dos documentos comprobatórios, sendo ainda responsável pela supervisão ou coordenação dos trabalhos terceirizados, quando houver. “A participação da comunidade é entendida como processo de

construção de cidadania e direito do cidadão conforme diretrizes gerais” de acordo com o (BRASIL, 2007a, p. 4).

A sociedade civil é quem dá sentido, controla e delibera com o governo nas mais diferentes esferas (federal, estadual e municipal), atendendo as necessidades da sociedade, visto que são objetivos da Constituição da República Federativa do Brasil:

Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1989, Artigo III, p. 3)

Os projetos visam consolidar e sustentar os resultados de transformações física, social e cultural executados pelo PAC nas áreas de intervenção propostas, integrando diversos serviços e ações nas comunidades atendidas pelo projeto.

O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) vem garantir condições para o exercício da participação comunitária, promover atividades para elevação da qualidade de vida das famílias, fomentar e valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos, fortalecer vínculos familiares e comunitários, viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e promover a gestão participativa, com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento.

Na área ambiental os trabalhos socioeducativos nos entornos são feitos através de campanhas educativas, oficinas de multiplicadores (coletivo educador) para recuperação da mata ciliar e das nascentes, palestras sobre resíduos sólidos, projeto para a redução do lixo, reciclagem e coleta seletiva.

Há envolvimento e formação de redes como Organizações Não Governamentais, Organizações Governamentais, Redes de Ensino, Empresas Privadas que fomentem ações de responsabilidade social e pesquisas voltadas para cidadania e sustentabilidade, como *players* no PAC/PTTS.

Um exemplo a ser mencionado de Projeto de Trabalho Técnico Social é o de Sumaré no Estado de São Paulo na área de Abastecimento de Água, razão

analítica da presente Tese, aprovado em 2008, para a execução das obras em três anos e três meses, passível de prorrogação.

Pode-se destacar a participação do Serviço Social, enquanto profissão, com caráter sócio-político, crítico e interventivo, que através do instrumental científico e multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais utiliza instrumentais para intervir na questão social, nos antagonismos entre a produção assalariada e os meios de produção do capital.

O Assistente Social tem como responsabilidade dentre outras, executar trabalhos no sentido de ampliar a responsabilidade ambiental e ecológica da sociedade através de uma educação sustentável, ou seja, educação ambiental junto à comunidade local.

É uma profissão comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, democrática que luta pela garantia dos direitos humanos e universais, fundamentada na Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão.

É uma das poucas profissões que trabalha com projetos profissionais coletivos e com compromissos em várias práticas sociais, como: Saúde, Educação, Previdência, Habitação, Lazer, Assistência Social, Justiça que podem ser sintetizadas na palavra sustentabilidade.

O Serviço Social e suas ações educativas se concentram na responsabilidade que todo profissional tem para com os problemas atuais, seja de exclusão social ou de natureza ecológica, ou em outras instâncias. Passa a exigir novas intervenções, que considerem uma sociedade sustentável, ou seja:

[...] aquela que em todos os aspectos da vida cívica e pessoal sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável e todas as instituições públicas, em todos os níveis de governos, trabalhem para avançar esse tipo de sociedade. (UNESCO, 2005, p. 49)

Desta forma, destaca-se a importância do seu papel inserido nas mais diversas áreas, executando projetos e programas sócio-ambientais, prestando serviços sociais de forma efetiva. Por meio de sua intervenção, o profissional de Serviço Social constrói relações entre homens no cotidiano da vida social por meio de ações globais e de cunho sócio-educativo, dialogando com outras categorias para construir e desenvolver conhecimento.

Sabe-se que o assistente social tem facilidade para transitar nesse espaço plural, transdisciplinar, complexo e contraditório, podendo dialogar com

todas as áreas que trabalham com a educação ambiental de forma crítica e reflexiva. É um profissional que acumula experiência para trabalhar com todas as camadas, inclusive com as menos favorecidas ou excluídas da sociedade.

A intenção maior é a de compreender, através do contato com a comunidade, o que dificulta ação mais ágil de recuperação e preservação da área.

Segundo Philippi e Pelicioni, (2005, p. 3):

A educação ambiental exige um conhecimento aprofundado de filosofia, da teoria e história da educação, de seus objetivos e princípios, já que nada mais é do que a educação aplicada às questões do meio ambiente. Sua base conceitual é fundamentalmente a Educação e complementarmente as Ciências Ambientais, a História, as Ciências Sociais, a Economia, a Física, as Ciências da Saúde, entre outras. As causas socioeconômicas, políticas e culturais geradoras dos problemas ambientais só serão identificadas com a contribuição dessas ciências. No entanto, a educação ambiental não pode ser confundida com elas. Assim, a educação ambiental não é ecologia, mas utilizará os conhecimentos ecológicos sempre que for preciso.

A realização do projeto social é fundamental para o desenvolvimento de ações de educação ambiental nestas regiões, propiciando a valorização do meio ambiente, possibilitando que indivíduos e grupos se preparem para a compreensão e posicionamento sobre a realidade socioambiental, com o objetivo de serem cidadãos atuantes na transformação dessa realidade em benefício de todos.

Qualquer mudança somente é possível desde que se conheça a realidade que se pretende mudar. Por essa razão, há necessidade de atuação multidisciplinar focando o problema, buscando conhecer e entender a realidade, para posteriormente agir na busca por conscientização da comunidade.

Há que se registrar que avanços aconteceram, mas não na velocidade desejada.

Os projetos de urbanização de assentamentos precários inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contemplam ações, obras e serviços visando proporcionar a superação das condições de precariedade dos assentamentos escolhidos incorporando-os à cidade formal, com abordagem das questões urbana, habitacional, fundiária, social e ambiental. (BRASIL, 2010, p.13).

A tarefa de cuidar do meio ambiente não é só do poder público, e sim dever de cada cidadão existente no planeta, para que haja realmente a mudança de paradigma, de forma a promover alteração efetiva nos valores que virão ter.

A crise dos fatores ambientais que se enfrenta hoje não é apenas resultado de fatores físicos, mas também de fatores educacionais, intelectuais, culturais, morais e éticos de longa data.

Não existe uma saída fácil para o problema ético da educação ambiental. Muito menos uma saída unilateral ou unidirecional. Mas existem caminhos capazes de apontar perspectivas para pensarmos a dimensão ética da educação ambiental. É justamente sobre a busca de um horizonte, no qual possamos vir a formular alternativas capazes de superar o limiar epistemológico na busca da dimensão da educação ambiental. (GRÜN, 1996, p.101)

Ao buscar a unidade das ações desenvolvidas, procurando fortalecer em cada pessoa a consciência ecológica, redundará na melhora das condições para todos de forma mais visível. É imprescindível que a comunidade participe ativamente das ações. A conduta dos moradores no dia a dia e os hábitos que cada família possui, certamente criarão atitudes e costumes voltados à educação ambiental.

Sem dúvida, haverá dificuldades, já que não há consciência de unidade. Mas, se houver condições de incutir aos poucos em cada morador a idéia de que são indivíduos, e assim formam uma comunidade, os resultados positivos tenderão a se apresentar.

Talvez seja o maior desafio a se propor, já que há interesse em verificar o nível de conhecimento e de compromisso das pessoas para com o meio ambiente. “A educação ambiental vai formar e preparar cidadãos para a reflexão crítica e para uma ação social corretiva ou transformadora do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos.” (PHILIPPI; PELICIONI, 2005 p. 3).

Daí a importância da dimensão educadora como transformadora de uma realidade social, papel desempenhado por profissionais junto à população como prática interventiva, na preservação junto à comunidade local.

Quaisquer que sejam os projetos, a interação com a comunidade será parte fundamental. Assim é que se torna necessário dispor-se analisar, junto aos Assistentes Sociais que compõem os grupos, quais ações conseguiram programar, bem como as dificuldades que encontraram e se dispuseram a transpor.

Mais uma vez, vê-se demonstrada a importância da presença do Assistente Social. Sua possibilidade de ação se fortalece substancialmente com a

necessária presença nos projetos do PAC. Alia sua experiência no trato com as pessoas à necessidade do projeto, permitindo melhor interação de todos os envolvidos.

Não se pretende esgotar a temática sobre o assunto, ao responder ao objeto dessa pesquisa. Espera-se demonstrar que a atuação do Assistente Social em Projetos de Trabalho Técnico Social, na dimensão do Programa de Aceleração de Crescimento PAC, na cidade de Sumaré, contribuiu para uma educação transformadora do comportamento das pessoas.

A problematização do projeto de pesquisa foi saber se: **O Assistente Social está contribuindo, de modo diferenciado e positivo, nas ações socioeducativas para a recuperação e preservação ambiental no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Abastecimento de Água no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na cidade de Sumaré/SP?**

Nessa perspectiva levantaram-se os objetivos da pesquisa:

O objetivo geral é “**examinar a contribuição do Assistente Social no Projeto de Trabalho Técnico Social em Abastecimento de Água dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) executada pela Sociedade Humana Despertar Projeto Semear II na cidade de Sumaré/SP**”.

Já os objetivos específicos são:

- **Compreender as categorias Desenvolvimento e Crescimento Econômico e seu emprego no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);**
- **Apresentar a importância do Serviço Social e de suas ações educativas considerando sua missão e integração nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sobre sustentabilidade;**
- **Demonstrar a importância da Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável através das práticas do Assistente Social;**
- **Avaliar as contribuições do Trabalho do Técnico Social frente às intervenções que estão sendo realizadas no Projeto Sumaré/SP em Abastecimento de Água no período de 2008 a 2011.**

A realização deste estudo contou com etapas pré-iniciais: a participação na época da elaboração do Projeto de pesquisa se deu através de uma disciplina cursada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2010, ministrada pelo então Prof. Dr. Sandro Tonso, que apresentou a Coordenadora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Abastecimento de Água Sumaré/SP, Sra.

Sueli de Siqueira Ferraz, com formação acadêmica em Psicologia, abrindo espaço para que se pudesse realizar a pesquisa no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS).

O Projeto Final da Pesquisa foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), junto à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais na UNESP – Campus de Franca/SP, aprovado em novembro de 2011.

É uma pesquisa construída com a intencionalidade de unir a teoria e prática, num universo de análise das relações entre os sujeitos que atuam, com os programas sócios educativos executados junto à população nas áreas degradadas, realizando ações de sensibilização e preservação, como forma de proteger os moradores da contaminação das doenças típicas por falta de saneamento básico, e assim preservando também a área ambiental existente na cidade de Sumaré, localizada na região Metropolitana de Campinas, Estado de São Paulo, distante da capital cerca de 100 km, com uma população de 241.437 habitantes. (IBGE, 2010).

A presente pesquisa foi realizada no intervalo de 2008 a 2011, onde se estudou a ação profissional que os Assistentes Sociais desenvolveram junto aos Projetos de Trabalho Técnico Social de Abastecimento de Água na cidade de Sumaré/SP, executada pela Sociedade Humana Despertar Projeto Semear II.

Tal estudo levou a compreender o trabalho dos profissionais que atuam e atuaram no Programa de Aceleração do Crescimento – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por meio do Projeto de Trabalho Técnico Social em Abastecimento de Água em relação à realidade vivida.

Implicou também em se refletir sobre questões do Projeto Social, buscando através da pesquisa verificar se a população tem se beneficiado sob os pontos de vista econômico e social, e se houve melhoria nas condições de vida no entorno depois do projeto social.

Outra inquietação se concentra em analisar se as propostas do projeto social estimularam a população a aderir a práticas de sustentabilidade, através da educação socioambiental, assim como se o trabalho do Assistente Social foi fundamental na composição dos projetos voltados para o meio ambiente.

Foi um marco significativo, pois a partir de então, a observação dessa realidade passou a fazer parte de todo o universo de reflexões, para entender como o Trabalho Social na urbanização de assentamentos precários nos entornos se efetiva, de modo a viabilizar o exercício da participação cidadã dos moradores, para

a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante o trabalho educativo na educação sanitária e ambiental, facilitando seu acesso ao trabalho e a melhoria da renda familiar.

Diante dessas reflexões é que se intitulou a pesquisa como **“Serviço Social e Meio Ambiente: a contribuição do Assistente Social em Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)”**.

A tese está ordenada em quatro capítulos.

Logo na primeira fase, da condução dos estudos para subsidiar a pesquisa empírica e alcançar os objetivos propostos, construiu-se estrutura teórica (**primeiro capítulo**), buscando através de marcos, compreender “Desenvolvimento e Crescimento; Sustentabilidade e o Compromisso Social, Ações Educativas e Serviço Social”.

Nesse capítulo realizou-se discussão sobre a diferenciação de “Crescimento e Desenvolvimento Econômico”. Hoje se fala em Desenvolvimento Sustentável quando se insere a questão ambiental a essa categoria teórica.

Discutem-se ainda questões de sustentabilidade, que foram sintetizados por Sequinel (2002, p.108), como:

- (1) Sustentabilidade Ecológica;
- (2) Sustentabilidade Ambiental;
- (3) Sustentabilidade Social;
- (4) Sustentabilidade Política;
- (5) Sustentabilidade Econômica;
- (6) Sustentabilidade Demográfica;
- (7) Sustentabilidade Cultural;
- (8) Sustentabilidade Institucional, e;
- (9) Sustentabilidade Espacial.

Na Agenda 21, o documento não deixa dúvidas de que os governos têm a responsabilidade de facilitar processos de construção das agendas 21 nacionais e locais. Essa agenda dependerá da mobilização de todos os segmentos da sociedade, sendo a democracia participativa a via política para a mudança esperada.

Discutiu-se, ainda, a importância do que é o Serviço Social e de que modo suas ações educativas podem colaborar, para minimizar atuais, seja de exclusão social ou de natureza ecológica.

No **segundo capítulo** tratou-se do arcabouço da Metodologia, pois o método é o caminho a ser trilhado pelo pesquisador, entendido como um conjunto de etapas que são realizadas de forma sistematizada, na busca dos resultados para conhecer a realidade e desenvolver procedimentos, com vistas a subsidiar o tema proposto. Foi realizada a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo.

Ainda em termos de procedimento metodológico, a autora teve a oportunidade de ser observadora participante junto às entidades que trabalham com os projetos do PAC, estando presente, como ouvinte, nas eventuais reuniões que ocorreram, podendo acompanhar de perto suas deliberações e atividades durante o período da pesquisa.

No **terceiro capítulo** partiu-se de estudo de caso intitulado: Estudo de Caso: Projeto de Trabalho Técnico Social, trazendo elementos como a Lei que aprova o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), focado no Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Urbanização de Assentamentos Precários e nas características da área de intervenção, através do Roteiro Técnico para a formulação de projetos sociais.

No **quarto** capítulo é apresentada a realização da pesquisa de campo, ou seja, a tabulação dos dados, transcrição dos depoimentos coletados na pesquisa e sua análise, através de momentos de reflexão que permitiram construir o capítulo referente a análise e interpretação dos dados da pesquisa.

Conclui-se que qualquer mudança somente é possível desde que se conheça a realidade que se pretende mudar. Por esta razão, há necessidade de atuação multidisciplinar focando o problema, buscando conhecer e entender a realidade, para posteriormente agir na busca pela conscientização da comunidade.

Há que se registrar que avanços aconteceram, mas não na velocidade desejada.

Espera-se com essa pesquisa contribuir para o crescimento não só do profissional de Serviço Social, mas de todos os atores sociais envolvidos numa nova forma de pensar sobre o meio em que se vive.

**CAPÍTULO 1 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO, SUSTENTABILIDADE E O
COMPROMISSO SOCIAL, AÇÕES EDUCATIVAS E SERVIÇO
SOCIAL**

O crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente. Neste caso desenvolvimento econômico deve ser acompanhado pela consecução de outros objetivos políticos: pelo desenvolvimento social, ou por uma distribuição de renda menos desigual e, portanto mais justa. (FURTADO, 2004, p. 484).

Nesse capítulo discute-se a influência do desenvolvimento (econômico, social e humano) e do crescimento na sociedade brasileira. O pensar em novo caminho de desenvolvimento, que assegure melhoria das condições de vida da população e da preservação do meio ambiente.

Faz remeter-se a pensar em um modelo de crescimento e desenvolvimento sustentável, que subentende distribuição de renda, geração de empregos e fortalecimento da democracia, onde Estado e políticas sociais exerçam papéis fundamentais.

Não se esquecendo, todavia, que o conceito de desenvolvimento sustentável abrange além dos três pilares (*triple bottom line*) – econômico, social e ambiental, outros, como a cultura, a Política, e em consequência a democracia. Esses pilares tornar-se-ão efetivos quando houver harmonia entre natureza, homem e trabalho, com desenvolvimento inclusivo, democrático e soberano.

Amartya Sen (2000, p.18), diz que a qualidade de vida é o que a pessoa valoriza para sua vida e desenvolvimento. Requer a remoção das fontes de privação da liberdade que afligem os membros da sociedade: “[...] a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome.” Não sugere que exista um modo de desenvolvimento único, incita-se que as discussões políticas sejam conduzidas para fazer parte do processo de participação democrática, e assim caracterizando o desenvolvimento como um todo.

Verifica-se que a importância da participação da sociedade só se dá por meio de Educação sócio ambiental, possibilitando pessoas a conviverem com valores e princípios, obter conhecimentos, novas formas de pensar e ser, para estabelecer uma relação de ética e compromisso com o ser humano e o ambiente.

Percebe-se, portanto, que para a realização do projeto social é fundamental o desenvolvimento de ações de educação ambiental, com a presença de um profissional de Serviço Social.

1.1 Diferenciação entre Desenvolvimento e Crescimento

O desenvolvimento é um fenômeno complexo, que historicamente resulta de transformações estruturais que, por sua vez, são consequência de movimentos cumulativos de recursos técnicos, materiais e humanos de uma sociedade.

Embora dependa do crescimento econômico, segundo Oliveira (1996, p. 108):

[...] o desenvolvimento não pode ser considerado simplesmente como sinônimo daquela categoria, avaliado como processo de expansão quantitativa do Produto e da Renda e sim, como transformação qualitativa na/da sociedade.

O mesmo autor enfatiza que:

[...] o desenvolvimento deve ser analisado de forma interdisciplinar, considerando os aspectos sociais, políticos e culturais; e compreendendo o engajamento humano na busca da equidade e justiça social. Isso significa buscar o engajamento de todos os atores sociais na materialização de uma nova forma de desenvolvimento que assegure a permanência e a continuidade das conquistas e avanços na qualidade de vida e na estrutura econômica atual; e, que evite ou minimize as agressões às condições ambientais que tendem a provocar, no futuro, o estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e comprometimento da qualidade de vida da população (1996, p. 108).

Dessa forma, acontece desenvolvimento quando inclui o econômico, o social, o político e o ambiental de modo harmônico e justo.

[...] e para que as coisas aconteçam, é preciso que sejam economicamente viáveis. A viabilidade econômica é uma condição necessária, porém certamente não suficiente para o desenvolvimento. O econômico não é um objetivo em si, é apenas o instrumental com o qual avançar a caminho do desenvolvimento incluyente e sustentável. (SACHS; NASCIMENTO; VIANA, 2007, p. 23)

Furtado deixa claro que o Brasil continua parceiro de todos os países, mas com ideia de preservação da identidade nacional. O Brasil tem população que garante seu crescimento, através do consumo via crédito e microcrédito e, que cada país distribui a Renda gerada conforme programas de Políticas Públicas específicas. Assim:

[...] só haverá desenvolvimento, que não deve ser confundido com crescimento econômico, quando houver um projeto social subjacente (FURTADO, 1968, p. 37) e que o mesmo deve ser revestido de um [...] processo de mudança social e elevação da qualidade das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a *eficiência econômicas, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social* aliado a uma necessária noção de solidariedade para com as gerações. (BUARQUE, 1994, p.17).

Certamente o crescimento econômico é condição imprescindível para qualquer tipo de desenvolvimento que se trate, seja o social, o político e o sustentável.

O escritor Fritjof Capra (1982, p. 204) comentava que:

Uma das características predominantes das economias de hoje, tanto a capitalista quanto a comunista, é a obsessão com o crescimento. [...] Definir riqueza dentro de um contexto ecológico significará transcender suas atuais conotações de acumulação material e conferir-lhe o sentido mais amplo de enriquecimento humano.

Um exemplo a que se recorre é o conjunto de metas para o milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), no qual está incluído o combate à fome e à miséria, em função da pobreza que assola o planeta.

De acordo com Instituto Mundo e Missão, usando os dados de 2000 aponta-se sobre a pobreza em várias partes do mundo como:

Quadro 1- Pobreza no mundo

POBREZA (DADOS DA ONU – 2000) em milhões de pessoas							
Região	Recebem menos de um dólar por dia	População total desnutrida (98-00)	Crianças em idade escolar fora da escola	Jovens sem o Ensino Fundamental	Menores de 15 anos mortos por ano	Pessoas sem água potável	Pessoas sem assistência médica
• África sul-saariana	323	185	44	23	5	273	299
• Estados Árabes	8	34	7	4	1	42	51
• Ásia Oriental e Pacífico	261	212	14	7	1	453	1004
• Ásia Meridional	432	312	32	21	4	225	944
• América Latina e Caribe	56	53	2	1	-1	72	121
• Europa Central, Oriental e CEI	21	33	3	1	-1	29	-
• MUNDO	1.101	829	102	57	11	1094	2419

Fonte: PNUD

Fonte: PIME (2004, p. 19).

O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, disse que “[...] o fim da pobreza proporciona também mais oportunidades de Educação, Trabalho e o Controle de doenças”. (CAMILO, 2012).

Vale destacar que nos anos de 1980, Fiori (1993, p. 12) afirma:

O Banco Mundial, a ONU e outros organismos internacionais começam a se convencer que os planos de estabilização, precisam vir acompanhados de reformas estruturais que permitam a retomada do crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais.

Tal constatação levou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) propor um novo conceito para desenvolvimento, o de Desenvolvimento Humano Sustentável (DHS).

O Desenvolvimento Humano Sustentável está em criar um ambiente para que a sociedade tenha como objetivo principal uma vida saudável, melhores condições de Segurança, Educação, Lazer e principalmente liberdade política e cultural.

O que o programa pretende é transformar crescimento econômico em bem estar para toda a população do mundo. Este é o grande desafio, principalmente para países em desenvolvimento, que têm desigualdade social significativa.

Quadro 2- Desenvolvimento Humano Sustentável do PNUD

PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL
Desenvolvimento <u>das</u> pessoas , por meio da ampliação das capacidades, oportunidades, potencialidades criativas e direitos de escolha individuais.
Desenvolvimento <u>para</u> as pessoas , levando a que a riqueza produzida por uma nação seja apropriada equitativamente por cada um de seus membros.
Desenvolvimento <u>pelos</u> pessoas , através da participação ativa dos indivíduos e das comunidades na definição do processo de desenvolvimento do qual são, ao mesmo tempo, sujeitos e beneficiários.

Fonte: PNUD (2013a).

De acordo com o PNUD (divulgado em 16 de outubro de 1997), o Desenvolvimento Humano Sustentável enfatiza que a pobreza no mundo piorou nos últimos 50 anos, fato que, em 1947 a quantidade de pobres era 400 milhões e, em 1997 este número cresceu para 1,3 bilhões de pobres (PNUD, 2013a).

No relatório do PNUD diz que “[...] para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de uma sociedade, utiliza o Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH)”, criado pelo professor Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, em 1998.

Parte-se do pressuposto que:

[...] para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características como as sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, 2013a).

Também o Relatório da Unesco (2005, p. 28-29):

[...] propõe como medidas para o desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do PNUD, ‘que procura considerar as numerosas dimensões do bem-estar humano, já que a atenção concentrar-se-ia assim sobre os fins para os quais o desenvolvimento deve servir, em vez de fazê-lo apenas sobre os meios, por exemplo, para o aumento da produção’.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede apenas o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação.

Para o autor Amartya Sen, em relatório do PNUD (2013b), diz que:

[...] o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da ‘felicidade’ das pessoas, nem indica ‘o melhor lugar no mundo para se viver. Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate’

Para que haja desenvolvimento humano, as alterações devem ser, cada vez mais, profundas de modo a provocar melhoria considerável na qualidade de vida da população, em conjunto com maior compromisso dos empresários, em geral.

Sen (2000, p. 27) ainda reforça que:

[...] o desenvolvimento econômico implica na expansão da capacidade humana, no aumento da liberdade, para que o Índice de Desenvolvimento Humano reflita uma distribuição de renda menos desigual e uma maior liberdade política.

O autor atribui duas razões para o conceito de desenvolvimento e a importância da liberdade individual das pessoas:

Primeiro:

[...] o êxito de uma sociedade deve ser avaliado pelas liberdades substantivas que seus membros desfrutam e que favorece a oportunidade da pessoa ter resultados valiosos normativos; Segundo, 'a liberdade é um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social, já que melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo' (SEN, 2000, p. 32-33).

Liberdade como elemento necessário para expandir a capacidade das pessoas em participar das decisões políticas e civis de seu país.

A maioria das pessoas sofre privações quando é recusada a liberdade básica de sobrevivência, que são a privação de alimentos, de nutrição adequada, de saneamento básico, de água potável, de educação, de emprego rentável, de segurança econômica e social e de liberdade política e de direitos cívicos.

O Desenvolvimento contempla aspectos como o nível de vida, bem-estar, qualidade de vida da população em geral, medindo o grau de satisfação das necessidades básicas de uma população. Isso nunca se realizaria para Furtado (1974, p. 75):

[...] a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável'. De acordo com a sua posição as economias periféricas nunca serão desenvolvidas, passando a ideia do desenvolvimento econômico como um 'Mito'.

Voltando para o pensamento de Amartya Sen (2000, p. 17):

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social.

O autor menciona que as liberdades dependem de outros determinantes como exemplo, os serviços de Saúde, Educação, os direitos civis como liberdade de participar de discussões públicas. As pessoas precisam ser vistas como ativamente envolvidas e não apenas como beneficiárias passivas de programas de desenvolvimento.

Pode relacionar-se com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo

apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. (SEN, 2000, p. 18).

Já para Singer, o desenvolvimento resulta do acúmulo de experiências de desenvolvimento de políticas, instituições econômicas e sociais em determinado momento histórico, assim:

O modelo de desenvolvimento centralmente planejado, praticado do início dos 1930 até o final dos 1980, se mostrou incompatível com a democracia e contrário ao desenvolvimento de novas forças produtivas, mesmo quando promovia os avanços científicos que as tornavam possíveis. É no atual momento consenso quase completo que o desenvolvimento exige a descentralização das decisões, tanto de produção como de consumo. Isso significa promover a liberdade de iniciativa na produção, distribuição e consumo de indivíduos, famílias, associações bem como de capitais de todas as dimensões, unificados em empreendimentos. (SINGER, 2004, p. 3).

O termo Crescimento Econômico exprime a riqueza produzida num país, resultante da produção de bens e serviços, não havendo preocupação com a forma e na distribuição da renda produzida para a população. O crescimento tem como indicadores o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB).

O processo de crescimento na visão de autores clássicos, a exemplo de Marx, parte da observação da sociedade através das relações materiais de produção, e essa sociedade deve ser analisada através da Economia Política.

Chegou-se à conclusão que “[...] a produção dos meios de subsistência do homem é um fato social” (FURTADO, 1968 p. 14), do qual decorrem as relações de produção determinadas; relações que correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Segundo Furtado (1968, p. 15):

Cedo ele compreendeu o alcance que apresentava para a análise das relações de produção no regime capitalista a teoria do valor-trabalho dos economistas clássicos. Estes haviam utilizados como instrumento para formulação de uma teoria elementar dos preços. Marx vê nela algo muito mais importante: o fundamento pra sua doutrina da mais-valia que, em última instância, é a ‘anatomia’ da luta de classes no regime capitalista.

Ao se referir ao crescimento econômico a ideia de desenvolvimento para Furtado (1968, p. 116) é um *Mito*:

Em um país como o Brasil, basta concentrar a renda (aumentar o consumo supérfluo em termos relativos) para elevar a taxa de crescimento PIB. Isto porque, dado o baixo nível médio de renda, somente uma minoria tem acesso aos bens duráveis de consumo e são as indústrias de bens duráveis as que mais se beneficiam de economias de escala.

Para ele, países periféricos contrastam com um progresso que não é a do tamanho da economia. Assim: “[...] os países dependentes serão sempre subdesenvolvidos, toda a economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência.” (FURTADO, 1968, p. 87).

O crescimento é um fator importante para o desenvolvimento, mas segundo Veiga (2008, p. 56):

[...] no crescimento a mudança é quantitativa e no desenvolvimento a mudança é qualitativa, estão intimamente ligados, mas não é a mesma coisa. A expansão econômica chega a ser mais intrigante que o desenvolvimento.

Nos anos de 1990 prevaleceram as ideias Neoliberais que privilegiavam decisões privadas, reduzindo o papel do Estado. Foi também uma década marcada por debates sobre o desenvolvimento sustentável, com fortes discussões na Eco 92¹ no Rio de Janeiro, onde nações do mundo inteiro preocupavam-se com os impasses do crescimento e a qualidade de vida do homem e do planeta.

No Brasil foi uma década de ênfase sobre o endividamento externo, voltado para pagamento de dívidas contraídas anteriormente, por imposição de políticas econômicas que privilegiavam os interesses dos agentes externos, desconsiderando potenciais condições internas do país.

O desenvolvimento deve ser visto a partir do atendimento mínimo das necessidades básicas da população, que necessita fazer parte das tomadas de decisão nas esferas públicas e através de uma educação condizente.

¹ Eco 92 representou uma inflexão na história da humanidade, com a redefinição do direcionamento do desenvolvimento humano. Novos caminhos, em busca de um novo equilíbrio, que envolva uma situação de desenvolvimento “sustentável”, em bases equitativas para a humanidade. (CORDANI, 1992).

Bresser-Pereira (1986, p. 1), deixa claro que:

O desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade.

A distribuição do crescimento econômico deveria ser regida pelos princípios da igualdade, da justiça social e da necessidade humana, e não apenas por interesses econômicos dominantes.

Estas mudanças não serão alcançadas, sem uma complexa estratégia política, orientada pelos princípios de uma gestão democrática do desenvolvimento sustentável, mobilizadas pelas reformas do Estado e pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil. (LEFF, 2001, p.64)

Outro pensamento do autor indiano Amartya Sen (2000, p.175) é a importância da democracia para desenvolver e fortalecer um sistema democrático, componente essencial do processo de desenvolvimento, que resulta em três aspectos para os direitos políticos e civis básicos:

- 1) Sua importância direta para a vida humana associada a capacidades básicas, (como a capacidade de participação política e social);
- 2) Seu papel instrumental de aumentar o grau que as pessoas são ouvidas quando expressam e defendem suas reivindicações de atenção política (como as reivindicações de necessidades econômicas);
- 3) Seu papel construtivo na conceituação de 'necessidades' (como a compreensão das 'necessidades econômicas' em um contexto social.

Assim, se faz necessário uma economia social em favor de todos e da melhoria da qualidade de vida da população. Percebe-se que nas últimas décadas o mundo passou por grandes mudanças, devido ao crescimento desordenado das cidades.

A urbanização acelerada e desordenada (ou melhor, ordenada pelo capital especulativo imobiliário), caracterizada pela concentração de grandes contingentes populacionais e atividades econômicas em áreas relativamente pequenas, e um modelo de desenvolvimento econômico abusivo, explorador de mão de obra e predatório dos recursos naturais, é que tem colaborado para a rápida degradação das cidades.

Há como exemplo as enchentes urbanas, causadas, por exemplo, pela impermeabilização das vias e terrenos, uma consequência do enriquecimento e de uma inerente ideia de progresso, gerando problemas que atingem, primeiro e mais fortemente, as populações excluídas do acesso a terrenos habitáveis para suas moradias, e assim prejudicando aqueles que se ressentem das desigualdades socioeconômicas. A sustentabilidade é uma alternativa para o modelo de desenvolvimento hegemônico.

A sustentabilidade, como desafio de mudança dentro de um modelo de desenvolvimento econômico, que ainda tem dificuldades de incluir o social, o ambiental e a Educação pode ser utilizada como meio de favorecer a correta participação social, por meio de atividades de caráter socioeducativo, resultando em melhoria na qualidade de vida da população nos entornos. Se não houver desenvolvimento não há crescimento tanto no econômico como no social. O crescimento necessita ser pulverizado para todas as áreas e só assim alterará os impactos na área social, ambiental e econômica.

No próximo item discute-se a importância da sustentabilidade e do compromisso social como um todo. Recorre-se também à Rio+20, onde aconteceram discussões, visando unir metas de preservação do meio ambiente com as do crescimento econômico, sem agredir o meio ambiente. A economia verde foi tema central, apresentada pela ONU como instrumento para atingir o Desenvolvimento Sustentável e erradicar a pobreza.

1.2 Sustentabilidade e o Compromisso Social

Sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade generacional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão. (BOFF, 1999, p. 137).

Inicia-se buscando os princípios de sustentabilidade, que derivam das bases conceituais do eco desenvolvimento (1973), formulado por Ignacy Sachs que são:

- a) a satisfação das necessidades básicas da população;
- b) a solidariedade com as gerações futuras;
- c) a participação da população envolvida;
- d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente;

- e) a elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas;
- f) os programas da educação.

Aquele autor deixa claro que o conceito de desenvolvimento sustentável, muitas vezes é utilizado apenas para expressar a sustentabilidade ambiental pela via econômica. Mas, existem outras dimensões a serem consideradas, tais como: a social, a cultural, a política, a territorial e a ecológica.

As propostas elaboradas pelas conferências subsequentes, organizadas pela Organização das Nações Unidas, fortificadas pela Agenda 21 da Rio-92, culminam em princípios interdependentes de sustentabilidade, a serem considerados como sistemas articulados nas relações Estado-sociedade e nos critérios de eficiência das relações sociais e dos indivíduos com a natureza. Estes critérios foram sintetizados por Sequinel (2002, p. 108) e Sachs (2007, p. 85-88), como:

(1) Sustentabilidade Ecológica: faz referência à base física do processo de crescimento, com o objetivo de manter estoques de capital natural incorporados às atividades produtivas, preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis, limitar o uso dos recursos não renováveis;

(2) Sustentabilidade Ambiental: trata da manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas e a consequente capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas frente às interferências antrópicas, respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;

(3) Sustentabilidade Social: aborda o desenvolvimento com base na melhoria da qualidade de vida da população com distribuição de renda justa, alcance de patamar razoável de homogeneidade social, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;

(4) Sustentabilidade Política (nacional): implica no processo de construção da cidadania, e visa incorporar os indivíduos ao processo de desenvolvimento, democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parcerias com todos os empreendedores;

(5) Sustentabilidade Política (internacional): eficácia do sistema de preservação de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;

(6) Sustentabilidade Econômica: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrados, segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e refere-se à gestão eficiente dos recursos e à regularidade de fluxos do investimento público e privado;

(7) Sustentabilidade Demográfica: baseia-se nos limites da capacidade de suporte de determinado território e de sua base de recursos, cenários e tendências;

(8) Sustentabilidade Cultural: trata da capacidade de manter a diversidade de culturas, valores e práticas do território, mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas), autoconfiança combinada com abertura para o mundo;

(9) Sustentabilidade Institucional: diz respeito à criação e fortalecimento de engenharias institucionais que considerem os critérios de sustentabilidade; e,

(10) Sustentabilidade Territorial: configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais, estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

Na Agenda 21², o documento não deixa dúvidas de que os governos têm a responsabilidade de facilitar processos de construção das agendas 21 nacionais e locais. Essa agenda dependerá da mobilização de todos os segmentos da sociedade, sendo a democracia participativa a via política para a mudança esperada.

E, a Agenda 21 brasileira teve como eixo central a sustentabilidade compatibilizando com a conservação ambiental, o crescimento econômico e a

² A agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes regiões do planeta, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (BRASIL, 2013).

justiça social, instrumento fundamental para se construir a cidadania e a democracia participativa no país.

A educação da sustentabilidade ocorre no cuidado com o próximo, no respeito ao vizinho, até chegar à relação com a natureza. O estudo de educação ambiental olha as relações existentes, devendo transformá-las para que sejam atitudes sustentáveis.

As alternativas do Desenvolvimento Sustentável almejadas envolvem necessariamente práticas sustentáveis, as quais, por sua vez, encontram inúmeras dificuldades para se desenvolver. Não se concretizam sem a adoção e o investimento de políticas públicas que possam gerar Emprego, Segurança, Educação e Saúde; além de políticas ambientais, voltadas para o desenvolvimento social sustentável.

O crescimento em todos os níveis carece que o seja de modo corretamente sustentável, perfeitamente adequado a permitir o acesso da população, mas reduzindo ao máximo o impacto no meio.

A sustentabilidade tem papel significativo em torno das alternativas do desenvolvimento nos últimos tempos, devido ao impacto do homem sobre o meio ambiente.

Para que se possa entender os problemas das questões ambientais e o contexto em que surgiram e o que vem acontecendo, faz-se necessário relembrar alguns dos fatos ocorridos na preservação ambiental.

Das primeiras manifestações ambientalistas dos anos 1960 até os dias atuais, a questão ambiental ganhou espaço na agenda de discussão das políticas públicas em muitos países, bem como no Brasil.

A partir da década de 1970 o tema da questão ambiental tornou-se marcante no mundo. Muitos movimentos passaram a discutir a degradação ambiental, e conseqüentemente a saúde do Planeta e do próprio homem.

Na Conferência de Founex, em 1971, na Suíça, que preparou a Conferência de Estocolmo, em 1972, foi lançada a proposta do ecodesenvolvimento, adotando o princípio do desenvolvimento equilibrado, baseado nas potencialidades de cada ecossistema como posições equidistantes das intransigências, tanto do ecologismo, como do economicismo.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez, com o nome de ecodesenvolvimento, no início da década de 1970. Foi uma resposta à polarização, exacerbada pela publicação do relatório do Clube de Roma, que opunha partidário de duas visões sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente: de um lado, aqueles, genericamente classificados de possibilistas culturais (ou 'tecno-centricos' radicais), para os quais os limites ambientais ao crescimento econômico são mais que relativos diante da capacidade inventiva da humanidade, considerando o processo de crescimento econômico como uma força positiva capaz de eliminar por si só as disparidades sociais, com um custo ecológico tão inevitável quão irrelevante diante dos benefícios obtidos; de outro lado, aqueles outros, deterministas geográficos (ou 'tecno-centricos' radicais), para os quais o meio ambiente apresenta limites absolutos ao crescimento econômico, sendo que a humanidade estaria próxima da catástrofe. Mantidas as taxas observadas de expansão de recursos naturais (esgotamento) e de utilização da capacidade de assimilação do meio (poluição). (LEAL, 1998, p. 78).

A Conferência de Estocolmo reuniu 113 países e mais de 400 organizações não governamentais, para discutir a questão ambiental.

Duas posições opostas marcaram esta Conferência: de um lado aqueles que previam abundância e acreditavam que a preocupação com o meio ambiente era exagerada, inibindo os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização; de outro lado, os 'catastrofistas', pessimistas que anunciavam o apocalipse, caso o crescimento demográfico e econômico não fossem estagnados. Ambas as posições extremadas foram rejeitadas. O paradigma do meio emergiu como alternativa, defendendo um crescimento econômico ainda necessário, mas não a qualquer custo. (SABBAGH, 2011, p. 16).

Essa Conferência foi importante e representativa para a discussão do desenvolvimento dos problemas ambientais existentes no planeta.

Surgiu, após esse encontro, o Relatório *Brundtland* publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e a partir desse relatório passou-se a utilizar a expressão desenvolvimento sustentável (NOSSO FUTURO COMUM, 2012).

Ainda na década de 1980, os setores produtivo e empresarial começaram perceber a escassez dos recursos naturais, e sentiram necessidade de quebrar os paradigmas de então, para adotar um desenvolvimento econômico sustentado e equilibrado. Em todo o planeta ampliou-se a discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo o mesmo utilizado pelos mais diferentes atores.

O termo Desenvolvimento Sustentável foi mencionado pela primeira vez, em 1987, no Relatório elaborado durante a Comissão Mundial de Meio Ambiente e

Desenvolvimento, liderada então pela primeira ministra da Noruega, *Gro-Brundtland*: “É aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades”.

Percebe-se que há conscientização de que não é possível discutir os problemas ambientais em separado do contexto de exclusão, subdesenvolvimento, pobreza e abandono em que vive grande parte da população mundial.

Nos anos de 1990, a partir da Eco 92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), ocorrida no Rio de Janeiro, difundiu-se a discussão a respeito do enfrentamento dessa problemática em nível local, estabelecendo acordo em torno do desenvolvimento sustentável, via intensa mobilização da sociedade civil e do engajamento dos Estados.

É necessário garantir a todos o acesso às benesses do planeta, para que haja um mínimo de sustentabilidade social. Para colocar em prática as estratégias de sustentabilidade social é preciso, segundo Alirol (2001, p. 24):

[...] manter o espírito nos seus princípios gerais: os seres humanos são o centro das preocupações do desenvolvimento social; o desenvolvimento social só pode ser sustentável se a sociedade escolher, ela mesma, seu modelo e estratégia, levando em conta a dinâmica da mudança social que lhe é própria; o desenvolvimento social só pode se manter sustentável se os efeitos de ruptura e desequilíbrio induzidos pela mudança social forem minimizados.

É necessário, igualmente, que as condições de sustentabilidade sejam satisfeitas. Ou seja, responder às aspirações e necessidades essenciais tais como percebidas pelos atores sociais, levando em conta a diversidade social; promover equidade e justiça social; favorecer o processo participativo na tomada de decisão; levar em conta e se apoiar nos recursos humanos individuais e coletivos disponíveis; capacitar os atores sociais de modo a ampliar suas possibilidades de escolha e adaptação ao dinamismo das condições ambientais, econômicas, socioculturais e políticas nos níveis macro e micro (ALIROL, 2001, p.36-37).

Há que se concordar com Leal (1998, p. 21), que emprega a expressão “desenvolvimento sustentável”, como:

O desenvolvimento deve ser sustentável (sustentado) ecologicamente, por um longo período de tempo; deve possibilitar a distribuição de renda e basear-se na participação das comunidades, fornecendo meios de subsistências duradouros que minimizem a destruição dos recursos naturais e a degradação ambiental, sem causar uma desestruturação ambiental.

Hoje, pode-se utilizar a expressão “desenvolvimento sustentado”, que reflete não só o desejo, mas o efetivo emprego da sustentabilidade nas ações que visam ao desenvolvimento. Numa alusão à Estratégia Mundial para Conservação, citando Diegues (1989) e Leal (1998) define-se o desenvolvimento sustentável (sustentado), como:

[...] o processo no qual se possa satisfazer as necessidades presentes e futuras, sem comprometer os limites de capacidade de suporte dos ecossistemas, respeitando a manutenção dos seus processos vitais e sua regeneração em face dos rejeitos provenientes das atividades humanas. (LEAL, 1998, p. 21).

É fundamental ressaltar que a sustentabilidade tem como metas principais preservar os ecossistemas e prolongar a vida no planeta. Surgem para corroborar a ideia, segundo Alirol (2001, p. 23-24) diversos trabalhos, os quais enfocam a conscientização e alguns princípios da sustentabilidade econômica, que são, nas palavras dos autores: a utilização dos recursos e a produção de dejetos não devem ultrapassar os limites a capacidade de absorção dos ecossistemas; as taxas de consumo de recursos renováveis não devem ultrapassar as taxas de reposição; as taxas de utilização dos recursos não-renováveis não devem exceder as taxas de criação de recursos renováveis.

Nesse sentido para Sachs (2007, p.22), o ideário de Desenvolvimento Sustentável ganharia expressão através de um modelo socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado.

Fica claro que, qualquer projeto de gestão ambiental municipal deve, por um lado, fomentar o desenvolvimento econômico sustentável e, por outro, o desenvolvimento sustentável social e ético.

A própria CEPAL suscita o equilíbrio nas dimensões da sociabilidade em relação à sociedade, ao meio ambiente e ao crescimento econômico.

É muito importante esclarecer que o equilíbrio, tal qual se divulga, não existe. O que existe, normalmente são estratégias, políticas, linhas de ação, projetos, que tem um maior ou menor custo ecológico, e que são adotados em função de racionalidades que tem que ver com decisões econômicas, sociais, étnicas, antropológicas, e que em muitas ocasiões, a racionalidade ambiental é marginal ou não está presente. (GLIGO, 2006, p.11).

O PNUMA ressalta a importância da ética na sustentabilidade como eixo norteador da sociabilidade humana. Nesta perspectiva:

[...] o desenvolvimento sustentável não pode significar que as gerações deixem o ambiente exatamente como o encontraram. O que se deve conservar é a possibilidade das gerações futuras gozarem das suas liberdades, poderem fazer escolhas e terem uma vida que possam valorizar. O fundo ético de qualquer sociedade tem, em parte, de ser avaliado com base no modo como trata os seus membros mais vulneráveis [...]. O imperativo moral está ausente de ideias sobre gestão, justiça social e responsabilidade ética. (COPETTI, 2011, p. 64).

A questão da sustentabilidade ambiental está vinculada ao desenvolvimento que diz respeito ao ambiente, a economia e está relacionada ao conjunto dos serviços do ecossistema que são as agências como a CEPAL, PNUD, PNUMA, AGENDA 21, ECO-92 e RIO+20 comprometidas com a questão do meio ambiente.

Desse modo, a união do poder público, das universidades comprometidas com questões sociais e ambientais, bem como a inserção dos separadores e catadores de resíduos sólidos nesse processo, enquanto agentes ambientais, se bem planejada, pode colaborar não só para que se atinja o desenvolvimento econômico sustentado, como também elevar os índices de desenvolvimento social sustentado.

É muito difícil uma ação global dar certo sem que regionalmente não tenha sido aplicada. A facilidade de acesso e de relacionamento, permitida pela quantidade e diversidade de meios de contato, permite a troca de experiências.

Esta diversidade nos permite, cada vez mais, ter à disposição relatos de experimentos na mesma linha da presente Tese. Por esta razão é que se compara a pesquisa ao que ocorre há algum tempo globalmente.

O compromisso social surgiu na junção dos conceitos de Responsabilidade Social com o de Responsabilidade Ambiental. Nunca houve a separação, o homem conseguiu perceber que o ser humano necessita de uma sociedade mais justa e igualitária, assim como um local adequado para se viver. O ser humano necessita viver dignamente em um planeta limpo, saudável e com pessoas vivendo dignamente. Para isso é preciso de uma cultura onde todos sejam responsáveis pela conservação dos recursos naturais.

Existe um consenso na sociedade em reconhecer a gravidade dos problemas ambientais, bem como considerar a educação ambiental como uma das principais formas de superação desses problemas. Entretanto, existe certa dificuldade em perceber que as propostas para as soluções desses problemas não são consensuais.

Guimarães (2000, p. 84) afirma que diferentes visões de mundo geram diferentes projetos, concepções de educação, e conseqüentemente diferentes projetos e concepções de educação ambiental. Para o autor é necessário qualificar as diferentes propostas de educação ambiental, para desvelar a apropriação ideológica dominante de que a educação ambiental é neutra. Está atrelada a decisões políticas e as diferentes filiações pedagógicas que referenciam a educação ambiental e permitem agrupá-las em pelo menos duas grandes concepções. A educação ambiental conservadora ou comportamental, comprometida com a manutenção do atual modelo de sociedade, e a Educação crítica, popular, comprometida com a transformação da sociedade em direção ao equilíbrio socioambiental.

A Educação Ambiental crítica (ou Educação Ambiental popular) aponta para transformações radicais nas relações de produção, nas relações sociais, nas relações homem-natureza, na relação do homem com sua própria subjetividade, num processo de construção coletiva e de uma ética, uma nova cultura, novos conhecimentos. Processos esses assumidos por sujeitos individuais e coletivos. (GUIMARÃES, 2000, p. 84).

Brandão (2005) deixa claro que essa alternativa de trabalho pedagógico é fundada sobre quatro pilares: educação como contínua renovação; educação como geração constante de comunidades aprendentes; educação como um bem para todos, respeitando o direito de acesso e participação; educação como geradora de pessoas críticas e criticamente participantes.

A educação ambiental deve gerar mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como a harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

Através do conceito de que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida, afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que

discutem entre si a relação de interdependência e diversidade. Tudo isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário.

Para Boaventura Santos, a comunidade é o espaço da emancipação, e o desvelamento promovido por Comunidades interpretativas é fundamental para reposicionar a comunidade enquanto força transformadora da sociedade. O desvelamento de práticas solidárias é um indicador do processo de comunidades interpretativas e de aprendizagem.

As comunidades para se tornarem produtoras da emancipação e da solidariedade, requerem a interpretação e aprendizagem coletivas permanentes.

A educação ambiental para a responsabilidade na perspectiva da ética, da alteridade, necessita do diálogo como abertura ao outro. Pode ser encarado como o principal indicador de ações educativas em geral, e voltadas em especial ao meio ambiente.

Na perspectiva dessa proposta a educação faz parte da vida, e como tal deve estar planejada para diferentes espaços e estruturas. Pode ser educadora não só na sala de aula, mas também num viveiro de mudas, numa trilha ecológica rural ou urbana, numa mostra fotográfica ou em qualquer espaço. O meio ambiente são todos os lugares em que o ser humano vive. Podemos pensar no espaço do cotidiano para que instiguem e propiciem afeições, sensações, reflexões e ações condizentes comuns a projetos de sociedades sustentáveis, democráticas e felizes.

Não seria possível falar em cidadania sem promover a participação popular; a implementação de políticas sociais deve ter como elemento fundante a participação comunitária. Políticas públicas eficazes devem ser desenvolvidas a partir do reconhecimento das necessidades básicas da população. O município é o espaço privilegiado de discussão dos interesses e necessidades de seus habitantes.

A participação deve ser um eixo estruturante das práticas de educação ambiental e, considerando o quadro de agravamento cotidiano da crise ambiental, cabe destacar a importância do papel do profissional de Serviço Social inserido nas mais diversas áreas, executando projetos e programas socioambientais, prestando serviços sociais de forma efetiva. Por meio de sua intervenção o Assistente Social passa a ser mediador, construindo relações entre homens no cotidiano da vida social, por meio de ações globais e de cunho socioeducativo.

No item a seguir tratar-se-á do Evento Rio+20. Foram três eventos paralelos ocorridos simultaneamente na cidade do Rio de Janeiro em Junho de

2012. Encontros com chefes de governo, a Cúpula dos Povos com movimentação da sociedade civil organizada, além de atividades paralelas, como palestras, workshops e atrações culturais.

1.2.1 As Contribuições da Rio+20³ para o Desenvolvimento Sustentável

A cidade do Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 13 a 22 de junho de 2012, a então chamada Rio+20, vinte anos depois da Rio-92. A Conferência foi convocada para discutir a Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável, o futuro do planeta bem como a sociedade irá viver em cidades sustentáveis nos próximos 20 anos.

Houve três momentos importantes na Conferência: nos primeiros dias ocorreu a III Reunião do Comitê Preparatório, no qual se reuniram representantes governamentais para negociações dos documentos adotados na Conferência. Entre os dias 16 e 19 de junho ocorreram os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável. Já entre os dias 20 a 22 de junho, aconteceu o segmento de alto nível da conferência, onde participaram diversos Chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas.

Ao final, foi elaborado pelos Chefes de Estado o documento “O Futuro que queremos”, lido publicamente pela presidente Dilma Rousseff. O documento determina que os líderes mundiais definam Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2014 e prega o fortalecimento da área ambiental da ONU.

As grandes potências capitalistas, responsáveis pela poluição e degradação do planeta, tentaram manipular a justa bandeira ambiental, para impor seus interesses mercantis e onerar países em desenvolvimento.

De um lado era o projeto neoliberal defendido pelos países desenvolvidos, e de outro o desenvolvimento sustentável com crescimento econômico, distribuição de renda, geração de empregos e fortalecimento da democracia, onde o Estado e as políticas sociais possuem papéis fundamentais.

Percebe-se que a Rio+20 realizou-se sob a égide da crise mundial do capitalismo, que atingiu principalmente Estados Unidos e União Europeia, ambos preocupados em escapar da crise com a pauta ambiental.

³ Rio+20 é o nome da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro de 13 a 22 de junho de 2012. Participaram líderes dos 193 países que fazem parte da ONU. (SUAPESQUISA, 2013).

Convocada para discutir a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, a ONU, Organização das Nações Unidas, tomou por base o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) intitulado: “Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza.”

O Relatório caracteriza a economia verde como economia que resulta no bem estar do ser humano e na igualdade social, que reduz os riscos ambientais e carências ecológicas, e que a “aplicação inadequada de capital está nos centros dos atuais dilemas do mundo”.

Contudo, a proposta economia verde, aponta para um “novo paradigma econômico no qual a riqueza material não é alcançada à custa de um crescente risco ao meio ambiente, escassez ecológica e disparidades sociais”. Sugere que na economia verde os governos devem adotar o nivelamento de produtos mais verdes e o setor privado deverá “[...] aproveitar a verdadeira oportunidade representada pela transição das economias verdes através de níveis cada vez mais altos de financiamento e investimento.” (ARANTES, 2012, p. 5).

A economia verde proposta pelos países europeus é uma tentativa de saída da crise. O investimento “deverá originar-se do capital privado, porém reforçada por montantes mais modestos do dinheiro público” segundo o Relatório do PNUMA.

A ONU propôs a criação de uma agência ambiental para executar essa política, enquadrando os países em desenvolvimento. O importante para o Brasil é discutir a questão do desenvolvimento sustentável e não a economia verde de mercado. Países em desenvolvimento como o Brasil, a China e demais países em desenvolvimento, tem provado de que o caminho de desenvolvimento que adotaram não só tem tido um crescimento da riqueza, como tirado milhões de pessoas da miséria ou linha da pobreza.

Líderes empresariais, economistas, da sociedade civil, do terceiro setor, educadores, cidadãos, artistas, ONGs, ativistas e personalidades do mundo inteiro aderiram ao chamado da Nova Economia e fizeram centenas de encontros, palestras, workshops que resultaram no maior e melhor evento sobre Sociedade, Economia, Política, Negócios, Educação e Sustentabilidade do mundo.

O governo brasileiro, juntamente com os demais países em desenvolvimento, teve na Rio+20 como objetivo central a discussão do

desenvolvimento sustentável com conquistas sociais e a participação do Estado como novo padrão de desenvolvimento. O ponto de vista brasileiro sobre o tema ficou mais evidente com a afirmação do governo, de que é preciso reforçar a ligação do conceito de economia verde com o desenvolvimento sustentável, de forma a evitar uma leitura do conceito de economia.

A Cúpula dos Povos⁴ teve a intenção de transformar a Rio+20 numa oportunidade para tratar problemas enfrentados pela humanidade, como também de demonstrar a força política dos povos organizados.

As ações da Cúpula foram norteadas por três eixos: o primeiro, reforçar os compromissos políticos em favor do desenvolvimento sustentável; o segundo, expor um resumo dos avanços e dificuldades associados à sua implementação; e o terceiro, analisar as respostas aos novos desafios emergentes das sociedades.

Duas questões, estreitamente ligadas, colocam-se no alvo da cúpula: a primeira é de uma economia verde em prol da sustentabilidade e da erradicação da pobreza; a segunda é a criação de um marco institucional para o desenvolvimento sustentável.

Com a vertente de discussão das causas estruturais das crises e de falsas soluções, o evento tratou os problemas sociais e ambientais chamando atenção para o poder de interferência das corporações e da iniciativa privada nas negociações da Rio+20.

Povos do mundo inteiro constataram que a política de mercado proposta como caminho para solucionar os problemas econômicos e sociais acarretou o que está acontecendo atualmente, crises com graves consequências: recessão econômica, desemprego, fome, agravamento da crise ambiental com a mercantilização dos recursos naturais.

Os países desenvolvidos não cumpriram os acordos de redução das emissões de gases de efeito estufa, além de não asseguraram os recursos financeiros e tecnológicos necessários, para que países em desenvolvimento pudessem ter melhores condições de cumprir seu papel em relação às mudanças climáticas.

⁴ Cúpula dos Povos – Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 que chama as organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares de todo o Brasil e do mundo para participar do processo que culminará na realização, em junho de 2012, do evento autônomo e plural, provisoriamente denominado Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD). (CÚPULA DOS POVOS, 2013).

O que houve foi o contrário, ao imporem o cumprimento da lei de patentes em nível internacional, limitaram a capacidade dos países do mundo de desenvolver novas tecnologias ambientalmente sustentáveis. Isto demonstra que um modelo de desenvolvimento apoiado no mercado, tendo o lucro como princípio fundamental, é incapaz de organizar a vida social em todas as suas dimensões. Ao final do evento resultou no documento da Declaração Final da Cúpula dos Povos na Rio+20, que se encontra nos anexos.

No item a seguir, tratar-se-á o modo como essas ações educativas poderão contribuir para a sustentabilidade, para as causas primárias de problemas como a degradação humana, ambiental e da pobreza, de forma a favorecer vida digna a todas as pessoas do mundo. Consideramos de antemão que a educação ambiental pode gerar mudanças na qualidade de vida, além de melhor conduta pessoal, harmonia entre seres humanos e destes para com outros seres vivos.

1.3 Ações Educativas e Serviço Social

A educação ambiental sugere mudança de hábitos e atitudes de forma espontânea, para que esta mudança possa vir de dentro e ocorrer de fato. Ouvem-se muitos discursos ambientalistas que acabam por chocar as pessoas, com palavras duras e autoritárias, ao invés de as sensibilizarem.

Educação ambiental vai muito além do que conscientizar sobre o lixo, reciclagem e datas comemorativas, atingindo a valorização da vida, estimulando o respeito ao meio em que se vive.

Sabe-se da importância das políticas públicas na educação ambiental, exigindo esforços tanto do Estado como da sociedade civil, para compreensão e transformação da realidade. O Estado cumprindo o papel de estabelecer estratégias e formalizar políticas específicas para integrar todos os setores da sociedade em torno do bem estar comum.

A questão ambiental ganha destaque na agenda política atual, sensibilizando particularmente as camadas sociais. A crise ambiental tem acarretado perdas, sobretudo à economia e às condições de vida das pessoas, e a saúde do povo em países mais pobres, como o Brasil.

Com isso faz-se necessário remeter à Constituição Brasileira de 1988, em que a educação ambiental é incumbência do poder público, que deve promover a conscientização social para defender o meio ambiente.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seus primeiros cinco artigos trazem em seu bojo diversos princípios garantidos em direitos fundamentais do ser humano, como segue:

O art. 1º A República Federativa do Brasil, é formado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político. (BRASIL, 2002, p. 3).

Parágrafo Único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Artigo. 2º, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outras formas de discriminação.

Art. 3º, Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Artigo 4º a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção ; igualdade entre os Estados; defesa da paz, solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político. (BRASIL, 2002, p. 3).

Parágrafo Único, “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

E, em se tratando do meio ambiente:

Capítulo VI artigo 225 da Constituição está escrito que: ‘Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.’ (BRASIL, 2002, p. 136).

No inciso V da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, diz que, “[...] deve controlar a produção, a comercialização o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.” (BRASIL, 2002, p. 137).

Porém, a efetividade e o cumprimento desses dispositivos esbarram na carência de profissionais capacitados, inclusive a do Serviço Social, para desenvolver projetos de pesquisa na intervenção, bem como para preparar a sociedade para a construção de políticas públicas voltadas para a defesa do meio ambiente, além de programas voltados para uma verdadeira educação socioambiental.

Assim, tanto a sociedade civil quanto os órgãos públicos devem ser fortalecidos e incentivados, de forma a legitimar esse processo de descentralização na gerência dos recursos e ações do governo.

Segundo Philipi e Pelicioni (2005, p. 347):

A educação não formal, por sua vez, deve buscar desenvolver a sensibilidade da coletividade para a resolução das questões ambientais, estimular sua organização e participação na construção de políticas públicas saudáveis e na defesa da qualidade do meio ambiente.

Reigota (1998, p. 33) afirma sobre a educação não-formal que:

O desafio de uma cidadania ativa se configura como elemento determinante para constituição e fortalecimento de sujeitos cidadãos que conscientes de seus direitos e deveres, assumam a importância da abertura de novos espaços de participação.

Ao mesmo tempo, a participação da sociedade só se dará por meio de uma educação socioambiental efetiva, possibilitando às pessoas conhecer valores, conhecimentos, novas maneiras de pensar e ser, estabelecer uma relação de ética e compromisso com as causas dos problemas ambientais.

O autor Loureiro (2004, p. 96) diz que:

A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no meio ambiente. Educação ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza.

Assim, para que haja uma mudança no comportamento da sociedade, em relação ao uso dos recursos naturais, de forma a proteger o meio ambiente, é necessário esforçar-se por um exercício de cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, para que assumam a missão de participar da preservação do planeta.

É preciso garantir um desenvolvimento justo e equilibrado, com valorização do trabalho, distribuição de renda, preservação ambiental, política distributiva, taxas de juros mais baixas, política cambial que impeça a desvalorização da moeda. Que o governo estabeleça regras e normas para que bancos e empresas não cresçam de forma indiscriminada, sem critérios.

Dupas (2008, p. 120) cita que:

Buscar o crescimento econômico de forma que subordina completamente a ela a sustentabilidade social e ambiental levou a atual crise ambiental e coloca obstáculos para sua superação, pois dificulta pensar na criação de um novo tipo de equilíbrio entre a atividade econômica que sirva tanto ao bem-estar humano quanto a sustentabilidade.

Caso não se alcance níveis básicos de dignidade, para usufruto dos direitos sociais, econômicos e culturais, e não for compatível com a sustentabilidade e a não realização dessas metas, será apenas uma falha ética, uma ameaça à sustentabilidade do sistema global e visto como injusto, desleal e criador de desigualdades; portanto ilegítimo.

Pensar hoje em educação ambiental é adotar uma educação crítica e transformadora com visão holística na dimensão social, econômica, cultural para entender a questão do ambiental. É necessário construir espaços de reflexões voltadas à questão da sustentabilidade com propostas de educação para cidadania.

Para essa transformação educativa Jacobi (2005, p. 240) diz:

Para que haja essa transformação do potencial educativo, na incorporação dos desafios e princípios de sustentabilidade é necessária uma mudança paradigmática, orientada por mudanças de percepções e de valores, capazes de conduzir a educação das gerações atuais rumo a novas leituras e interpretações da realidade socioambiental. A educação para a cidadania ambiental e para a sustentabilidade solicita que se articule o ambiental com o social com comprometimento ético e político diante dos problemas que se apresentam para se construir a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental. Ações efetivas e comprometidas com as necessárias transformações nas relações entre meio ambiente e sociedade sem o envolvimento de um conjunto de atores do universo educativo, em todos os níveis potencializando o engajamento dos diversos sistemas do conhecimento e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar.

A educação para a cidadania numa perspectiva crítica representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas no sentido de transformar as diversas formas de participação, bem como na ampliação da responsabilidade socioambiental, construindo novas propostas de sociabilidade, baseada na educação para a participação.

Do ponto de vista ético remete a pensar que o ser humano é sujeito e produto de seu agir sobre a natureza. A natureza é sempre um reflexo das relações sociais e das condições de vida que ele próprio estabelece, modifica e constrói. No pensar de Gramsci, “[...] a humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: o indivíduo, a natureza e os outros homens, isto é, as relações sociais que ele estabelece.” (1999, p. 39).

Ainda do ponto de vista ético Franco, (1993, p. 14) afirma que “O homem, o indivíduo, é a base da sociedade, mas a sociedade não é a soma de seres humanos, é, antes, o resultado de relações que se estabelecem no seu agir”.

Vive-se uma sociedade moderna com abundância de bens produzidos, contrastando com a pobreza crescente e a miséria. Aumenta-se a produção de bens e serviços e concorre com o desemprego estrutural.

Morin (1999, p. 138-139) destaca que:

É preciso um paradigma de complexidade, que, ao mesmo tempo, separe e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais. [...]. Portanto, devemos ir do físico ao social e também ao antropológico, porque todo conhecimento depende das condições, possibilidades e limites de nosso entendimento, isto é, de nosso espírito-cérebro de *homo sapiens*. É, portanto, necessário enraizar o conhecimento físico, e igualmente biológico, numa cultura, numa sociedade, numa história, numa humanidade. A partir daí, cria-se a possibilidade de comunicação entre as ciências, e a ciência transdisciplinar é a que poderá desenvolver-se a partir dessas comunicações, dado que o antropológico remete ao biológico, que remete ao físico, que remete ao antropológico.

Vale lembrar que o artigo 23 da Constituição Federativa do Brasil de 1988 afirma que:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: Inciso VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora; X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios. (BRASIL, 2002, p. 28).

Conclui-se que o desenvolvimento de que trata a Constituição Federativa do Brasil de 1988 é voltado para a melhoria das condições de vida das pessoas, com dignidade e liberdade, e não apenas como sinônimo de crescimento econômico.

Não há mais como separar as questões sociais das ecológicas (ou ambientais, segundo cada definição). E a questão social aqui é a questão da desigualização, da hierarquização de pessoas e populações, que passa, assim, a poder explorar coisas e pessoas.

O acesso desigual aos bens naturais é uma das formas de desigualdade social; o consumo e a produção de resíduos geraram e continuam gerando problemas ecológicos que desembocam em graves problemas sociais.

Esse crescimento acelerado do meio urbano fez com que agravassem problemas, principalmente os de saneamento básico. A infraestrutura das cidades e a consciência das pessoas não acompanharam o desenvolvimento econômico, social e urbano.

Ainda, segundo a Constituição Federativa do Brasil de 1988, a educação ambiental é incumbência do poder público, que deve promover a conscientização social para defender o meio ambiente.

Sabe-se que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), ao discutir a questão urbana e a inserção do assistente social neste debate, manifesta-se de forma que:

As condições objetivas das cidades brasileiras expressam os efeitos do modelo de desenvolvimento urbano de caráter neoliberal, perverso e desigual, adotado pelo país nas últimas décadas, caracterizando-se por profundas desigualdades econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais, marcado pelo caráter predatório da industrialização, destruição dos recursos naturais, despejo de diferentes populações de suas terras e moradias de origem, desemprego e baixos salários, trabalho informal, precarização da educação e saúde, pobreza nas áreas urbanas e criminalização dos movimentos sociais. As raízes desse processo estão relacionadas à modernização conservadora e excludente do Brasil, marcada por uma urbanização que combinou um gigantesco processo migratório do campo para as cidades com a expansão das cidades por periferização, com a reprodução da força de trabalho pela via da subsistência e espoliação territorial. (CFESS, 2010).

A questão ambiental e as ações educativas para o Serviço Social passaram a ser consideradas novas demandas para serem enfrentadas no século XXI. Para Santos (2007 p. 57), “[...] o interesse pela questão ambiental vem

ganhando espaço junto à categoria e traz à tona discussões, relatos de experiências ligadas à questão ambiental.”

O surgimento da profissão de Serviço Social deu-se em função da necessidade em responder às questões sociais da época, que eram a pobreza, miséria, exclusão e discriminação, em virtude do sistema político e econômico que não mais respondia às questões.

Com o passar do tempo o Serviço Social assume compromissos de forma democrática e de enfrentamento da pobreza, em lutar pela emancipação do sujeito desprovido de direitos sociais. Diferencia-se enquanto profissional, na busca dos interesses da classe trabalhadora e aos anseios da transformação social. É uma profissão que dispõe atribuições e competências únicas e sua intervenção está no âmbito dos projetos sociais inclusive no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC de forma multidisciplinar, na busca por condições sociais justas nos entornos onde acontece o projeto.

O grande desafio para o Serviço Social hoje é em tentar propor ações educativas e encontrar soluções para o problema ambiental. Contribuir para a instalação de nova consciência na população, mudar o pensamento das pessoas de modo a que se tornem defensores da sustentabilidade a partir da educação. Uma educação preocupada em buscar saídas através da mudança de mentalidade da sociedade, de valores, de sentimento e de sustentabilidade, para as novas gerações.

Segundo Dias (apud RODRIGUES; SANTANA; BERNABÉ, 2007, p. 34):

O assistente social constituiu-se num profissional importante nesse processo, pois é apto a desenvolver o papel de educador popular, bem como desenvolver um trabalho de sensibilização juntos a seus usuários, com objetivo de ‘empoderá-los’ quanto às práticas sustentáveis de Meio Ambiente em sua comunidade, para que exerçam uma análise crítica que resulte numa prática que vise ao desenvolvimento humano, pautada no projeto ético-político da profissão.

O Assistente Social tem como responsabilidade dentre outros, executar ações no sentido de ampliar a responsabilidade ambiental e ecológica da sociedade através de uma educação sustentável, ou seja, da educação ambiental junto à comunidade local.

Por ser uma profissão comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática, que luta pela garantia dos direitos humanos e

universais, fundamentada na Lei n. 8.662/1993 que regulamenta a profissão, o seu compromisso é com a justiça social. O Serviço Social procura atender as demandas das camadas excluídas e marginalizadas da sociedade, estabelecendo vínculos de cidadania, levando-os a pensar a sustentabilidade com justiça social.

A profissão limita-se quando o foco de sustentabilidade apenas permeia as questões ambientais e não estão vinculadas às questões econômicas e sociais.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (1983), o Serviço Social é produto e “reflexo” da realidade social mais abrangente, e, portanto as relações sociais são um forte instrumento de intervenção teórico-política.

Assim, compreende-se que os problemas sociais são permeados por questões estruturais e conjunturais decorrentes da miséria, da desigualdade social produzidas por regimes políticos e econômicos.

É uma das poucas profissões que trabalha com projetos profissionais coletivos e com compromissos em várias práticas sociais, como: Saúde, Educação, Previdência, Habitação, Lazer, Assistência Social, Justiça, meio ambiente, que podem ser sintetizadas na palavra sustentabilidade.

O Serviço Social e suas Ações Educativas concentram-se na responsabilidade que todo profissional tem para com os problemas do nosso tempo, seja de exclusão social ou de natureza ecológica, ou em outras instâncias. Passa a exigir novas intervenções, que considerem uma sociedade sustentável, ou seja:

[...] aquela que em todos os aspectos da vida cívica e pessoal sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável e todas as instituições públicas, em todos os níveis de governos, trabalhem para avançar esse tipo de sociedade. (UNESCO, 2005, p. 49).

Dessa forma, destaca-se a importância do seu papel inserido nas mais diversas áreas, executando projetos e programas socioambientais, prestando serviços sociais de forma efetiva.

Por meio de sua intervenção, o profissional de Serviço Social constrói relações entre homens no cotidiano da vida social por meio de ações globais e de cunho socioeducativo, dialogando com outras categorias para construir e desenvolver saberes.

Sabe-se que o assistente social tem facilidade para transitar neste espaço plural, transdisciplinar, complexo e contraditório, podendo dialogar com

todas as áreas que trabalham com a educação ambiental de forma crítica e reflexiva. É um profissional que acumula experiência para trabalhar com todas as camadas, inclusive com as menos favorecidas ou excluídas da sociedade.

A intenção maior é a de compreender, através do contato com a comunidade, o que dificulta uma ação mais ágil de recuperação e preservação da área degradada.

Também é de extrema importância desempenhar o papel de educador ambiental, pois a necessidade de integrar o social com o ecológico é relevante para garantir um planeta mais saudável.

O Assistente Social, ao desenvolver o papel de educador ambiental, também é capaz de provocar a mediação, proporcionando o diálogo e a reflexão enquanto ação educativa, tanto no campo social como no ambiental.

Suas intervenções são sempre voltadas para o trabalho de conscientização, de educação e de cidadania na sociedade. A cidadania é um interesse comum na consciência e no exercício dos direitos e deveres descritos na legislação do Serviço Social.

São ações que buscam, afinal:

Uma educação para promover um pensamento sistêmico, global, de que as coisas não ocorrem de forma isolada, nem se devem a uma só causa. Uma educação que ajude a tomar consciência da complexidade da questão ambiental não apenas em sua origem, mas em sua resolução. Uma educação que leve nosso pensamento e ação a pensar globalmente e agir localmente, que ajude a refletir sobre a amplitude das repercussões de nosso modo de vida para além do âmbito local em que nos relacionamos (GÓMEZ; AGUADO; PEREZ, 2005, p.34).

Sua reflexão é de uma educação que leva as pessoas a tomar consciência enquanto pessoa humana e a necessidade de assumir a responsabilidade e o compromisso com a preservação do meio ambiente.

Cabe ao profissional de Serviço Social, juntamente com o poder público e a população, potencializar uma articulação com os governos locais para o desenvolvimento de práticas educativas e na preservação do meio ambiente.

Segundo Bourguignon, (2007, p. 52):

O Serviço Social tem uma rica experiência e um conhecimento acumulado sobre as formas de aproximação ao sujeito, além de ser academicamente preparado para isso. A questão que se coloca hoje é que os procedimentos metodológicos de pesquisa preservem a centralidade do sujeito, bem como

que o Assistente Social trabalhe com o conjunto das informações colhidas na realidade, de forma a potencializar em sua intervenção as alternativas que garantam a consolidação dos direitos fundamentais do cidadão.

A relação que o Assistente Social estabelece com o sujeito participante de sua investigação deve sustentar-se no diálogo crítico, para propiciar conhecimentos novos e elevar o nível de consciência desse sujeito.

Educar para a cidadania responsável vai exigir do profissional de Serviço Social uma consciência crítica, reflexiva e criar estratégias para habilitar grupos para uma ação social comprometida em preparar cidadãos para a participação social, contribuição e formulação de políticas voltadas para o bem estar, ou mesmo, para a saúde de nosso planeta e porque não em uma cultura democrática.

Nota-se que a população menos favorecida tem sofrido muito mais os impactos ambientais pela falta de água, energia, alimentação. Assim, a sociedade civil juntamente com os órgãos públicos devem ser fortalecidos e incentivados para legitimar esse processo de descentralização na gerência dos recursos e ações do governo.

Marcatto, (2002, p. 14) enfatiza sobre o assunto, trazendo a seguinte proposta:

[...] que a Educação Ambiental seja um processo de formação dinâmico, permanente e participativo, no qual as pessoas envolvidas passem a ser agentes transformadores, participando ativamente da busca de alternativas para a redução de impactos ambientais e para o controle social do uso dos recursos naturais.

Os inúmeros desafios relativos ao Desenvolvimento Sustentável se apresentam como novas expressões da questão social⁵; e, desta forma, constituem também objeto da profissão do Serviço Social, uma vez que, como novas expressões, um dos caminhos de enfrentamento é a introdução do desenvolvimento sustentável na vida da sociedade contemporânea, promovida por novos hábitos e também novas relações sociais.

Iamamoto (1992, p. 14), define o objeto do Serviço Social nos seguintes termos:

⁵ Questão social, as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983, p.77).

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

O Serviço Social também está presente no arcabouço dessa transformação e na construção de uma consciência nova, a partir da educação social. Como educador ambiental, trabalha com comprometimento na comunidade, podendo fazer da área ambiental um espaço de controle, fiscalização e até de criação de ações que auxiliem no incentivo à preservação do meio ambiente.

A política social analisada à luz das imposições da política econômica reduz os gastos públicos, e com isto o atendimento aos programas sociais fica focado e fragmentado, não atendendo de forma equitativa a milhões de pessoas que vivem em condições subumanas.

A realização do projeto social é fundamental para o desenvolvimento de ações de educação ambiental nestas regiões degradadas, propiciando a valorização do meio ambiente, possibilitando que indivíduos e grupos se preparem para a compreensão e posicionamento sobre a realidade socioambiental, com o objetivo de serem cidadãos atuantes na transformação desta realidade em benefício de todos.

A participação da sociedade, como afirma Zapata (2007, p. 29):

[...] é entendida como o processo de tomar parte nas decisões e de responsabilizar-se por elas. A efetiva participação eleva o ator social à condição de sujeito histórico de mudanças e a comunidade organizada à de protagonista proativa do processo de gestão social.

Ainda a educação com o meio ambiente é uma área relativamente nova para a profissão de Serviço Social, necessitando estudar e aprofundar seus conhecimentos em pesquisas para atuar de forma efetiva no ambiental.

O assistente social poderá intervir utilizando sua função de integrar e coordenar ações na forma de conscientização da população, usando indicadores ambientais como subsídios para tomada de decisões enquanto sociedade

sustentável. Qualquer mudança somente é possível desde que se conheça a realidade que se pretende mudar

Por esta razão a necessidade de uma atuação multidisciplinar focando o problema, buscando conhecer e entender a realidade para, posteriormente, agir na busca por conscientização da comunidade.

Os Projetos de Aceleração do Crescimento respondem, em parte, às possibilidades de estancamento e recuperação de áreas degradadas. Ao mesmo tempo, podem estimular e ser estimuladas outras ações que certamente acontecem atualmente, permitindo vislumbrar um futuro melhor para todos.

As razões expostas oferecem subsídios que permitem acreditar na importância do projeto, que visa demonstrar a efetiva contribuição do Assistente Social do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em geral e, no Projeto de Trabalho Técnico Social em Abastecimento de Água na cidade de Sumaré, em particular. O próximo capítulo auxiliará na compreensão e nos desdobramentos dos aspectos metodológicos que a pesquisa apresenta.

CAPÍTULO 2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A ciência tem como objetivo chegar à veracidade dos fatos. Neste sentido não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade. (GIL, 1994, p.27).

A pesquisa foi realizada sobre o Projeto de Trabalho Técnico Social de Abastecimentos de Água na cidade de Sumaré, executada pela Sociedade Humana Despertar Projeto Semear II, tendo como gestor o Ministério das Cidades e o repasse e controle das aplicações do recurso via Caixa Econômica Federal, tendo como indicadores de resultados do PTTS o propósito de levar a toda a população do entorno, o incentivo à educação e à proteção socioambiental, a melhoria da qualidade de vida das pessoas que lá vivem, envolvendo especialmente crianças, jovens e pessoas de terceira idade na redução do lixo nas ruas e córregos, enfim, o compromisso com desenvolvimento sustentado.

Para a metodologia optou-se pela ação investigativa, exploratória e descritiva, com a finalidade de mostrar a relação existente entre teoria e prática do Assistente Social no Projeto de Trabalho Técnico Social do Programa de Aceleração do Crescimento – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), executado pela Sociedade Humana Despertar Projeto Semear II.

Compreende-se a pesquisa como um processo de produção do conhecimento que auxilia na interpretação da realidade vivida pelos sujeitos da pesquisa. Assim:

[...] a pesquisa vincula o pensamento a ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido em primeiro lugar, um problema da vida prática. No entanto o conhecimento não é, portanto, uma mera expressão de imagens cognitivas, mas é, antes, uma coexistência do sujeito com o objeto numa dada realidade; é o sujeito cognoscente, envolvido com o mundo cognoscível. (MINAYO, 2000, p. 17; BARROS; LEHFELD, 2000, p. 11).

O conhecimento nasce do resultado de uma relação entre o pensamento e a realidade entre o pesquisador e o objeto de estudo. Há uma identidade desse objeto dentro das Ciências Sociais. É ainda qualitativo, intrínseca e extrinsecamente ideológico e tem uma consciência histórica social (MINAYO, 1996).

Para Gatti (2002), pesquisar é exercício sistemático de indagação da realidade observada, buscando conhecimento que ultrapasse nosso entendimento

imediatamente, com um fim determinado e que fundamenta e instrumentaliza o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas, no contexto em que se insere em relação à qualidade de vida do cidadão.

Segundo Lehfeld (1999, p. 39), a pesquisa social trata-se de “[...] uma atividade humana orientada à descrição, compreensão, explicação e transformação da realidade social através de um plano de indagação.”

O método é o caminho a ser trilhado pelo pesquisador, entendido como um conjunto de etapas que serão realizadas de forma sistematizada na busca dos resultados. E, também, para conhecer a realidade, desenvolver procedimentos, com vistas a subsidiar o tema proposto.

Para a pesquisa é importante seguir um método. Segundo Galliano (1986), todas as acepções da palavra “método” registradas nos dicionários estão ligadas à origem grega *methodos* - que significa “caminho para chegar a um fim”.

Na presente pesquisa foi adotado o método indutivo, porque parte-se da questão particularizada para a generalizada, uma vez que os argumentos que se apresentam como verdadeiros e pertinentes para casos isolados, podem sê-los para o geral, pois já foram validados pela ciência.

O projeto de pesquisa utilizou do método estudo de caso que segundo Yin (2001, p. 21): “O estudo de caso é uma investigação empírica que, investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.”

Em sua visão o estudo de caso representa uma investigação empírica que compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e análise de dados, podendo incluir nas abordagens quantitativas e qualitativas.

Ainda na abordagem de Yin (2001, p. 21):

O estudo de caso como ferramenta de investigação científica é utilizado para compreender processos na complexidade social nas quais estes se manifestam: seja em situações problemáticas, para análise dos obstáculos, seja em situações bem sucedidas, para avaliação de modelos exemplares.

Particularmente para o autor, o estudo de caso é útil para explicar relações causais em intervenções ou em situações da vida real, que são complexas

para tratamento por meio de estratégias experimentais ou de levantamento de dados.

Ao aprofundar em seu objeto, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, a qual deverá ser precedida por um planejamento, a partir de conhecimentos advindos do referencial teórico e das características próprias do caso. O estudo de caso é indicado para aumentar a compreensão do fenômeno do que apenas delimitá-lo.

Esses procedimentos fizeram parte do conjunto metodológico para compreender a realidade social, o estudo dos fenômenos sociais, das técnicas e dos métodos para entender a pesquisa.

Na primeira fase da condução dos estudos, para a elaboração do referencial teórico, realizou-se a pesquisa bibliográfica sobre o tema estudado.

Também foram adotados documentos disponíveis de cada setor para ser pesquisado, como por exemplo, a leitura das Atas do período pesquisado, tanto dos Projetos Sociais como nos relatórios existentes que trabalharam com educação socioambiental, conforme recomenda Yin (2001, p. 40-77):

Um projeto de pesquisa que envolva o Método do Estudo de Caso envolve três fases distintas: a. a escolha do referencial teórico sobre o qual se pretende trabalhar (YIN, 1993); a seleção dos casos e o desenvolvimento de protocolos para a coleta de dados; b. a condução do estudo de caso, com a coleta e análise de dados, culminando com o relatório do caso; com a análise dos dados obtidos à luz da teoria selecionada, interpretando os resultados.

A pesquisa foi realizada na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, no período de 2008 a 2011, onde se estudou a ação profissional que os Assistentes Sociais vêm desenvolvendo junto ao Projeto Técnico Social de Abastecimento de Água na cidade de Sumaré/SP, executada pela Sociedade Humana Despertar Projeto Semear II no intervalo de 2008 a 2011.

A problematização do projeto foi saber se: “O assistente social está contribuindo de modo diferenciado e positivo nas ações socioeducativas para a recuperação e preservação ambiental no Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS do Abastecimento de Água no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC na cidade de Sumaré/SP?”

Segundo Barros e Lehfeld (2000, p.15):

[...] a escolha do problema de pesquisa nunca se dá aleatoriamente, ela é sempre influenciada por fatores internos correspondentes ao próprio investigador (curiosidade, imaginação, experiência, filosofia) e por fatores externos, a realidade circundante ou a instituição a que o pesquisador se filia.

A pesquisa tem abordagem qualitativa, por entender-se que esta:

[...] responde a questões muito particulares; ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não é quantificado; ou seja, trabalha com universo de significados, motivos, aspiração que responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1996, p. 22-23).

Tal estudo é exploratório, que segundo Minayo (1996, p.26) compreende várias fases da construção de uma trajetória de investigação, considerando tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos, uma vez que os mesmos devem:

[...] convergir na complementariedade mútua, sem confirmar os processos e questões metodológicas a limites que atribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo, ou os métodos qualitativos ao pensamento interpretativo (fenomenologia, dialética etc. (CHIZZOTTI, 1998, p. 34).

Gil (1999) corrobora a escolha da pesquisa exploratória com a principal finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Na abordagem quali-quantitativa, será utilizada a pesquisa documental e a de campo nos diferentes polos de pesquisa.

A pesquisa de campo teve como instrumento a entrevista, por ser uma das técnicas mais utilizadas nas Ciências Sociais, não apenas para obtenção de dados, mas para responder qualitativamente aos objetivos de pesquisa que, segundo Gil (1994, p. 113):

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. [...] é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Visando atender o objetivo da pesquisa, utilizou-se de técnicas de registros das atividades que foram e ainda são desenvolvidas nos projetos sociais.

Após leitura de inúmeros relatórios e Atas do Trabalho Técnico Social de 2009 e 2011, foi elaborado um resumo pela pesquisadora que encontra-se no apêndice B. Quanto ao relatório de 2010 foi disponibilizado pela administração do Projeto do Trabalho Técnico Social do Projeto Semear que segue informado no anexo 1.

Para garantir a máxima confiabilidade na obtenção dos dados, usou-se gravador nas entrevistas, com conhecimento e autorização prévia dos entrevistados, de modo a facilitar a compreensão e análise das informações, procurando manter a discussão focada no assunto.

Ainda em termos de procedimento metodológico, buscou-se oportunidade de a pesquisadora ser observadora participante, junto às entidades que trabalham com os projetos do PAC, estando presente, como ouvinte, nas eventuais reuniões que ocorreram, acompanhando de perto suas deliberações e atividades durante o período da pesquisa.

Vale ressaltar que se utilizou a pesquisa-ação e que segundo Barbier (2002, p. 14), “[...] não existe pesquisa-ação sem participação”. O autor adverte e esclarece que:

A pesquisa-ação obriga o pesquisador de implicar-se. Ele percebe como está implicado pela estrutura social na qual ele está inserido e pelo jogo de desejos e de interesses de outros. Ele também implica os outros por meio do seu olhar e de sua ação singular no mundo. Ele compreende, então, que as ciências humanas são, essencialmente, ciências de interações entre sujeito e objeto de pesquisa. (BARBIER, 2002, p. 14).

A pesquisa-ação participante ocorreu por meio de vivências com os sujeitos que participam do projeto e sua implementação por meio de diálogos informais, da escuta atenta, dos depoimentos colhidos, discutidos e refletidos ao longo do processo.

Como observadora foi estabelecida relação com os envolvidos nos projetos, e a importância reside no fato de se captar uma variedade de situações ou fenômenos que não seriam obtidos por meio de perguntas/ respostas.

Na coleta de dados para obtenção das informações, utilizou-se o formulário semiestruturado, com roteiro elaborado, com perguntas abertas, podendo valorizar os depoimentos dos sujeitos que foram entrevistados.

A entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa, os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. A entrevista semi-estruturada favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

A cidade de Sumaré, em São Paulo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) possuía uma população com 241.437 habitantes. Desta, 120.000 habitantes estavam inseridas em áreas de Área de Preservação Permanente (APP) e áreas de Área de Proteção de Mananciais (APM), estando totalmente inseridas no contexto urbano. Trata-se de áreas urbanizadas, e em expansão urbana, dotadas de rede viária integrada.

Com a expansão da cidade, e os impactos das transformações de uso e ocupação do solo modificando seu desenho original, surgiram os chamados bolsões de pobreza, apresentando efeitos nocivos da urbanização acelerada e desordenada, aumentando a produção de resíduos sólidos e seus acúmulos nas calçadas, nas praças, nos entornos dos riachos.

Com a preocupação de transformar o entorno do local, considerou-se a importância do Projeto Social com ações socioeducativas para a população, nas áreas de execução da obra em Abastecimento de Água e saneamento básico, com ações de sensibilização para a valorização da obra. Contou-se com a presença de vários profissionais para a execução do Projeto de Trabalho Técnico Social em ação.

Os sujeitos da pesquisa são profissionais que executam o Projeto Social. Tal escolha foi importante, pois a preocupação voltou-se para o significado que estes atribuem à realidade que se procurou conhecer.

Ao todo foram sete sujeitos pesquisados, sendo três Assistentes Sociais, dois biólogos, dois psicólogos do PTTS na cidade de Sumaré/SP em áreas do meio ambiente e educação socioambiental que acompanham ou acompanharam os projetos sociais no período de 2008 a 2011.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos dentre os vários participantes, por serem pessoas diretamente envolvidas nos projetos sociais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a relação que o pesquisador estabeleceu com os sujeitos participantes de sua investigação sustentou-se no diálogo crítico, propiciando conhecimentos novos e elevando o nível de consciência dos sujeitos.

A identificação dos sujeitos e os instrumentais da pesquisa foram avaliados pelo Comitê de Ética, após a Banca de Qualificação, uma vez que é o órgão responsável pela avaliação ética e metodológica dos projetos de pesquisa que envolve seres humanos.

Os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa verbalmente e informados por escrito de forma suficiente, a respeito da pesquisa de campo, seus propósitos e procedimentos. Ocasão em que também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme normas do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP *Campus* de Franca/SP.

**CAPÍTULO 3 ESTUDO DE CASO: Projeto de Trabalho Técnico Social em
Sumaré - SP na Área de Abastecimento de Água**

A realização do Trabalho Técnico Social favorece a correta apropriação e uso dos sistemas/melhorias implantados, por meio de atividades de caráter informativo e educativo, buscando a mobilização e a participação social por meio de ações direcionadas à geração de renda, bem como atividades que possibilitem a disseminação de informações referentes à educação sanitária e ambiental. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2004, p. 4).

Este estudo foi realizado na cidade de Sumaré-SP, no Projeto do Trabalho Técnico Social (PTTS), que envolve o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Abastecimento de Água, executado pela sociedade Humana Despertar, Projeto Semear II, em parceria com a Prefeitura Municipal de Sumaré, através do Fundo Social de Solidariedade, Secretaria Municipal de Ação Social, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana, Departamento de Água e Esgoto (DAE), Empresas locais, Comunidades e Entidades, tendo como objetivo esclarecer para a população a importância das obras e mobilizá-la através da Educação Ambiental.

Foto 1 - Estação de Tratamento de Água (ETA II)



Fonte: DAE (2013).

A cidade de Sumaré está localizada na região sudeste do Estado, distante 114 km da cidade de São Paulo e integrante da Região Metropolitana de Campinas (RMC), sendo a segunda maior cidade da região. Tem acesso por importantes vias rodoviárias (D. Pedro I, Anhanguera, Bandeirantes) e por um grande aeroporto internacional (Viracopos). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), população estimada em 241.437 habitantes, de acordo com senso do IBGE (2010).

O desenvolvimento da cidade de Sumaré, está ligado aos processos de imigração; os primeiros imigrantes trabalhavam nas culturas do café e posteriormente imigrantes oriundos de várias partes do país vieram em busca de

trabalho ou moradia por conta do processo de industrialização que se iniciou nos anos 1950. Intensificação desta imigração se deu a partir dos anos de 1970, representada por população de baixa renda vinda do interior de São Paulo, Paraná, Região Nordeste e Minas Gerais, em busca de emprego e de melhor qualidade de vida.

Foto 2 - Mapa da Cidade de Sumaré-SP



Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré (2013).

O Município é considerado como de grande atividade econômica, predominantemente industrial, operando nos setores automotivo, metal-mecânica, plástico e borracha, e químico. No setor agrícola apresenta expressiva produção de cana-de-açúcar, tomate (segundo produtor nacional) e batata inglesa. Os segmentos de comércio e de prestação de serviços encontram-se em crescimento, com destaque recente para o setor de armazenagem e transportes, instalação de hotéis, magazines, escolas etc. É hoje o segundo mercado consumidor dentre as 19 cidades da Região Metropolitana de Campinas segundo (IBGE, 2010).

O **Projeto Semear** existe há vários anos no município, ampliado em 2008 com objetivo de vincular-se ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário como Projeto Semear II.

O projeto se realiza sob a direção da Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social, com objetivo de esclarecer a população da importância das obras, esforçando-se por mobilizá-la para processos amplos e participativos de Educação Ambiental.

O Trabalho Técnico-Social pretende valorizar e revelar potencialidades individuais e grupais, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, propiciando

condições para o exercício da participação comunitária e para a elevação da qualidade de vida da população que lá reside.

O projeto beneficiará a população com o abastecimento de água e tratamento de esgoto, buscando resolver um problema que vem sendo um transtorno para a cidade, principalmente para a camada menos favorecida, há muitos anos. Tem por objetivo esclarecer a comunidade sobre a importância dessas obras, desenvolver diversas ações junto às escolas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), crianças e jovens e capacitando-os em jardinagem, paisagismo, bem como mantendo oficinas sobre educação ambiental. Essas atividades acontecem nos CRAS e no Centro de Educação Ambiental (CEA) e no viveiro de mudas do Horto Florestal do Município. Conta com uma equipe multidisciplinar de educadores ambientais, composta por dois biólogos, duas psicólogas e duas assistentes sociais, além de duas pessoas que trabalham no viveiro de mudas.

Foto 3 – Viveiro de mudas no Horto Florestal – jovens do CRAS



Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré (2007).

O projeto visa também capacitação de bolsistas em técnicas de jardinagem, na limpeza e manutenção do Jardim do Projeto Semear, construção do terrário, manutenção do viveiro de mudas, da área de reflorestamento do Jatobá, assim como na recuperação dos jardins do Centro de Educação Ambiental do Horto Florestal.

Foto 4 – Recuperação dos jardins - Centro de Educação Ambiental Horto Florestal (CEA)



Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré (2007).

Em 2010, o projeto teve como meta a formação de um “Coletivo Educador”, para o qual foram convidadas as demais secretarias municipais, entidades, projetos e instituições que atuavam em educação ambiental no município, para que juntas pudessem planejar, programar, implementar e avaliar processos continuados de formação de educadores ambientais populares, para intervir na realidade local.

O Coletivo Educador Ambiental acolhe todas as iniciativas de educação ambiental, sejam elas individuais ou coletivas, públicas ou privadas.

Foto 5 – Coletivo Educador de Sumaré/SP



Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré (2007).

3.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 28 de janeiro de 2007, pelo Presidente da República na época, Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi aprovado como modelo de desenvolvimento no Brasil de forma integrada, que passa pelo conceito de sustentabilidade social e ambiental, de acordo com as potencialidades e vulnerabilidades dos recursos que se dispõe.

É um programa do governo federal visando estimular o crescimento da economia brasileira, através de investimento em obras de infraestrutura, em portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, abastecimento de água, obras sociais, escolas, moradias, hospitais, creches e conjunto de ações em projetos ambientais.

O PAC revela uma ação governamental planejada com vistas a retomada da capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, através do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas. Dessa forma, o governo busca ter papel de destaque no processo de crescimento, através da indução e do direcionamento dos investimentos e da economia do país. Tais medidas podem significar uma mudança qualitativa no papel a ser desempenhado pelo Estado na sociedade brasileira, através do distanciamento em relação ao discurso liberal das 'vantagens do livre mercado' na alocação dos investimentos. (DIEESE, 2007, p. 3).

Uma vez aprovado o Manual de Instruções para a Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inserido no programa PAC, pela Portaria nº 411 de 28 de agosto de 2008, que prevê melhoria das condições de vida das famílias de baixa renda e apoio à elaboração de planos habitacionais e de interesse social, composto por dois eixos que norteiam sua implantação, sendo um na área de infraestrutura, como hidrelétricas e estradas, e outro com obras direcionadas para a urbanização de favelas e saneamento e esgotamento sanitário.

Teve a Caixa Econômica Federal, juntamente com o Ministério das Cidades, para estruturar as principais instituições responsáveis pelo financiamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dessa forma alguns projetos foram formulados por essas instituições compreendendo as diretrizes para a execução do trabalho social no PAC de forma detalhada.

Esse Programa vem ao encontro da necessidade de acelerar de forma sustentável o crescimento da economia global, e em promover investimento em infraestrutura, aumentando a produtividade das empresas, e ao mesmo tempo estimulando investimentos privados, a fim de reduzir as desigualdades sociais regionais e tem como instituição financeira responsável a Caixa Econômica Federal (CEF).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é organizado em duas partes. A primeira, em investimentos em infraestrutura, e a segunda, em ações para ampliação do crédito, melhoria de investimento e na qualidade do gasto público. De acordo com Miranda (2011):

Os investimentos contemplados pelo PAC totalizam R\$503,9 bilhões - R\$67,8 bilhões do orçamento do governo federal e R\$436,1 bilhões provenientes das estatais federais e do setor privado - a serem desembolsados ao longo do período 2007-2010, em três diferentes áreas. A maior delas é a infraestrutura energética - R\$274,8 bilhões, ou 54,5% do total. A segunda área mais importante é a infraestrutura social e urbana, com R\$170,8 bilhões, ou 33,9% do total. Os principais setores escolhidos - habitação e saneamento - são importantes em termos do potencial de geração de emprego, de distribuição da riqueza e do impacto positivo sobre a qualidade de vida da população de menor renda. A terceira e última área, em termos de investimento programado, é a infraestrutura de logística, com R\$58,3 bilhões ou 11,6% do total. Esses segmentos são importantes e essenciais, uma vez que respondem pelo transporte de pessoas e mercadorias, ou seja, incluem rodovias, aeroportos, hidrovias, ferrovias.

O capital utilizado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vem do orçamento do governo federal e ainda investimentos de empresas estatais (exemplo: Petrobrás), investimentos privados com estímulos para parcerias com o governo Parceria Público Privada (PPP) e *joint ventures* entre empresas.

Na época, o Programa previu linha de crédito e novas fontes de financiamentos, como:

Concessão de crédito à Caixa Econômica Federal (CEF) para aplicação em saneamento e habitação: o Tesouro Nacional concederá um empréstimo à CEF no valor de R\$ 5,2 bilhões para ser utilizado, exclusivamente, em financiamentos de obras de saneamento básico e habitação popular. Ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação: a medida amplia, nos próximos dois anos, o limite de contratação de operações de crédito do setor público, que passa de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 6,0 bilhões. Desse total, R\$ 1,5 bilhão será destinado a obras de drenagem urbana. Em 2007, a contratação de crédito habitacional será ampliada em R\$ 1,0 bilhão para oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal de até três salários mínimos. (DIEESE, 2007, p. 5).

O governo federal, ao lançar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), adotou medidas como a desoneração tributária para alguns setores na área ambiental, para dinamizar o marco regulatório; estímulo ao financiamento e crédito; projetos de longo prazo na área fiscal e de infraestrutura.

Diante desse cenário para a implementação eficiente destas ações demandadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está implícita a presença de diversos segmentos da sociedade e profissionais públicos e privados no desenvolvimento das ações, de forma a minimizar os problemas urbanos e ambientais das cidades.

Dos grandes entraves para o crescimento em níveis aceitáveis para o Brasil, pode-se destacar os problemas com a infraestrutura, em especial transportes e energia. Ao mesmo tempo em que, em muitas regiões a produção corre risco de estagnação por falta de fornecimento eficaz de energia, em outros tantos o custo final dos produtos os torna inviáveis em função do peso do custo pelo seu transporte. Vale reforçar alguns fatores responsáveis pelo custo final elevado dos produtos: estradas mal sinalizadas, com péssima conservação, aumentando o risco e os custos. Em algumas regiões; principalmente na região Norte, a inexistência de estradas, que impedem o trânsito de veículos em época de chuvas.

Como exemplo, a tão propalada Transamazônica de negativa memória; desincentivo da utilização do transporte Hidroviário e Ferroviário. Poucos são os países que podem contar com uma formação geológica tão propícia para o desenvolvimento deste tipo de transporte, como a que o Brasil dispõe; concentração da geração de energia nas regiões mais populosas, em detrimento das demais regiões do país.

Aos poucos se nota alteração positiva nesta situação, com a busca de se levar empresas para outras regiões do país, como forma de desconcentrá-la, além de ações voltadas para a geração de energia; falta de política de conjunto que permita a descentralização de produção de modo adequado. O que se nota é que o estrangulamento de algumas regiões, como a Grande São Paulo, por exemplo, levou empresas para o interior e outros estados. Num primeiro momento, a guerra fiscal entre prefeituras e estados até deixou em segundo plano – se é que existem – as mesmas dificuldades para o adequado transporte das mercadorias. Assim, também como exemplo, verifica-se hoje que o Vale do Paraíba, cada vez mais, enfrenta problemas para o escoamento da produção, centrada no transporte rodoviário.

Em 2011 foi lançado o PAC2, fortalecendo as ações na área social e urbana aliadas ao reforço na infraestrutura. Os recursos foram orçados para o período 2011/2014 no valor de R\$ 955 bilhões. O primeiro programa terminou em 2010, com R\$ 444 bilhões em projetos concluídos no período, ou seja, 82% da previsão de R\$541,8 bilhões. (BRASIL, 2013a).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), através do Ministério das Cidades, disponibilizou em 2010 autorização para projetos e obras de urbanização, de assentamentos precários, saneamento, pavimentação e prevenção.

O programa visou a diminuir riscos no tratamento de água em áreas urbanas, melhorar o abastecimento de água e esgoto para a população, investir em estações de tratamento, reservatórios, adutoras para aumentar a produção de água e melhorar a distribuição, reduzindo assim as perdas.

O Programa de Aceleração do Crescimento 1 (PAC1), instituído pela Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007, é um Plano em Saneamento Básico, instrumento da Política de Saneamento Básico que deve conter, no mínimo:

- o diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida;
- prognóstico e alternativas para a universalização dos serviços;
- os objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos serviços;
- os programas, projetos e ações necessárias para alcançá-los;
- as ações para emergência e contingência; os mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para avaliação sistemática de eficiência, eficácia e efetividade das ações;
- a previsão dos índices mínimos para o desempenho dos prestadores e eficiência e eficácia dos serviços;
- o sistema de informações do saneamento básico. (Portaria nº 40, de 31 de janeiro de 2011).

O lançamento do PAC2 se deu na concentração em projetos que beneficiam os moradores das grandes cidades. É uma das novidades em relação à primeira versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e teve como objetivo enfrentar os "[...] principais desafios das grandes aglomerações urbanas, propiciando melhor qualidade de vida" para a população.

Outra nova área do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) é o Comunidade Cidadã. Investimento de recursos do Governo Federal nas áreas de Saúde, Esporte e Lazer, voltados para garantir maior qualidade de vida à população, pretendendo aumentar a presença do Estado em bairros populares, com o objetivo de ampliar a cobertura dos serviços do Estado. É um investimento oneroso que resultará em obras, como a construção de 500 unidades de pronto atendimento à Saúde, 8.694 unidades básicas de saúde (UBS), 6.000 creches e pré-escolas, 10.116 quadras poliesportivas em escolas, 800 praças e 2.883 postos de polícia comunitária (BRASIL, 2012a).

Lembrando que das 2.105 Unidades Básicas de Saúde, 99% já foram contratadas, somando R\$ 557,9 milhões em investimentos. O total de R\$ 561,3 milhões irá atender 1.156 municípios em 26 Estados e o Distrito Federal. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), também contratou em 2011, 99% das 117 Unidades de Pronto Atendimento que totalizam investimentos de R\$ 222,6 milhões (BRASIL, 2012a).

Estes equipamentos urbanos e sociais poderão beneficiar milhões de famílias, ampliando a oferta da atenção básica e integral.

Na educação básica, o Programa de Aceleração do Crescimento PAC2, prevê investir em creches e prevê a construção de 1.500 estabelecimentos de ensino infantil por ano de 2011 até 2014, por meio do programa Proinfância, e a construção e reestruturação de escolas de educação infantil. Para crianças de 0 a 5

anos destinaram-se recursos de R\$ 7,6 bilhões em Creches e Pré-escolas (BRASIL, 2012a).

Na habitação, através do programa Minha Casa, Minha Vida, houve construção, aquisição de imóveis novos e usados e reforma de unidades habitacionais. Houve garantia de acesso à casa própria, dinamização do mercado imobiliário com investimento para financiamento habitacional de dois milhões de unidades habitacionais e 60% para famílias com renda de até R\$ 1.395 (BRASIL, 2012a). O detalhamento da 2ª fase do programa foi discutido com os setores envolvidos – empresários e movimentos sociais.

Na urbanização para produção e melhorias habitacionais com água, esgoto, drenagem, viário e iluminação englobando saúde, educação, esporte, lazer e cultura e a regularização fundiária, houve transformação de favelas em bairros populares e melhoria da qualidade de vida da população.

Em regiões de alta densidade demográfica e de grande vulnerabilidade, houve participação de vários Ministérios, como o de Desenvolvimento Social, para desenvolver atividades como: oficinas de teatro, esportes, que são administrados pela política da cultura da cidade e pelas prefeituras; as ONGs e os movimentos organizados também dialogam com esses programas com o objetivo de inserir os jovens nestes projetos.

O Ministério de Desenvolvimento Social na Segurança Alimentar e nutricional fez parceria com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). Foram convidados municípios com critérios de ilegitimidade para receber as cozinhas comunitárias através dos (CRAS) Centro de Referência de Assistência Social.e (CREAS) Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que são centros de referências de assistência social.

Apresentado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para melhor entendimento dos projetos sociais e sob a orientação Caderno de Orientação Técnica Social (COTS), no capítulo seguinte trata-se do Projeto do Trabalho Técnico Social, vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na realização de obras em saneamento básico na cidade de Sumaré/SP.

3.2 Apresentação do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) Sumaré/SP

O PTTS é uma exigência do governo federal na execução das obras tendo como objetivo, melhorar as condições de vida das comunidades de baixa renda “[...] e de todas as espécies e sistemas naturais com os quais compartilhamos o planeta ao longo dos tempos.” (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA, 2005, p. 288).

Um dos objetivos é integrar a comunidade às obras, promovendo a consciência socioambiental da população na realização de ações socioeducativas, como realização de palestras, oficinas e visitas domiciliares à população beneficiada pelo projeto, formulando e implementando projetos de inclusão social, criando mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, bem como incentivar a gestão participativa, garantindo a sustentabilidade do empreendimento.

O projeto socioambiental PTTS em Abastecimento de Água nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) está vinculado à Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social – Projeto Semear II na cidade de Sumaré/SP, razão analítica da presente Tese. Aprovado em 2008 para a execução das obras em três anos e três meses, com prorrogação por mais três anos e no momento atual com nova prorrogação para mais três anos.

O Projeto Semear está, mais especificamente, vinculado às obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário do PAC em Sumaré e se enquadra na categoria de “Serviços de Água e Esgoto” nos Programas de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal.

Nessa categoria, os Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) recebem o recurso financeiro de 1 a 3% do valor da obra e estão focados, principalmente, na educação socioambiental e mobilização comunitária, retirado Caderno de Orientação Técnico Social (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2004, p. 7).

Foto 6 – Equipe Técnica do Projeto Semear (PTTS) PAC com os bolsistas do projeto



Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas (2007)

Os Projetos do Trabalho Técnico Social não existem de modo isolado. É o documento que sistematiza a proposta do trabalho junto aos beneficiários, em intervenções relacionadas ao desenvolvimento urbano, com equipe multidisciplinar, e se fundamenta nos princípios da participação comunitária, na sustentabilidade e na preservação ambiental.

Percebe-se que é um marco que introduz a dimensão ambiental nas políticas urbanas vigentes ou que venham a ser adotadas, respeitando-se as competências constitucionais em todas as esferas de governo, particularmente no que se refere à promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos. Considera duas noções chaves para a questão do meio urbano, a saber: a de sustentabilidade integrada e ampliada que trabalha a sinergia entre as dimensões ambientais, sociais e econômicas do desenvolvimento e a noção de sustentabilidade progressiva, que trabalha a sustentabilidade como um processo pragmático de desenvolvimento sustentável.

Distingue, além disso, ao menos quatro dimensões básicas: a ética, temporal, social e prática e indica critérios de sustentabilidade, paradigmas e produtos do desenvolvimento sustentável, a serem incorporados pela esfera pública, estatal e privada. Assim, ficam estabelecidas e indicadas as principais estratégias para o enfrentamento das questões urbanas ambientais, entre as quais se destacam

as relacionadas com: integração setorial e espacial das políticas e das ações urbanas; planejamento estratégico; descentralização; incentivo à inovação; custos ambientais e sociais dos projetos econômicos e de infraestrutura; novos padrões de consumo dos serviços urbanos e fortalecimento da sociedade civil e dos canais de participação.

Os principais pressupostos estabelecidos no PTTS que orientam o seu conjunto de ações podem ser dispostos como, por exemplo, os descritos no Projeto do Trabalho Técnico Social de Anhumas e Viracopos Campinas/SP (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2007, p. 22-23):

1. o desenvolvimento sustentável implica, de um lado, no crescimento de emprego, na qualificação e requalificação da mão de obra, da produtividade, do nível de renda das camadas pobres, dos capitais (produtivo, humano e social), da informação, do conhecimento e da educação, da qualidade de vida na cidade e, de outro, na diminuição da contaminação, do desperdício, da pobreza e das desigualdades;
2. contempla e consubstancia a anterior, trata-se da indissociabilidade entre a problemática social e a problemática urbana. Aqui, o entendimento da estratégia procura combinar dinâmicas de promoção social com as dinâmicas de redução dos impactos ambientais no espaço urbano;
3. há convicção de que a sustentabilidade da cidade deve situar-se na conjuntura e dentro das opções de desenvolvimento local/regional. Sua viabilidade depende da capacidade das estratégias de promoção da sustentabilidade integrarem os planos, projetos e as ações governamentais de desenvolvimento urbano, entendendo que as políticas federais têm um papel indutor fundamental para esta promoção;
4. afirma e reconhece a especificidade do ambiente urbano e sua problemática. Isto porque essa especificidade justifica-se pelo fato de que o ambiente urbano é um ambiente radicalmente alterado pela ação humana e, antes de tudo, cultural, no qual se concentram os efeitos do modelo industrial-urbano que predominou como forma de organização socioeconômica das sociedades ocidentais. Corrigir esses efeitos não é tarefa para uma só geração, embora mitigá-las seja desejável, inadiável e missão deste projeto;
5. incentivar a inovação e a disseminação das “Boas Práticas”. Tornar concreta a necessidade em elaborar somente estratégias mitigadoras, mas equilibrar a inovação com a valorização das práticas urbanas existentes que apresentem componentes de sustentabilidade;
6. sem democracia não há sustentabilidade, razão pela qual se deve procurar e recomendar o fortalecimento de todos os meios democráticos, principalmente aqueles afetos à gestão urbana, entendendo que essas recomendações têm duplo efeito: o de desenvolver a cidadania ativa e o de aperfeiçoar instituições e/ou cria-las com um desenho que corresponda ao adensamento da vida democrática;
7. é importante reorientar as políticas e o desenvolvimento urbano através de uma significativa reestruturação dos sistemas de gestão, de modo a permitir planejamento intersetorial e a ampliação e potencialização de programas conjunto, de grandes e pequenas escalas. Esse redesenho dos sistemas de gestão, fundamental para a gestão integrada e o êxito do PTTS, deve ainda flexibilizar seus mecanismos para que, além de integrada, a gestão seja como mencionamos, participativa. A gestão participativa, além de propiciar o aporte de recursos técnicos, institucionais e financeiros dos demais setores (mercado, setor público não

governamental, comunitário), amplia a responsabilidade ambiental e ecológica da sociedade.

8. foco na ação local, seja para promover desenvolvimento, seja para preservar recursos estratégicos para a manutenção da qualidade de vida das comunidades urbanas. Esta afirmação exige o fortalecimento do local, contudo, o local é suficiente para afirmar o princípio da autonomia, igualmente importante, daí a descentralização das instâncias decisórias e dos serviços, ser fundamental, não só para o fortalecimento do local, como também para o incentivo da gestão comunitária;

9. deve-se mudar o enfoque das políticas de desenvolvimento e de preservação do ambiente urbano, sobretudo no que concerne aos assentamentos informais ou irregulares e às atividades industriais, com propostas que incentivem ações que contenham componentes de iniciativas individuais e coletivas e espontaneidade de ações, assim como instrumentos autorreguladores. Entre os instrumentos de incentivo, devem-se privilegiar aqueles de natureza econômica, por entender que eles são mais adequados quando se verifica a necessidade de gerar recursos adicionais para os fins específicos da sustentabilidade urbana; e,

10. o conhecimento e a informação são chave não só para aumentar a consciência da população em geral para a problemática ambiental urbana, mas também para a tomada de decisão inteligente por parte de todos os atores.

Tanto a comunicação como as ações educativas permeiam e reforçam todas as ações descritas aqui no PTTS. Nesse sentido, o PTTS visa consolidar e fazer sustentar os resultados de transformações física, social e cultural executados na área de intervenção proposta, bem como nas comunidades beneficiadas e atendidas pelo projeto.

Desse modo, a execução das obras de infraestrutura urbana está aliada à implementação de ações sociais que proporcionem, conforme anunciados nos objetivos e ações do PTTS, o desenvolvimento integral de toda sua população alvo e promovam o desenvolvimento de atividades econômicas de forma a fortalecer o capital humano e social das comunidades, de forma sustentável, no contexto do ambiente urbano.

A realização do projeto social na cidade é fundamental para o desenvolvimento de ações de educação ambiental nestas regiões, propiciando a valorização do meio ambiente, possibilitando que indivíduos e grupos se preparem para a compreensão e posicionamento sobre a realidade socioambiental, com o objetivo de serem cidadãos atuantes na transformação desta realidade em benefício de todos.

O Projeto de Trabalho Técnico Social na cidade de Sumaré/SP vem garantir condições para o exercício da participação comunitária; promover atividades para elevação da qualidade de vida das famílias; fomentar e valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos; fortalecer vínculos familiares e

comunitários; viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e promover a gestão participativa, com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento.

O PTTS se constitui numa referência permanente do grupo de trabalho e da coordenação do projeto para a aplicação dos investimentos públicos em melhorias da qualidade ambiental urbana no que se refere ao Projeto de Sumaré em abastecimento de água, na operacionalização dos instrumentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no Plano Diretor e na Política Ambiental do Município. As metas e diretrizes propostas no PTTS serão utilizadas para a execução de todas as ações/atividades propostas e, também, de parcerias para a efetivação das intervenções definidas no projeto global e, em especial, no próprio PTTS.

O PTTS contempla dois momentos, a saber: o diagnóstico integrado e as ações prioritárias. No desenvolvimento de cada um dos mesmos, discute-se com a comunidade e equipe técnica do projeto e demais instituições envolvidas, os resultados do diagnóstico integrado objetivando uniformizar as informações e as propostas, como apreender as expectativas e necessidades quanto a execução e efetivação da organização das ações/atividades, bem como, os impactos advindos de suas implementações nos espaços de suas respectivas intervenções.

No Relatório fornecido pelo Técnico Social do Projeto Semear do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de Sumaré/SP menciona-se que:

O Projeto Semear é o Trabalho Técnico Social das obras do PAC de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. O escopo básico do projeto, sugerido pela Caixa Econômica Federal (CEF) é **Educação Socioambiental**, com ações que atendam três eixos: Mobilização e Organização Comunitária; Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Trabalho e Renda. **Objetivo Geral:** Proporcionar melhoria na qualidade de vida dos moradores das áreas de execução da obra e entorno, harmonizando a correta utilização dos recursos naturais com ações educativas que promovam novas atitudes da comunidade local, em relação ao meio ambiente. As obras previstas, principalmente as de grande porte como construção de ETE, ampliação das ETA e construção de reservatórios, estarão localizadas em regiões específicas, porém, a abrangência é para o município como um todo, considerando que todas as regiões serão beneficiadas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ, 2007, p.1).

Esses três eixos foram importantes para que possibilitasse maior contingente de pessoas da comunidade, como forma de participação.

Na área ambiental, os trabalhos socioeducativos nos entornos são realizados através de campanhas educativas, oficinas de multiplicadores (coletivo educador) para recuperação da mata ciliar e nascentes, palestras sobre resíduos sólidos, projeto para a redução do lixo e reciclagem e coleta seletiva.

Ainda, de acordo com o Relatório de Sumaré, de setembro de 2012, voltado para a educação socioambiental:

- Capacitar pessoas da comunidade e potencializar equipamentos comunitários existentes para envolvimento no trabalho socioambiental desenvolvido na sua comunidade.
- Sensibilizar as comunidades locais sobre os cuidados com o meio ambiente e com a saúde.
- Estabelecer parcerias no trabalho intersetorial, com as Secretarias Municipais de Habitação, Obras e Serviços, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Saúde para realização de palestras, oficinas e apresentações artísticas-culturais.
- Revitalizar praças e jardins nos locais de execução da obra e entorno..

Para o objetivo de Capacitar pessoas, o projeto inicial propôs as seguintes ações: (foi o objetivo de Capacitar pessoas através das ações abaixo que deu origem ao Coletivo Educador)

- a-** Mapeamento das lideranças locais, Associações de Moradores, ONGs, Pastorais, Agentes de Saúde, técnicos dos CRASS e outros interessados da comunidade.
- b-** Desenvolvimento do encontro para apresentação de dados estatísticos sobre o uso da água e da produção do lixo daquela comunidade, provocando debates, levantando sugestões que criem ações e novos hábitos.
- c-** Estabelecimento junto às lideranças, de parcerias com empresas, comércios locais e associações, para continuidade dos cuidados com as praças e jardins e manutenção da coleta seletiva após o término do projeto.
- d-** Visitação de crianças e adolescentes dos Projetos e Escolas aos viveiros de mudas e às praças após a revitalização, mostrando como era e como ficou.
- e-** Encontros comunitários para avaliar os benefícios da obra no final de sua execução.

De acordo com o Caderno de Orientação Técnica Social (COTS), março de 2004 estabelece que:

Nos Programas de Desenvolvimento Urbano – Habitação, Saneamento e Infraestrutura – operacionalizados pela CAIXA e especialmente naqueles

destinados à população de baixa renda, o componente social apresenta-se como contribuição indispensável à sustentabilidade e ao sucesso dos projetos, que decorrem não só da execução das obras, mas, principalmente, do envolvimento da população beneficiária. A Participação Comunitária nos processos de decisão, implantação e manutenção do empreendimento, compromete os beneficiários, levando-os a exercerem seus direitos e deveres, propicia a manifestação da população atendida para a produção de intervenções adequadas às suas necessidades e realidade sociocultural, permitindo também transparência e afirmação da cidadania. Além do mais, a realização do Trabalho Técnico Social favorece a correta apropriação e uso dos sistemas/melhorias implantados, por meio de atividades de caráter informativo e educativo, buscando a mobilização e a participação social através da difusão de informações, do estabelecimento de canais de comunicação, da instituição e/ou fortalecimento de bases associativas, bem como da melhoria econômico-financeira da comunidade, por meio de ações direcionadas à geração de renda, bem como atividades que possibilitem a disseminação de informações referentes à educação sanitária e ambiental. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2004, p. 1-6).

Dessa forma, a participação do Serviço Social em projetos sociais se estabelece enquanto profissão, com caráter sócio-político, crítico e interventivo, e que através do instrumental científico e multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais utiliza instrumentais para intervir na questão social⁶, e nos antagonismos entre a produção assalariada e os meios de produção do capital.

A responsabilidade do profissional do Serviço Social para com os problemas do nosso tempo, seja de exclusão social ou de natureza ecológica, ou em outras instâncias, passa a exigir novas intervenções, que considerem uma sociedade sustentável, ou seja, “[...] aquela que em todos os aspectos da vida cívica e pessoal sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável e todas as instituições públicas, em todos os níveis de governos, trabalhem para avançar esse tipo de sociedade.” (UNESCO, 2005, p. 49).

⁶ Questão social configura-se como objeto de intervenção do Serviço Social. É indiscutível a inserção do profissional de Serviço Social no âmbito das desigualdades sociais, ou, mais amplamente, da questão social segundo Iamamoto (2005).

CAPÍTULO 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA: desvendando a realidade

Os assistentes sociais devem ter como elemento norteador a busca por incorporar os avanços legados pela teoria crítica ao debate sobre o meio ambiente, os quais têm propiciado a problematização da 'questão ambiental' em sua radicalidade histórica ao mesmo tempo em que têm favorecido a construção de propostas efetivas de intervenção neste campo. (SILVA, 2010, p. 161).

A análise dos dados para essa investigação forneceu conjunto de informações rico e extenso ao transitar pelos principais acontecimentos políticos e sociais, relativos ao desenvolvimento e crescimento sustentável e o compromisso a que o Serviço Social se propõe, para a educação ambiental junto à população da cidade de Sumaré-SP, no Projeto do Trabalho Técnico Social realizado pela Prefeitura no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Trabalhou-se com os depoimentos dos sujeitos da pesquisa, além de Fotos e Relatórios Anuais: 2009 (Apêndice B); 2010 (Anexo 1) e 2011 (Apêndice C), fornecidos pelo Projeto Semear II, Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em abastecimento de água na cidade de Sumaré-SP.

Importante destacar, que como pesquisadora, estabeleceu-se uma relação de observação, por ser uma técnica de coleta de dados para obtenção de determinados aspectos da realidade. Além de observar os envolvidos no projeto durante o período da pesquisa, resultou no fato de captar uma variedade de situações ou fenômenos que não seriam obtidos apenas por meio das perguntas.

Não consistiu apenas em ouvir e ver, mas em examinar fatos que se deseja estudar. Com isso, a observação pode identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência e a investigação científica utilizou-se como meio a observação estruturada, ou seja, planejada, controlada e natural.

Houve-se a observação pertencente ao grupo de pesquisa sem integrar-se totalmente, pelo fato da presença do pesquisador causar alterações no comportamento dos observados, destruindo a espontaneidade dos mesmos e com isso produzindo resultados pouco confiáveis.

As entrevistas⁷ concedidas foram gravadas e, posteriormente, transcritas mediante autorização dos pesquisados. Todos foram identificados como sujeito em um número, conforme segue na Tabela I.

⁷ No Apêndice B encontra-se o formulário utilizado nas entrevistas.

4.1 Perfil dos Sujeitos

A Tabela I demonstra o perfil dos sujeitos, o nome de cada um, o cargo, a profissão, o tempo de vínculo de cada sujeito com o projeto social e como cada um se filiou ao projeto.

Para preservar a identidade dos sujeitos e obedecendo ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, *Campus* de Franca, utilizou-se números para identificá-los.

TABELA 1- Identificação dos Sujeitos da Pesquisa

Identificação dos Sujeitos	Formação Profissional	Tempo de vínculo no Projeto	Cargo	Como se vinculou no Projeto
1	Serviço Social	Desde MAI/2008	Assistente Social	Contratado pelo Projeto Semear
2	Biologia	Desde SET/2008	Biólogo	Idem
3	Serviço Social	Desde AGO/2008	Assistente Social	Já era funcionário do Projeto Semear
4	Biologia	Desde JAN/2009	Professor Social	Contratado pelo Projeto Semear
5	Serviço Social	Desde AGO/2010	Assistente Social	Idem
6	Psicologia	Desde MAI/2008	Psicólogo	Idem
7	Psicologia	Desde MAI/2008	Psicólogo	Idem

Fonte: Elaborado por Inês da Silva Moreira - Informações obtidas durante as entrevistas com os profissionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Projeto do Trabalho Técnico Social em Sumaré/SP.

Importante destacar que, embora todos tenham suas profissões de base, deixam claro nas entrevistas que são educadores ambientais dentro do Projeto do Trabalho Técnico Social.

Por esta razão, ainda que a cidade apresentasse extrema carência na área de abastecimento de água e captação de esgotos, houve dificuldade para o perfeito entendimento de todas as etapas do projeto. As exigências para a liberação de recursos, e ainda mais, o aceite do projeto pela Caixa Econômica Federal, passavam a incluir uma necessidade até então impensada: uma proposta de intervenção social.

Até então, o que ainda é válido para projetos que não tramitam pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as obras eram cuidadas pelas secretarias de origem e acompanhadas apenas por técnicos.

Assim, houve a necessidade de inúmeras reuniões, para que ocorresse a aprovação do projeto e a liberação de recursos da União. O fato de permitir a apresentação de um projeto preliminar, para posteriormente – mas ainda antes da assinatura do contrato – ocorrer a complementação, fez com que o processo pudesse ser digerido e melhor entendido de acordo com os relatórios. O seccionamento levou à maturação do processo como um todo, incluindo a formação de uma equipe multidisciplinar que permitisse compor o grupo necessário. Assim é que se chegou ao grupo necessário para a intervenção social, composto por psicólogos, assistentes sociais, biólogos, todos irmanados numa ação socioeducativa e chamados educadores ambientais, atuando em conjunto com o andamento das obras físicas.

Com esta necessidade de intervenção social, chegou-se à conclusão de que poderiam ter ações de educação ambiental e geração de renda. Como já havia trabalho inicial com a formação de uma cooperativa de catadores, que aliada à necessidade de destinação correta de resíduos sólidos, a ação foi acoplada ao projeto de intervenção de saneamento, constituindo, portanto o projeto socioambiental. Ao mesmo tempo em que permitia tratar corretamente os resíduos sólidos gerados na cidade, criava condições para uma política de geração de renda coletiva.

O estímulo à formalização da cooperativa e formação dos catadores, demonstrando a estes a importância de estarem organizados, de tal sorte que pudessem extrair ao máximo bom resultado coletivo das ações individuais de coleta, faria com que houvesse eficácia no processo como um todo. Organizados em torno da cooperativa, teriam melhores condições para a coleta, armazenamento, tratamento e venda dos produtos, e conseqüentemente maior renda.

Ao mesmo tempo e no transcorrer da obra de intervenção de saneamento, outras ações foram desenvolvidas, na linha de educação ambiental e geração de renda. Como as obras acabam por se realizar em áreas mais carentes, parte dessa população foi envolvida em cursos de formação na área de jardinagem, visando não somente estimular sua inserção no mercado de trabalho, mas também de alertá-lo para a importância das obras na vida da comunidade. Ainda mais,

conscientizá-lo da necessidade de preservação das obras realizadas. Parte do aprendizado permitiu ações práticas de reflorestamento de áreas e praças da cidade que haviam sofrido algum tipo de devastação.

Ações como esta sempre fazem parte dos projetos de uma cidade e são realizados pelas prefeituras, normalmente sem a preocupação de envolvimento da comunidade. O que se fez em Sumaré foi justamente provocar este envolvimento, discutindo com a comunidade e com os jovens que faziam parte do processo de aprendizado, quais necessidades deviam ser satisfeitas. Estas ações, lincadas com as obras e realizadas no entorno das mesmas, reforçavam o projeto de intervenção social. Claro que tornaram necessárias alterações no projeto original, mas claro sem descaracterizar sua base.

4.2 Falas dos Sujeitos

Todas as ações eram discutidas pela equipe multidisciplinar, de modo a imprimir atualização e revisão estratégica. Importante inserir comentário na íntegra do sujeito 1:

É muito importante, porque como eles estão hoje no projeto, é fruto do amadurecimento mesmo da equipe, enquanto equipe. E aí, quando se fala da importância do Assistente Social, eu acho assim, ele é fundamental dentro de uma equipe até com essa mudança que está tendo no sistema da assistência, o sistema único da assistência, você tem que pensar a família, porque quando eles trouxeram esses jovens eles não trabalharam só os jovens, eles trouxeram muito da vivência, da riqueza deles pra dentro do trabalho que foi feito. Então é assim, eu entendo que foi muito rico nesse sentido, e você discutir dentro de uma equipe os problemas que iam sendo vivenciados, que apareciam na execução do projeto.

Vale lembrar que o envolvimento da comunidade leva em conta a intenção de fortalecer a visão da necessidade da obra. É importante que compreendam que não se trata de uma ação política apenas, mas do necessário atendimento às reais necessidades de toda a comunidade.

Este envolvimento encontra consonância com as propostas do Projeto do Trabalho Técnico Social SEMEAR II em Abastecimento de Água (p. 12), que em seu Objetivo Geral diz “Proporcionar melhoria na qualidade de vida dos moradores das áreas de execução da obra e entorno, harmonizando a correta utilização dos

recursos naturais com ações educativas que promovam novas atitudes da comunidade local, em relação ao meio ambiente”.

A seguir, apresenta-se as considerações de cada sujeito quanto às perguntas que foram formuladas.

A população tem se beneficiado em relação ao que os projetos sociais propõem do ponto de vista econômico e social?

No entendimento do sujeito 1 o benefício é real, principalmente em função da exigência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para que haja a liberação de verbas. Por haver obrigatoriedade de que componha o projeto, pois “[...] não é uma intervenção de saneamento; é um projeto socioambiental [...]”, torna possível a aplicação de ações sociais necessárias. A exigência acaba por facilitar inclusive a inclusão de ações sociais junto às comunidades onde o impacto das obras é maior.

No entendimento do sujeito 2 o benefício é mais social que econômico. Ao citar como exemplo as obras de esgotamento na área CURA⁸, que antes contava com fossas para o destino de esgotos, observa o grande ganho que a população local teve. A percepção é mais local, pois se trata de obra que não é visível, pois estão no subsolo. “[...] você tinha que ficar ligando para o pessoal ir limpar a fossa. Hoje tem rede de esgotos lá...” A intervenção social, principalmente junto aos jovens, permitiu arborização da área, que estava contaminada por vazamento frequente de esgoto, tornando passado as dificuldades e contribuindo para a melhora da saúde da população do entorno.

Também no entendimento do sujeito 3 houve sensível benefício à população de Sumaré em função dos projetos. A inclusão do Projeto Semear⁹, que já existia na cidade, permitiu ampliar positivamente o horizonte das pessoas, principalmente as mais afetadas pela carência no abastecimento de água e esgotamento sanitário. Com a inclusão do Projeto do Trabalho Técnico Social

⁸ Área Cura é uma das cinco regiões administrativas de Sumaré. No governo de Franco Montoro, Sumaré passou por um grande processo de reurbanização para reparar seu grande crescimento desgovernado devido à industrialização local. Franco Montoro então criou o Distrito da Área Cura (CURA = Comunidade Urbana de Reurbanização Acelerada) dando novas condições de vida à milhares de pessoas. (WIKIMÁPIA, 2013).

⁹ O Projeto Semear, existente há vários anos no município, foi ampliado em 2008 com objetivo de vincular-se como projeto social do PAC no município (Programa de Aceleração do Crescimento - Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água). Realizado pela Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social, tem como objetivo esclarecer a população acerca da importância das obras e mobilizá-la para processos mais amplos e participativos de Educação Ambiental. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ, 2012).

houve aumento dos recursos disponíveis e maior amplitude do projeto. Atuando junto a crianças e jovens da comunidade, foi possível demonstrar a possibilidade de melhora de condições de vida.

A ação desenvolveu-se junto a todos os Centro Regional de Assistência Social (CRAS) de Sumaré e levou as crianças, através do incentivo à criação e manutenção de hortas comunitárias, a envolver-se com práticas mais naturais. Ao mesmo tempo, estimulando e incentivando o reflorestamento e a manutenção do que já existia. Passaram a ser mais críticos na alimentação que recebiam em casa ou na escola. “[...] se a verdura ou legume é mais saudável, porque é que a gente come, às vezes, salsicha? Eles começaram a questionar alguma coisa sobre a alimentação que recebiam na escola, no dia a dia deles...”

O sujeito 4 também enfatiza a importância do trabalho desenvolvido com as crianças dos CRAS e com os jovens bolsistas.

Sem dúvida, mesmo pelo trabalho que é feito nos CRAS, que é um trabalho contínuo, junto com todas as assistentes sociais que estão envolvidas e sem dúvida tem um benefício social, tem retorno claro. Quanto aos meninos bolsistas, os sonhos deles é aprender uma profissão e conseguir um emprego para conseguir um mínimo que nunca tiveram, comprar aquilo que veem na televisão.

O trabalho envolve todas as equipes de cada Centro e permite principalmente ganho social importante. Também demonstra a importância do trabalho desenvolvido com os bolsistas. Apesar de haver preocupação com a formação em paisagismo e jardinagem, o conjunto de informações visava transformação de cada indivíduo. Mais do que ensinar aquelas técnicas, havia preocupação ainda maior de suscitar nas pessoas o interesse em buscar colocação no mercado, de acreditar em sua capacidade individual. “[...] de ela enxergar de uma outra forma, de uma outra maneira, ter uma visão diferente daquela que ela entrou ali, acho que isto satisfaz também...”

No entendimento do sujeito 5 há ganho, mais social que econômico.

O grupo de catadores permanece unido mesmo sem eles terem um local para trabalhar. Poderiam ter dispersado, ter desanimado, pois já faz muito tempo que o projeto começou e eles não tem um espaço para armazenar o que cataram. Estão trabalhando individual ainda, cada um vende o que cata individual. Estão esperando a Prefeitura conseguir um galpão, a gente vai trabalhando na organização e mobilização deles. Semanalmente faço reuniões e visitas domiciliares, procuramos saber o que eles precisam, encaixando eles em algum projeto.

Cita como exemplo a questão da formalização da Cooperativa dos Catadores, incluída no projeto e destinada a agregar catadores da cidade, como forma de melhor destinação dos resíduos sólidos. Foi formada e continua ativa, mas como ainda não houve a criação de um local para a centralização dos serviços, um galpão, continuam a atuar individualmente. A equipe continua a acompanhá-los e mantendo reuniões semanais, como forma de mantê-los unidos em torno da cooperativa, até que haja a definição do local.

O entendimento do sujeito 6 também reforça os benefícios que o projeto traz à comunidade.

O ganho até poderia ser melhor, se as pessoas tivessem maior consciência de que o coletivo pode mais, tem mais força. Há inclusive dificuldade para que as pessoas compareçam a reuniões para as quais são convidadas, justamente por não terem consciência de sua força, de seu poder.

Penso que elas poderiam até se beneficiar bem mais, partindo do princípio do coletivo educador, por exemplo, se as pessoas se juntassem pra trocar ideias e propor soluções para os problemas que elas tem, poderiam se beneficiar muito mais. Hoje eu vejo aqui em nossa cidade se as pessoas se juntam se beneficiam muito mais. Elas enxergam o problema com clareza ajuda na solução e podem fazer um trabalho integrado. O coletivo ajuda a ver solução e ajuda o poder público.

Certamente se tivessem mais consciência, poderiam no coletivo apresentar eventuais carências e sugerir mais soluções. No entanto, o que ocorre é certa transferência de responsabilidade, pois “[...] a gente costuma nomear uma centena, algumas centenas de representantes nossos, vereadores, deputados, e acha que vão resolver tudo...”. Apenas quando entenderem que são responsáveis por sugerir e cobrar melhorias haverá evolução. Em outras palavras, haverá benefícios quando “[...] aquela pessoa falar assim, essa é minha rua, eu vou ajudar a cuidar dela...”

O sujeito 7 também entende que há grande benefício, a partir do princípio de que o projeto social remete à inclusão socioeconômica. Quem executa a obra física tem preocupação voltada unicamente para o cronograma. A inclusão do projeto social determinada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) permite torna-lo infinitamente mais amplo. Diz o sujeito:

Os engenheiros, quem toca a obra, quem faz a coisa acontecer, estão preocupados com a estrutura física. Ninguém está preocupado com as pessoas, assim. Foi uma luta muito grande, para ter a equipe social, para justamente pegar a parte educativa, a parte de mobilização, a parte de geração de renda quando necessária.

Houve o envolvimento de grande parte do município, e as razões para a continuidade do processo são infinitas. A formação de educadores ambientais envolveu a diretoria estadual de ensino, o que levou as escolas públicas a se tornarem agentes multiplicadores. Isto faz com que a cada momento as ideias possam se multiplicar.

A gente tem um projeto de formação de educadores ambientais que atingiu praticamente o município inteiro. O representante da diretoria estadual de ensino participou de todos os cursos de formação de educador ambiental que a gente fez, já transmitiu para todos os professores do Estado. Quando a gente tem a secretaria municipal participando de educação, elas também estão pensando em como vão ampliar a educação ambiental e estão aprendendo com o processo que a gente do PAC começou. O PAC trouxe muito isso. O PAC é do município, está vinculado a Secretaria de Inclusão Social, mas vai servir para o município. Então desde o começo a gente participa de reunião com todos os secretários, com o prefeito, se apresentar e dizer: 'o PAC é do município, é um projeto social do município e todos os secretários tem que estar de braços abertos e a gente precisa trabalhar juntos pra integrar as ações'.

O fato de ser uma ação municipal também reforça o processo como um todo. As ações tem início, mas não fim, pois estimulam as pessoas a criarem consciência de que fazem parte do todo, mas individualmente são muito importantes. O poder público também se coloca à disposição do que o PAC necessita.

Outra parte do processo que se destaca é com o destino dos resíduos sólidos.

O projeto de reciclagem, instituindo a coleta seletiva em torno da Cooperativa dos Catadores, estabelece um vínculo da população com o meio ambiente.

Quem vai trabalhar a educação ambiental sempre começa com esta ideia de reciclagem, de ensinar para a criança como separar, mas para onde vai esta reciclagem? Quem pega? Então todos os projetos da coleta seletiva a gente está cutucando e fazendo acontecer. E se o PAC não estivesse fazendo isto estaria parado, estaria mais lento. Então a gente acha que o PAC tem este peso de ser o peso mobilizador de ser um projeto do município e assim é visto. A prefeitura vê a gente como um projeto muito positivo.

Reforça a importância da manutenção e melhora das condições ambientais, ao mesmo tempo em que imprime um reforço econômico, pois com a coleta o envio de resíduos sólidos para lixões é reduzido, uma vez que separa os recicláveis.

Como você percebe a melhoria das condições de vida da população do entorno depois do projeto social na qualidade de geração de renda da comunidade?

O sujeito 1 destaca como importante fator gerador de renda os bolsistas incluídos no projeto. Inicialmente pela bolsa recebida durante a sua permanência, mas principalmente após, pelo treinamento recebido, inclusive de reforço à cidadania. “A possibilidade inclusive de eles os bolsistas saírem dali com uma formação, um conhecimento, e mostram interesse de estudar nessa área e ir trabalhar na própria área”.

As pessoas que receberam a bolsa e treinamento se tornaram também multiplicadores. Ao mesmo tempo, pela preocupação do grupo quanto à mudança da visão dos participantes, certamente sairiam do projeto diferentes, com maior bagagem do que quando iniciaram. No relato, “[...] eles tiveram dificuldades, mas as dificuldades fizeram também com que eles pudessem ter a oportunidade de vislumbrar alguma coisa em termos de trabalho...”

O sujeito 2 também destaca a atividade com os bolsistas.

No início do projeto foi assim: foram feitas entrevistas com os jovens da área onde estavam acontecendo as obras do PAC. As obras do PAC no início aconteceram na área CURA e no bairro Matão¹⁰. No início fizemos uma seleção dos jovens que eram moradores dessa área onde estava acontecendo as obras de esgotamento sanitário.

Como forma inicial de geração de renda seria a bolsa que recebiam, durante sua permanência de 14 meses. Após, a continuidade com os conhecimentos adquiridos no curso de jardinagem e paisagismo, com foco na revitalização de praças nas áreas do entorno e na cidade em si. O curso, além de formação específica, também buscava resgatar as pessoas, numa ação de cidadania.

Por atuar junto a jovens de baixa renda, na faixa de 15 a 18 anos, a eles tinha que se ensinar praticamente tudo, pois o aproveitamento dos mesmos na

¹⁰ Bairro Matão é um sub-distrito pertencente Nova Veneza e ao município de Sumaré, na Região Metropolitana de Campinas, se limita com os municípios de Paulínia e Campinas, e os sub-distritos Maria Antonia e Área Cura. Dados encontrados na Prefeitura Municipal de Sumaré/SP.

escola era quase nulo. Não contavam com nenhum conhecimento na área de botânica, de meio ambiente, além de pouca base nas áreas fundamentais. Diz o sujeito:

A preparação para o mercado de trabalho, a gente descobriu isto depois, pois jardinagem era o nosso primeiro foco. Só que a gente descobriu que, queira ou não, ajudou de alguma forma eles serem inseridos no mercado de trabalho. A gente não trabalhava só jardinagem; trabalhava cidadania, a questão da disciplina, horário de chegar ao trabalho, a questão do uso do uniforme; coisas que no cotidiano deles estão longe de fazer, de seguir, tudo o mais. Então respeito ao horário, disciplina, eles preparavam atividades para os CRAS, para as crianças. Prepararam fantoches para apresentar na APAE, prepararam teatro para apresentar no CCI, que é um abrigo, preparavam as hortas, revitalizaram várias praças, fizeram vários trabalhos nesta área.

O sujeito 2 ainda reforça que já sabiam que o retorno imediato seria pequeno, mas o esforço empregado no período certamente traria resultados duradouros, perenes, ao longo da vida de cada um.

Também o sujeito 3 enfatiza que as bolsas permitiam a geração de renda imediata, por conta do valor que recebiam. Entende que o Semear provoca uma ruptura; um início de nova vida, e “[...] acaba sendo muito pequeno para tanta coisa que precisa ser mudada ainda na questão da educação ambiental, na questão de entendimento...”

O sujeito 4 também reforça a geração de renda com os bolsistas, mas lembra da importância neste sentido em relação aos catadores.

A geração de renda foi pouca, mas a qualidade de vida eu acredito que sim. Mesmo com o trabalho nas hortas, mesmo pontuais, a gente dava muito gás para as pessoas que estavam envolvidas em projetos na cidade. Quanto aos catadores teve mais geração de renda, tiveram maior benefício de qualidade de vida também.

Embora com o projeto inconcluso, por falta principalmente do galpão, entende que houve melhoria notadamente da qualidade de vida. A complementação do projeto, disponibilizando o espaço para que atuassem, aliado às instruções que recebem, por certo dará mais dignidade ao trabalho do grupo. Ao mesmo tempo, a concentração em um único local, e maior formação do grupo, permitindo a venda diretamente às empresas de reciclagem, por certo trarão benefícios importantes na geração de renda.

O sujeito 5 também entende que houve melhora para com os bolsistas e com a Cooperativa de Catadores. Da mesma forma, pondera que os esforços foram implementados, mas somente com a definição de local para a centralização dos serviços é que se poderá ter uma visão mais completa dos ganhos. “[...] quanto aos catadores, o que dá para observar é que por enquanto eles continuam trabalhando como individuais, como eles eram. Eles não têm um espaço para trabalhar ainda em grupo, o que é a intenção...”

O sujeito 6 relata mais enfaticamente a melhoria observada. Reforça o ganho dos Catadores, reunidos na cooperativa, afirmando que podem em conjunto interferir e mudar a realidade. Cita a dificuldade devido à demora na liberação de um galpão, conforme segue:

A atividade econômica deles, com uma melhoria ambiental e com melhoria da qualificação social deles. Uma mudança social. O primeiro ganho quando a gente se reúne numa cooperativa é o ganho social. Nós somos vistos de outra maneira. A gente percebe que eles são vistos de outra maneira. Tanto que hoje eles vão ter um galpão, está demorando, vai ser alugado um galpão, porque hoje eles são vistos de outra maneira, com respeito até pela própria Prefeitura. Isto é um ganho social, além do econômico, porque eles vão ter depois, e com o ganho ambiental que vai ter para o município.

Ainda reforça a situação dos catadores:

[...] porque daí eles vão trabalhar a coleta seletiva coletivamente, vão fazer as coletas, juntar, vender coletivamente, e depois dividir os ganhos. Vender com mais qualidade, vão poder fazer uma rede de comercialização, juntar com outros que já vendem, obter melhor preço. Então tudo são ganhos que eles vão tendo.

Cita outra ação do projeto, das hortas educativas dos CRASSs, que se utiliza dos cuidadores mirins. Vale reproduzir a fala:

A gente pega, por exemplo, os cuidadores mirins da horta. O que é que ela faz ali naquela horta. O Lucas sempre falava assim, a gente tem que olhar a horta como mais uma sala de aula, né, como um jardimzinho, uma coisa assim. É mais uma sala de aula. No plantio, no cuidar das verduras, do legume que eles têm lá, no colher, no comer, eles aprendem como que o sol interfere na planta, como que ela pega todo o nutriente que está no solo, põe na folha ou na batata, na beterraba, e isto passa depois para o nosso corpo. Eles aprendem a segurança alimentar, eles relacionam, o alimento com o meio ambiente, a qualidade do alimento com o ambiente saudável, tudo isso numa horta e quando eles são colocados como monitores mirins da horta, eles se sentem muito poderosos. Desde criança!

Numa ação complementar à atividade escolar, incorporam o respeito ao meio ambiente, e numa forma tão educativa, produzem alimentos para a própria comunidade. De uma forma lúdica, com utilização de cartazes, as informações são transmitidas didaticamente às crianças e jovens.

O sujeito 7 identifica haver melhoria principalmente da ação com os catadores. A formação da cooperativa permitirá, quando finalizada, uma geração de renda coletiva, solidária.

Da mesma maneira com os bolsistas, que além de receberem a bolsa durante a permanência no projeto, tem condição de aplicar os ensinamentos recebidos. São capacitados para serem monitores socioambientais, com conhecimento técnico para atuarem junto a hortas e jardins. E quanto à melhoria das condições de vida da população no entorno:

O benefício primeiro foi de conscientização, de sensibilização para a população no sentido de que a água não está faltando nas torneiras, que tem a ver com o resultado da obra do PAC, mas, o nosso trabalho é mais sensível às questões ambientais de preservação ambiental, do uso consciente da água, cursos, uma aproximação maior das questões ambientais e políticas também. A gente trouxe para esse lado da participação política. Se tiver que ter mudança tem que ter envolvimento nos conselhos.

A população tem percebido melhorias principalmente na questão da falta de água, que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão apresentando resultados e quanto a questão socioambiental estão participando dos conselhos, ação de cidadania.

Em sua opinião, existe transparência na aplicação dos recursos públicos nos projetos sociais?

No entendimento do sujeito 1 há transparência. Os valores somente são liberados pela Caixa após confirmação de que foi usado, tanto para as obras quanto para o trabalho social. Os relatórios são exigidos e não há liberação sem seu envio. Diz que “[...] é exigida toda a documentação em relação às despesas que são feitas do trabalho social, e elas tem que ter vinculação com as ações que são feitas. Tinha a preocupação de análise dessas despesas.”

Em algumas situações emergenciais a prefeitura acabava por antecipar recursos, mas com transparência, com cuidado.

Também no entendimento do sujeito 2 existe a transparência. Diz:

Da nossa parte eu acho que sim, porque o PAC ele faz a gente prestar conta de tudo o que a gente gasta. Então há uma transparência sim, pelo menos a nossa equipe e quando a gente vai fazer alguma intervenção junto à comunidade. A gente recuperou uma praça no Matão. Então, devido à demanda, até que eles escolheram o que ia fazer na praça, sabe, a comunidade lá do local? Aí a gente falou, precisamos fazer os três orçamentos, tem que ser o orçamento menor. Aí conversamos com a comunidade, mandamos a nota, aí foi aprovado o orçamento; aí veio o parquinho lá pro local. Então, assim, tanto pra nós quanto para a comunidade que a gente conversou, sempre assim, o dinheiro que vinha tinha uma transparência.

Não importava o valor do bem, tudo tinha que contar com orçamentos e ter aprovação prévia da Caixa.

No entendimento do sujeito 3 a transparência existe, mas o fato do processo ser muito burocrático demanda muito tempo para sua finalização. Os relatórios precisam seguir no prazo e de modo muito claro, para que haja as liberações de verba. Se não estão corretos, não há liberação.

A Caixa libera 80% e a Prefeitura precisa liberar a contrapartida de 20%. Diz que “[...] com o social é a mesma coisa. Se a gente vai comprar um computador, a empresa que vai vender esse computador, a loja que vai vender esse computador pra gente, ela tem que ter como segurar para que ela receba depois. Então é meio moroso.”

Até as horas de trabalho são computadas e precisam constar dos relatórios, para que o pagamento à equipe ocorra. “Por exemplo, quantas horas a gente gastou em tal atividade? Quantas horas gastou num relatório? Aí você contabiliza para justificar todo o trabalho com as horas *que eu tenho que fazer no projeto, senão eu não recebo*”.

Também no entendimento do sujeito 4 há transparência. Acha que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um bom projeto, em relação à transparência na aplicação de recursos. Diz:

Ah! Existe. Na verdade o PAC eu achei um bom projeto, assim com relação à transparência na aplicação dos recursos. Tudo você tem que ter as contas, e assim é também a obra à qual é vinculado o projeto social. A obra é mês a mês medida, eles veem o que foi gasto e devolvem para a prefeitura o que foi gasto. Então a prefeitura sempre paga antes e recebe o ressarcimento depois. Depois de ter apresentado todas as notas e feito o relatório de como foi usado cada recurso.

Reforça que há muito cuidado na análise da Caixa, que repassa as verbas do governo federal. Percebe-se que há transparência em tudo o que se gasta dentro do Projeto do Trabalho Técnico Social.

Também o sujeito 5 acredita que há transparência, na medida em que há necessidade de prestar contas e apresentar as notas fiscais. No entanto, não sabe se há algum problema com parte dos processos em que há demora. O caso do galpão dos catadores ele não consegue entender porque tanta demora na liberação. Até para que haja o lanche que é distribuído para as pessoas que participam das reuniões, quer sejam dos catadores ou dos bolsistas, precisa passar pelo crivo dos orçamentos.

Vale relatar na íntegra o comentário do sujeito 6 em relação à transparência, conforme segue:

Eu acho que hoje existe mais. A gente ouve muito falar dos PACs antigos, que começou e parou tudo, com um monte de problemas, de recursos desviados e tal. A gente vê hoje aqui, quantas vezes a gente fica sem o pagamento, porque não libera enquanto não está tudo em ordem. Enquanto uma prestação de contas antes não foi feita, o recurso não sai. Se faltou a prestação de contas da obra não sai o recurso social; faltou o recurso social não sai o da obra. E não é assim, dá o dinheiro que você vai executar e prestar contas; não, você faz, comprova que fez pra poder receber. Então eu tenho a impressão que hoje é muito mais claro. Se as pessoas quiserem comprovar elas podem ir ver, ela tem documentado isso hoje. Nossa, a gente tem que apresentar nota fiscal de tudo. E depois você tem que apresentar recibo, porque a nota fiscal não é recibo. Você tem que pegar o recibo lá com o dono do mercado, mostrar que ele recebeu aquilo. Da obra tem tudo a mesma coisa. Se sai uma vírgula fora eles pedem a correção da nota... então é desde um recurso de R\$ 1,00 ou de 2 milhões! Tudo; desta maneira.

Também o sujeito 7 confirma a transparência com que os recursos são aplicados. Da mesma forma dos demais, reforça que a Caixa é bem transparente, copiando a equipe nas mensagens que encaminha à Prefeitura, para que saibam de eventuais pendências.

Em sua opinião, as propostas do projeto social estão estimulando a população a aderir práticas de sustentabilidade através da educação socioambiental?

De acordo com o sujeito 1 sim, pois houve uma preocupação do envolvimento da população. No caso da revitalização das praças, houve o convite para que a comunidade pensasse junto com a equipe, discutindo e auxiliando a definir o que fazer, dentre as que estavam na região do entorno. Isto,

[...] prá entender que não é uma questão política, assim, que era só uma propaganda da ação do governo, mas era muito mais que isto. A necessidade de entender a importância daquilo que estava sendo feito, do preservar o que estava sendo feito em termos de ação. Então, na medida em que o trabalho foi sendo desenvolvido, elas tiveram que repensar se aquelas eram as ações que iriam ser desenvolvidas, os próximos passos a serem executados, desenvolvidos. Por causa das dificuldades, por causa do nível de participação, envolvimento deles. Então o projeto teve início, ele sofreu alterações, reprogramação, para que pudesse ser executado. Essa foi a dinâmica dentro do projeto mesmo. Foi intensa a participação deles durante todo o período. A Caixa foi muito exigente na questão de documentação, de registro. Então, assim, eu vejo que tem qualidade, aquilo que eles fizeram em termos de documentar o projeto, de registrar o projeto. Tem muito papel, muita coisa.

No entendimento do sujeito 2 também houve estímulo à participação da comunidade. Com o coletivo educador e a formação de educadores ambientais, a mobilização ocorreu positivamente, transformando-se numa ação multiplicadora. Diz:

[...] a gente ia naquela região, fazia a divulgação da obra, conversava com aquelas pessoas, da importância daquilo pra qualidade de vida, só que você atingia só aquele número de pessoas! A partir do momento que a gente pensa no coletivo algo maior, e que a gente convida essas pessoas para participar seja a população de baixa renda, seja aquele acadêmico, ou empresário, ou aquele trabalhador, então, a hora que a gente estende a demanda para vários tipos de pessoas dentro da população, acho que a gente conseguiu atingir mais com o educador. Eu acho que hoje a gente tem uma função mais como educador do que antigamente.

A ideia de formar o coletivo educador na cidade aconteceu em 2009. Um grupo de educadores voltado para a formação de educadores ambientais, e que, ao juntar-se às ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) fortaleceram todo o processo. Envolve as ONGs, associações de moradores, além das estruturas do governo municipal.

Indica dificuldade com a aplicação do processo com a área da educação. Em sua visão, as ações nas escolas são muito pontuais e não tem continuidade. Fazem o dia da árvore, plantam árvores, e somente voltam ao assunto no ano seguinte. Claro que pontualmente alguns professores, em algumas escolas, têm um interesse maior e tornam perenes as ações.

Também critica o sistema de separação de recicláveis por cores. Aos catadores e à cooperativa podem estar juntos, desde que recicláveis, e a separação ocorre no final do processo. Quando da liberação do barracão, a separação deve ser realizada por todos, em bancada preparada para tal. Termina o assunto de modo interessante:

[...] eu acho que o problema ambiental só vai ser solucionado quando solucionar os problemas sociais. Essa é a minha visão. Porque se a gente pegar os grandes problemas ambientais hoje, estão mais vinculados à questão social do que ao meio ambiente. Problema de questão de qualidade de água, a gente sabe que é um problema enorme com esgoto. Quem mora na beira do rio, que joga esgoto direto no rio? Pessoal das áreas de invasão de baixa renda. Então a partir do momento que você tira essa população dessa área, e acaba reflorestando essa área, cuida do entorno dos rios, já melhora a qualidade de água.

O sujeito 3 também reforça a participação do coletivo educador, como estímulo à participação da população quanto a práticas de sustentabilidade. Ao estimular a participação também das empresas as ações se multiplicam, pois é comum que lancem dejetos, sobras, nos rios e beira das estradas.

Cita ações pontuais que são realizadas por empresas e escolas. Embora também veja que pecam pela falta de continuidade, entende que são importantes.

Remete à ação dos catadores, de grande importância, mas dependente da definição de local para que possam atuar regularmente. Informa que houve uma busca por constituir um Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de resíduos sólidos, especificamente para atender às necessidades da cidade, mas que não evoluiu. Por esta razão, o Projeto Semear manteve a continuidade do apoio à cooperativa, para que houvesse a definição de local para o tratamento dos resíduos e a venda dos produtos, diretamente pela Cooperativa.

O entendimento do sujeito 4 também é de que houve estímulo à população. Diz:

Mesmo nos projetos com os jovens, os projetos nos CRAS, sem dúvida. E nos projetos do coletivo educador, eu acho que o coletivo a maior contribuição que ele tem é dar muita força e muita esperança e muito gás para os projetos que estão em andamento. E daí começam a surgir outros, mas grupos locais que estão muito enfraquecidos, quando se juntaram ao coletivo, falaram, nossa, existe gente se mobilizando, existe gente se integrando, existem outras pessoas fazendo a mesma coisa.

O sujeito 5 entende que as ações dos catadores demonstram muito claramente a adesão às práticas de sustentabilidade. Apenas enfatiza que:

É uma prática, mas é individual ainda, eles não são organizados ainda para trabalhar em grupo. Eles já estão sendo capacitados. Foi contratado o trabalho do Movimento Nacional dos Catadores, que vem de São Paulo. Eles estão sendo capacitados, mas não estão trabalhando esta prática ainda. Eles continuam trabalhando de modo individual como antes. Eles estão adquirindo mais teoria, por enquanto, mais conhecimento do que

prática. Prática mesmo só vai começar, do trabalho em grupo, quando eles tiverem um espaço.

Continua informando entender que embora atuando individualmente os catadores já demonstrem o estímulo, mas:

Eles não têm vínculo ainda com a cooperativa. O vínculo é até onde nós fizemos até hoje, que foi mobilizar, organizar, formar a cooperativa. Eu acredito que sim, pois a Caixa Federal; eles mesmos cobram uma resposta da Prefeitura. A Prefeitura se sente no dever, pressionada para cumprir sim. Nem que não saia, por exemplo, o projeto, que está previsto, o galpão, máquinas, tudo. A Prefeitura acho que ela está se responsabilizando em achar uma saída, nem se for alugar um galpão para eles, provisório.

O sujeito 6 também entende que o estímulo é visível e coerente. Percebe-se o crescimento na medida em que os contatos evoluem:

[...] agora nosso contato com a população tem sido mais esta tentativa de trazer eles mais para um coletivo. Mas, quando a gente começou o projeto ele era um pouco mais 'quadrado'. Faz isto, apresenta isto, tal... Então a gente foi vendo que estas ações muito pontuais não resolvem muito. A gente foi conversando com eles, às vezes a gente ia; tinha obra passando lá, parávamos, conversávamos, ou então a gente ia num CRAS, numa reunião sócio educativa, e conversava com eles. Então, quando fomos conversar, por exemplo, relacionando os cuidados que eles têm que ter com uma rede de esgotos, que o lixo prejudica, atrapalha, encarece, a gente foi relacionando, porque está tudo interligado. Quando você destina corretamente o resíduo sólido, você cuida do meio ambiente, você barateia o custo de um equipamento público, que é a rede de esgotos e o tratamento de esgotos. Então traz mais clareza, mais consciência.

Os contatos estimulam uma resposta da população, na medida em que incentivamos esta prática da coleta seletiva, cobram as ações da Prefeitura, para que a coleta efetivamente ocorra, bem como a destinação aos catadores.

Informa que houve necessidade de ampliação de prazos, o que levou à maior participação da contrapartida da Prefeitura:

[...] o recurso do PAC ele é 80%; hoje está até mais. Ele começou com 80% do governo federal e 20% da Prefeitura, então ela põe dinheiro aí nessa capacitação da Prefeitura, tem dinheiro nessa capacitação da cooperativa, tem dinheiro da Prefeitura. Hoje a proporção está até maior, pois o projeto precisou ser alongado, e o governo federal não amplia o recurso dele. O município tem que ampliar a contrapartida. Então a porcentagem hoje já não é nem mais 80/20, já é um pouco maior nos projetos.

A opção também foi de participar de um consórcio regional, formado por oito municípios da região, que busca cuidar da correta destinação de resíduos

sólidos. Uma vertente importante e interessante, na busca por melhor destinação dos resíduos, mas permitindo a perfeita aplicação do tripé da sustentabilidade, com a inclusão econômica, social e ambiental dos catadores.

Também o sujeito 7 entende ocorrer de modo completo o estímulo, ainda que com projetos ainda não implementados em sua totalidade. Diz:

O que a gente discutiu nos encontros do Coletivo Educador foi principalmente isto, né. Existem muitas possibilidades de práticas sustentáveis, muitas formas de a gente trabalhar com isto, desde a forma de educar as pessoas até da gente se organizar para ter uma alimentação mais saudável, se organizar para ter um consumo mais adequado às nossas necessidades, então surgiram projetos que ainda não saíram do papel, mas os educadores se reuniram pra conversar sobre isto. Então existe uma ideia, uma semente plantada.

Reforça ainda a busca por montagem de uma rede:

Um dos projetos, pra dar como exemplo, era um projeto de formação de uma rede de comercialização de pequenos agricultores de Sumaré. Aqui tem os assentamentos e tem o Cruzeiro, que é uma área rural. A gente pensou numa rede de comercialização desses produtos dentro de Sumaré, de começar a mexer com orgânicos, uma forma de fortalecer e dar reconhecimento a esses pequenos produtores pela própria população de Sumaré.

Segue mostrando que ainda é um projeto que se completa com a geração de renda, mas mostrando que ocorre após o estímulo de adesão a práticas de sustentabilidade:

A gente facilitou com que isto acontecesse. Sensibilizamos, provocamos que as pessoas criassem projetos que sentíamos que precisaria em Sumaré. E aí pensando até com base no tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis, os grupos participantes do coletivo educador foram pensando em projetos baseados nesse tratado. E um dos projetos foi este. Uma rede de comercialização sustentável, solidária, que trabalhe a inclusão social desses pequenos agricultores, porque eles são explorados. Você trabalha a questão do desenvolvimento local, da economia local, a população se habituar a comprar de quem está aqui, das hortas comunitárias, ir ao mercado e comprar o tomate que veio lá não sei de onde, de 100 km de distância, se tem o tomate aqui, a 1 km da sua casa. E aí a população começa a participar também de como esses produtos são produzidos, do plantio. A gente se espelha um pouco na organização do trocas verdes, que é uma ONG em Campinas que faz isto. Que põe os agricultores a conversar com os consumidores que visitam as obras, e os consumidores começam a dizer o que eles querem mais; enfim tem uma adequação e os processos solidários, assim. Mais ou menos por aí, é uma prática sustentável, é um exemplo.

O papel do Assistente Social é fundamental na composição dos projetos voltados para a visão ambiental e como tem sido sua atuação no Projeto do Trabalho Técnico Social de Sumaré?

O sujeito 1 entende ser muito importante a presença de assistente social nos projetos. Todas as alterações que ocorrem no sistema de assistência, aliado às dificuldades por que passam as famílias, fazem com que sua presença enriqueça todo o processo. Embora parte das ações esteja concentrando esforços em crianças e jovens, estes fazem parte de famílias. As ações voltadas para os catadores levam em conta adultos e crianças, em parte com estruturas familiares desfeitas. Por estas razões, a presença do assistente social enriquece todo o processo.

Da mesma forma o sujeito 2 entende ser de suma importância a presença do assistente social:

[...] um projeto por mais que seja ambiental, como eu disse que as questões ambientais são mais sociais, a gente entender o contexto daquela família que causa o impacto ambiental. Então aí a gente só vai ter este entendimento; eu aprendi muito, eu acho que hoje eu sou um educador que trabalha mais no social e me dei bem no social, justamente porque eu sempre tive a presença e contato com assistentes sociais que me fizeram entender essa relação do social com o ambiental.

Segue confirmando a importância de sua presença:

Importantíssimo! Eu acho que hoje o serviço social, o assistente social, é o único que chega nessas áreas, é o único que está lá pontual, é o único que ouve a população, é o único que está em contato direto, porque numa área de invasão. É uma população carente, e sempre estamos analisando o que a gente pode estar melhorando ali? Então se for um olhar de um biólogo, ou de um ambientalista, vai falar: expulsa todo mundo dali! Porque eles estão numa área que é uma área de brejo!

Finaliza apontando a presença marcante e contínua do assistente social nas áreas de risco, visitando as famílias e fortalecendo a inclusão, mesmo após o término das obras.

Também o sujeito 3 confirma ser fundamental sua presença. Reforça o grupo, ao se engajar na luta pela correta aplicação das políticas públicas. Diz-nos:

Eu acho que é mais do que fundamental um assistente social no projeto. Eu posso até estar sendo bem egoísta, talvez. Não existe outro profissional que enxergue o ser humano como um todo. Que te percebe que não é só um pedacinho de alguma coisa. Ele é um todo, que ele está inserido numa sociedade, que ele tem um histórico de vida, que ele, sabe? Não existe

outro profissional. Eu sei que hoje têm mudado muito, as profissões tem procurado o ser como um todo, mas o serviço social é quem sabe fazer melhor isso. Pra mim não tem outro profissional.

Segue reforçando:

[...] o serviço social, ele tem essa preparação pra enxergar o todo, já está comum tudo, o meio ambiente, e pegar esta particularidade do serviço social, juntar, e pronto. Dá pra fazer um trabalho. O serviço social e o meio ambiente.

Finaliza:

[...] a gente estava discutindo quais seriam as nossas atividades dentro da praça que iríamos trabalhar. Aí eu até comentei, eu falei gente, mas vocês estão falando, mas já chegaram a pensar que a comunidade tem que estar envolvida nisso? Que precisamos ouvir essa comunidade, qual é a importância dessa praça, se existe isso, o que é que eles querem, o que que eles pensaram pra este espaço? Qual é o significado desse espaço pra eles? E o serviço social sabe fazer, juntar a comunidade, dialogar, trazer para outro técnico, que seja, mostrar pra ele o que é importante para aquela comunidade. O que é importante, como ele consegue trabalhar isso. Não só fazer uma planta, ir lá, fazer e acontecer.

O sujeito 4 também entende ser primordial a presença de assistentes sociais nos projetos:

Eu acho fundamental. E talvez dentro do projeto social, dentro do projeto Semear, assim, é a maior contribuição que tem a dar pros outros projetos ambientais, assim. Esta participação dos assistentes sociais é importante, porque estão muito próximos...

Reforça em seguida:

Fundamentais, e talvez esta sensibilidade, esta habilidade com a questão social, mais próxima com a questão social, com as famílias. Isto ninguém tem. As pessoas que geralmente trabalham, só as pessoas que trabalham com educação ambiental, com projetos de comunidade e que ficam muito em campo conseguem ter isto. Mas no geral não tem. E as assistentes sociais tem uma habilidade para isso gigante, assim.

Ainda mais, reforça que a exigência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em impor a presença de educadores permitiu uma simbiose de muita importância nos projetos. O fato de permitir, dentre outros profissionais, a presença do assistente social, trouxe contribuição ainda mais importante, pela riqueza que a formação do profissional tem. Mais do que as outras profissões, a

singularidade do assistente social no trato com as pessoas enriquece os projetos sociais.

Na avaliação do sujeito 5 é muito importante a participação do assistente social nos projetos. O fato de realizar visitas domiciliares, entrevistar as pessoas, utilizar de técnicas de aproximação para conseguir atrair as pessoas, torna mais completa a ação do Projeto.

Esta aproximação foi muito importante no trato com os catadores. Desconfiados, por não acreditarem na Prefeitura, teve na participação do assistente social, com suas técnicas de abordagem, grande importância para o sucesso da ação. O aceite de parte dos catadores era imprescindível para tornar o projeto de destinação dos resíduos sólidos um sucesso.

Por não ter à época a definição do galpão para os catadores, a finalização do projeto estava comprometida, mas a continuidade das reuniões estava mantendo a união do grupo. Mais uma vez, a importância da presença do assistente social na condução das reuniões e coesão do projeto.

O sujeito 6 também entende ser muito importante a presença do assistente social nos projetos. Descreve:

Eu acho fundamental, principalmente porque a gente não trabalha uma questão ambiental pura. A gente trabalha a questão socioambiental. Nenhum problema ambiental está separado do social. Ou um vem antes ou depois, mas não importa, vira um círculo vicioso e um vai gerando o outro. Então, tem que ter uma rede, tem que ter, por exemplo, uma rede de profissionais, pra você complementar as ideias. Por exemplo, no início do projeto nós tínhamos uma parceria com a secretaria da educação, a gente tinha pedagogas trabalhando conosco. Elas já estavam trabalhando na época já sozinhas, só com aquela visão mais ambiental.

Continua, enfatizando que as pedagogas não conseguiam ter uma visão mais ampla, prendendo-se basicamente ao meio ambiente. Demonstrou-se que a visão do assistente social vai mais além. Não vê, por exemplo, apenas o lixo na rua, mas as pessoas que o colocam ali. Age, procurando não apenas olhar para aquele lixo, mas para as pessoas. A solução para o lixo o perpassa, e passa necessariamente pelas condições das pessoas. Há uma necessidade de entendimento do contexto, o que o assistente social tem condições de analisar. Diz:

[...] não é uma opção isso; ela não decidiu um dia que ela ia levantar e morar lá naquele lugar, causar um monte de problema ambiental. Não adianta olhar para aquele lixo, tem que olhar para as pessoas.

Continua afirmando ser importante e efetiva. *“Ela se complementa com os outros profissionais. A gente tem visto isto dentro do Projeto Semear.”*

O sujeito 7 também confirma esta importância, como forma de complementar a equipe. “O olhar do assistente social vai surgindo num processo; não tem um lugar em que é só o assistente...”

Continua a se reportar ao assistente social e sua importância no Projeto:

Eu acho que tem sido muito importante, eles têm um papel fundamental, pois eu acho que de todos nós é o que tem uma formação mais voltada para a questão dos direitos humanos, dos estatutos que existem. Sabe, estas questões de cidadania. Eu acho que é o profissional que mais tem formação sobre isto, que mais está de olho nestas questões, em relação a direitos, mesmo...

Entende ser efetiva esta participação:

[...] em alguns momentos eu acho que também assim, como eu vejo o papel deles. Eu acho que podem, a gente acaba trabalhando muito com processo educativo, com abrir processos, e aí eu sinto que o assistente social tem um olhar muito focado, muito objetivo, e às vezes muito técnico, que é uma coisa que diferencia bastante do psicólogo. Eu acho, porque é difícil falar, não são todos os assistentes sociais que são assim, não são todos os psicólogos que são assim, não é? Varia de acordo com a personalidade.

Aponta que o assistente social tem um olhar mais detalhista sobre todas as coisas que acontecem, envolvendo questões mais pessoais, socioeconômicas e até psicológicas. Apenas se perdem um pouco num processo de transformação mais amplo:

Eu acho, dá a impressão de que a formação é mais esta, uma capacidade fantástica de olhar para as pessoas que estão envolvidas e entender a necessidade que estas pessoas têm e como podem orientar, auxiliar, encaminhar soluções. Isto é necessário, fantástico. Mas num processo educativo mais amplo, de transformação, de sensibilização, eu acho que se perdem um pouco. Ou se perdem ou demoram um pouco mais para encontrar o seu espaço.

Termina apresentando um fechamento, até, da importância não somente do assistente social, mas da vitória que foi a inclusão de um projeto social aliado às obras:

E esta visão de como as pessoas estão sendo afetadas pelas obras, por um lado positivo ou negativo, beneficiadas ou prejudicadas, foi o pessoal do serviço social que trouxe, que lutou. E a partir do momento em que existiu o

PAC teve que ser garantido de 1 a 3% do investimento em projetos sociais. Então foi uma luta muito importante, e sua tese é muito importante por isto.

Percebe-se muita coerência entre as falas dos sujeitos e os relatórios das atividades nos anos sob análise.

Durante o ano de 2008, segundo a coordenação do Projeto, ocorreram inúmeras reuniões, mas não houve relato formal para enviar à Caixa Econômica Federal. As reuniões ocorreram com todos os públicos que deveriam ser assistidos, quais sejam: catadores, CRAS, empresas parceiras na cidade, órgãos públicos.

Em 2009 se iniciaram as práticas com estes mesmos públicos, e ao final do ano a geração de um relatório anual.

As atividades do Projeto Semear este ano contaram com diversos avanços e consolidações de atividades dentro dos objetivos do projeto. Foram fechadas novas parcerias e projetos, o que viabiliza um maior alcance e impacto, além de cursos de capacitação para os bolsistas e equipe.

Reuniões com órgãos públicos e empresas privadas como a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, DAE, Prefeitura, Tecnolight, 3M, garantiram uma maior relevância e projetos tanto socioeducativas como de ação. Com as Secretarias Municipais foram realizados ações de educação ambiental em escolas e CRAS, assim como projetos conjuntos de coleta de materiais recicláveis, como o H2Óleo. O DAE atuou de forma muito participativa nas reuniões de acompanhamento do andamento das obras e de conscientização das comunidades que serão afetadas por elas; levando funcionários para garantir a compreensão de todos e mostrando medidas que a população deve tomar para garantir a manutenção das obras.

Uma aproximação com cooperativas garantiu grupos que ajudam na coleta de materiais recicláveis e desenvolvimento deles próprios. Foram desenvolvidas com a Cooper Sumaré reuniões de acompanhamento para uma melhor estruturação e autogestão, visando melhorar a qualidade de vida dos colaboradores. Com os catadores da região Área Cura o trabalho foi de criar uma coletividade para criar cadastro e resgatar a identidade do grupo para que eles pudessem cooperar entre si.

No âmbito de capacitação os bolsistas tiveram extenso treinamento e prática. O que foi aprendido pode ser aplicado em projetos nos CRAS, como a Horta Educativa; o conhecimento deles foi repassado para a comunidade visando uma

educação ambiental e alimentar para as famílias afetadas. Eles participaram de atividades de recuperação de áreas degradadas e como monitores no Horto para os visitantes. Cursos de viveiristas e jardinagem também auxiliam na entrega de resultados do projeto e garantem um aprendizado profissional a eles.

Os bolsistas aplicaram seus conhecimentos em recuperações de áreas verdes, atividades de terrário, reflorestamento e horto, visitas técnicas em locais de recuperação ambiental e estações de tratamento de esgoto.

A prefeitura se mostrou presente, fechando projetos como o Carbon Control para redução de CO₂ liberado pelos prédios público, auxílio aos bolsistas para inserção no mercado de trabalho, vice-prefeito participando de reuniões dos projetos e auxiliando nos pontos em que a prefeitura ajuda na questão de coleta seletiva, além de viabilizar os meios para que eles se concretizem.

Na apresentação das reuniões socioeducativas foram utilizados métodos lúdicos, como teatro, para uma comunicação mais clara. Vale lembrar a presença do DAE para mostrar a importância de se tratar o esgoto e qual o papel do cidadão para que sejam minimizados os problemas nas estações devido ao descarte indevido de dejetos.

A equipe participou de um curso de Educação Ambiental na UNICAMP e contou com participação de externos dentro da realidade do Projeto, trazendo novas ideias e abordagens a serem realizadas e implementadas. Também participou da Conferência Nacional de Meio Ambiente, o que ajudou a criar contatos e fechar parcerias, além de ser parte do projeto para propostas para preservação ambiental.

Um enfoque foi a articulação do Coletivo Educador. O curso na UNICAMP ajudaria nisto; o professor Sandro orientou como funcionaria, sendo ele uma rede que sustentaria as ações do Projeto após o encerramento do mesmo.

Vale ressaltar a avaliação que era passada nas escolas e CRAS que o Projeto Semear atuou. O resultado foi que o Projeto é referência em Educação Ambiental dentro de Sumaré e muito bem avaliado dentro destes ambientes, sendo convidado a fazer novas atividades que se adequem às necessidades e realidade dos locais.

Também em 2010 e 2011, as informações contidas nos relatórios mensais que foram encaminhados à Caixa Econômica Federal são coerentes com a fala dos sujeitos. No Anexo 1, fornecido pelo Projeto, bem como nos Apêndices B e C feitos resumos pela pesquisadora, que foi vivenciado ao longo do ano:

4.3 Síntese da Pesquisa

Sintetizando a pesquisa verificou-se que o primeiro eixo examinado nesta investigação relaciona-se aos benefícios para a população: se a importância do Projeto do Trabalho Técnico Social (PTTS), dentro do PAC em execução atenderam às necessidades econômicas e sociais da população no entorno.

Pela análise das falas, bem como dos relatórios encaminhados para a Caixa Econômica Federal, depreende-se que houve ganho considerável à população. Confirma integralmente o interesse maior dos PACs, de agregar aos projetos o cunho social.

Ao criar, através dos PTTSs, a ação social envolvendo a população dos entornos, torna todo o projeto mais equilibrado, na medida em que podem ter uma ideia mais clara da importância de cada projeto, bem como a necessidade de que sejam efetivamente utilizados e preservados. Ao mesmo tempo, o envolvimento da população torna-os solidários, posto que os leva a entender que são parte do todo. Conseguem, deste modo, entender que por se tornarem solidários, acabam corresponsáveis e, portanto também partícipes da manutenção da integridade das obras e cobradores de eventuais necessidades de reparos e/ou acertos.

Justamente por entenderem a melhoria que a obra traz, com o reforço das ações socioeducativas, faz com que se aproveitem do fato até para terem melhores condições de trabalho. Os cursos, a formação dos educadores e a consequente ação multiplicadora, permitem uma melhora gradativa e interesse no aprendizado, que levam a também melhores condições de trabalho da população dos entornos.

Também os relatos, relatórios e a observação levam a crer na transparência com que os recursos são aplicados, posto que há um efetivo acompanhamento de parte do gestor maior dos projetos, a Caixa Econômica Federal.

Efeitos para o meio ambiente: do mesmo modo, observou-se que as ações socioeducativas contribuíram para o início e crescimento de preocupação, de parte da população do entorno, na manutenção e recuperação do meio ambiente. Assim, ao mesmo em que as obras trouxeram água encanada e a coleta e tratamento dos esgotos, as ações demonstraram que a preservação da estrutura disponível leva a um aumento considerável da qualidade de vida da população.

Nada melhor que levar às áreas até então degradadas uma crescente recuperação do meio ambiente em si.

Para tal, as ações junto aos CRASs, junto ao viveiro, junto às escolas e a citada ação multiplicadora, tornaram mais factível a manutenção e recuperação ambiental.

Contribuição do Serviço Social: também os relatos dos sujeitos, bem como a observação, deixaram clara a contribuição positiva que a participação dos assistentes sociais nos projetos. Dotados de uma condição incomum que sua formação traz, sua capacidade de entendimento das pessoas e facilidade na abordagem criou uma diferença positiva. Integrantes de uma equipe multidisciplinar, a importância dos demais profissionais participantes é muito grande também, mas o Assistente Social se destaca quando se trata do acolhimento social.

No entanto, esta capacidade de abordagem, notadamente neste tipo de população à margem dos processos de inclusão, imprimiu às ações até uma velocidade maior, na medida em que facilitou o acesso às pessoas e o aceite delas em se tornarem participantes ativos.

Observa-se então nesse projeto de Sumaré de que o tripé da sustentabilidade está acontecendo. Percebe-se que o social, o econômico e o ambiental estão caminhando juntos.

CONCLUSÃO

Neste trabalho de pesquisa defende-se a Tese de que o atual modelo de desenvolvimento e crescimento econômico gerou desequilíbrios em escala mundial. Se por um lado priorizou-se o crescimento econômico sob a ótica da doutrina neoliberal, proporcionando avanços e riqueza para a sociedade, por outro trouxe graves consequências, como a má distribuição da riqueza de bens e serviços, assim como a redução da qualidade de vida das pessoas e a degradação ambiental.

Encontrou-se reforço neste sentido em vários autores, como Oliveira, 1996, que prega uma transformação também qualitativa, Tavares e Fiori (1993) tratam da questão econômica brasileira de modo a provocar melhoria na qualidade de vida da população e para Furtado (1968), o desenvolvimento econômico implicaria em distribuição, aumento dos padrões de vida que nem sempre ocorre com aumento do desenvolvimento econômico. Para aquele pensador o aumento da produtividade deve ser acompanhado pelo desenvolvimento social ou por uma distribuição de renda mais justa, equitativa e por uma liberdade política e democrática, por um desenvolvimento sustentável equilibrado.

Pensar em um novo modelo de crescimento e desenvolvimento sustentável significa conciliar desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, ou seja, um modelo que possa contribuir para melhor distribuição da renda, geração de empregos e fortalecimento da democracia.

O desenvolvimento sustentável vai além dos três pilares – Econômico, Social e Ambiental – atingindo outros pilares, dentre os quais estão a Cultura, a Política, que se tornarão efetivos quando houver harmonia entre natureza, homem e trabalho, com desenvolvimento inclusivo, democrático e soberano, ou seja, um desenvolvimento socialmente incluyente, economicamente sustentado e ambientalmente sustentável segundo (SACHS, 2002).

A tomada de consciência ambiental serve para mostrar que o econômico não deve ser discutido sem considerar os impactos ambientais, porque se pode ter crescimento predatório, comprometendo o futuro do planeta.

Para executar ações e alcançar o equilíbrio ambiental, o importante é reconhecer que o Estado também exerce papel fundamental no processo de crescimento e desenvolvimento. Para que haja acordo entre todos os protagonistas – Estado, empresários, sociedade civil organizada e trabalhadores – necessário se faz caminhar juntos.

De acordo com Sen (2000, p. 18), o grande desafio para os países em desenvolvimento é transformar crescimento econômico em desenvolvimento humano sustentável, para que toda a população tenha como objetivo principal o bem-estar, uma vida com melhores condições de educação, segurança, lazer, e principalmente liberdade política e cultural.

Os inúmeros desafios relativos ao Desenvolvimento Sustentável se apresentam como novas expressões da questão social; e, desta forma, constituem também, objeto da profissão do Serviço Social, uma vez que, como novas expressões, um dos caminhos de enfrentamento é a introdução do Desenvolvimento Sustentável na vida da sociedade contemporânea, promovida por novos hábitos e novas relações sociais.

Para que se viabilize, no entanto, faz-se necessário criar condições nos aspectos políticos, ambientais, sociais e econômicos e culturais, uma vez que a sociedade sofre influências e reflexos da globalização e direcionamento do capitalismo, que estimula uma forma de consumo exacerbado.

Ainda hoje, a questão ambiental é vista no Brasil como simples restrição a ser acrescentada ao conjunto de políticas públicas. É insuficiente como expressão de luta social e política a ser discutida em todos os setores da sociedade. E, é desse cenário é que surgem grupos sociais agindo de forma crítica, na tentativa de compreender e formular um ideário sobre a necessidade de proteção ambiental para toda a sociedade.

O desafio discutido na Conferência Rio+20 (2012) sobre a sustentabilidade constitui oportunidade para mudança de um modelo de desenvolvimento econômico, que ora tem dificuldade de incluir o desenvolvimento social e a proteção ambiental plenamente.

Para o autor Sachs (2002, p. 25) “O desenvolvimento não se presta a ser encapsulado em fórmula simples”. Cada país deverá encontrar meio e traçar metas para atingir o Desenvolvimento Sustentável e isso se baseia na interação de todos os atores sociais em busca de um desenvolvimento mais justo e saudável e na qualidade de vida de toda a população.

É sob a perspectiva de desenvolvimento pleno que o governo, por meio da implementação de programas e projetos sociais de cunho macroeconômico, propôs no seu segundo mandato, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 22 de janeiro de 2007, tendo a sustentabilidade e a distribuição de renda

da população brasileira como objetos da parceria entre Estado e sociedade civil organizada. A decisão para procurar conter a expansão exacerbada e irracional dos centros urbanos, resultado da migração de pessoas do campo para as cidades em busca de emprego. Enorme contingente da população, carente também de formação técnica para assumir empregos urbanos, passou a viver em assentamentos precários e informais (BRASIL, 2007a). Acarreta-se dessa forma, a destruição ao meio ambiente, acentuam-se os conflitos de injustiça ambiental, assim como os de injustiça social.

A proposta do governo apresenta um conjunto de políticas econômicas durante o período referenciado, sob a perspectiva de promover o desenvolvimento, através da aceleração da economia e do aumento de empregos, estimulando assim a melhoria das condições de vida da população brasileira.

O Estado assumiu o papel de garantidor e financiador dos espaços de acumulação de capital e foi inaugurado pelo governo do momento. “O Brasil priorizou o crescimento da economia, por meio de programas e projetos que visavam a superação das dificuldades em que se encontrava o país naquele momento.” (BRAZ, 2007, p. 51). É justamente nesta perspectiva que o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC estrutura-se, para buscar resolver os problemas sociais resultantes dos assentamentos precários, com a construção de moradias de caráter social.

A presente tese teve como eixo principal de análise do Projeto de Trabalho Técnico Social em abastecimento de água e esgoto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), programa instituído pelo governo federal e desenvolvido na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, pertencente à Região Metropolitana de Campinas.

No decorrer do trabalho foram entrevistados **três Assistentes Sociais** que exerciam a função de educadores ambientais sociais, sendo um deles Assistente Social da Caixa Econômica Federal, que acompanhava a implantação do Projeto Social, **dois Psicólogos** que exerciam a função de coordenadores e educadores ambientais sociais e **dois Biólogos** na função de educadores ambientais, no Projeto do Trabalho Técnico Social em abastecimento de água no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), executado pela Sociedade Humana Despertar – Projeto Semear II, na cidade de Sumaré/SP. Os participantes

do estudo representavam a totalidade de profissionais que ocupavam seus respectivos cargos no Projeto, exceto o da Caixa Econômica.

As entrevistas foram agendadas por contato prévio, tendo em vista a disponibilidade de cada profissional, e gravadas em meio digital, mediante autorização dos entrevistados, que ocorreu através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, que indicava os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem realizados. Realizou-se o registro das Atas e dos Relatórios, com as principais informações fornecidas pelos profissionais do Projeto Social.

A análise das informações ocorreu através da sistematização e agrupamento das questões que compuseram o roteiro das entrevistas.

A discussão apresenta os principais resultados do estudo, na perspectiva de indicar que a intervenção dos profissionais do serviço social foi de grande valia para o projeto.

O objetivo do Projeto do Trabalho Técnico Social concentrou-se em proporcionar melhor qualidade de vida, para as pessoas que residiam nas áreas onde estão sendo executadas as obras de abastecimento de água e esgoto nos entornos, utilizando-se de forma correta os recursos naturais, com ações socioeducativas que permitissem promover atitudes corretas da comunidade local, em relação ao meio ambiente.

O Trabalho Técnico Social apresentou-se como um meio de intervenção de forma direta e organizada, nas orientações e no acompanhamento das famílias beneficiadas e no processo de formação dessa nova realidade que se apresenta. Estabeleceu-se como uma forma de estreitar as relações sociais de implantação, de participação nos processos de decisão, implantação e manutenção dos serviços, a fim de adequá-los às necessidades da realidade local, promovendo, sobretudo a gestão participativa, que garantiria a sustentabilidade local.

A aplicação do projeto contou com uma equipe de Trabalho Técnico Social, que se desenvolveu junto às famílias, durante e posteriormente às obras realizadas no entorno.

Os projetos sociais em sua maioria permitem a participação de um Assistente Social, e grande foi o nosso interesse em conhecê-los e analisá-los. Percebe-se que a participação de um Assistente Social nestes projetos é valorizada,

e verifica-se a sua efetiva contribuição na implantação e desenvolvimento dos trabalhos socioambientais.

Ao trabalhar a Educação Ambiental no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) de Sumaré, os assistentes sociais planejaram e executaram ações com foco na participação da comunidade, através da aprendizagem. Nesse planejamento percebeu-se que os profissionais levaram em consideração o resgate de saberes e a reflexão com a comunidade, com alternativas para a solução e redução dos problemas socioambientais em questão.

Os profissionais deixaram claro que não existem receitas a serem seguidas, tanto na Educação Ambiental, como na atuação do assistente social. O trabalho é um processo longo e gradativo, mas educativo, e precisa dia a dia ser fortalecido com a equipe multidisciplinar, o que proporciona abordagem diferenciada de educação socioambiental.

Nota-se que o Assistente Social sozinho não percebe todos os processos de degradações existentes na natureza. Para isso foi ideal e necessário compor o trabalho em equipe por meio da união e comprometimento de todos, frente aos acompanhamentos e avaliações que foram realizadas nos entornos. O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) de Sumaré foi composto por educadores ambientais, de várias formações, para que se tivesse visão multidisciplinar.

É importante salientar que as competências das ações do Serviço Social são definidas e embasadas na Lei n.º 8.662, de 07/06/93, onde se destaca em seu artigo 4 item I: “[...] elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.” (BRASIL, 1993).

O trabalho dos Assistentes Sociais torna-se importante junto às políticas públicas e sociais locais, na gestão, nos planos municipais, nos projetos que beneficiam a comunidade. Percebe-se nesses espaços democráticos de gestão social, que existem conselhos gestores e sistemas ligados ao meio ambiente.

Notou-se que o profissional usa como instrumento principal de educador ambiental e intervenção social a mediação, como afirma Gomes, Aguado e Peres (2005, p. 17) que:

[...] a mediação consiste em criar pontes, em guiar as novas formas de relação entre o 'ecológico' e o 'social', entre o ser humano e seu meio, entre o cidadão e a sociedade. Tornaram-se facilitadores de uma nova cultura: a participação social.

Percebeu-se na pesquisa, a existência de laços estreitos entre sociedade civil com o poder público e, nas tomadas de decisões representativas, além de ter por base de estudo o planejamento participativo na gestão social em relação e educação socioambiental, por meio da articulação e coordenação de grupos de trabalho, no sentido de despertar nos atores sociais a preocupação com a educação com o meio ambiente, bem como capacitá-los de forma a prevenir os possíveis problemas ambientais.

Os profissionais envolveram-se com a comunidade em ações socioeducativas e ambientais, para que pudessem contribuir na preservação e conservação do meio ambiente. Essa atitude resultou não só na melhoria da convivência social e comunitária, assim como impactou diretamente na melhoria da qualidade de vida da população, além da contribuição para a geração de renda.

Levou-se em conta a formação social e cultural da comunidade, e dessa forma permitiu conhecer bem a realidade, para apontar novos conceitos que estimulassem uma educação voltada ao ambiente, além da aplicação de modelos e instrumentais de gestão, que visassem um Desenvolvimento Sustentável em todas as práticas sociais trabalhadas, como por exemplo, a questão do lixo, dos entulhos, da coleta seletiva e da separação dos materiais recicláveis, sempre trabalhando com a formação ética, com a ideia de que cada um ajuda o outro quando separa o lixo.

Em relação às escolas municipais e estaduais, de acordo com as falas dos sujeitos, a intenção foi de promover juntamente com seus professores e dirigentes, atividades que sensibilizassem e envolvessem a comunidade escolar, com ações socioambientais nos espaços públicos, levando sempre em consideração a melhoria da comunidade, bem como a saúde e qualidade de vida das pessoas no seu entorno.

Percebeu-se que todas as atividades estavam voltadas para a Educação Ambiental, para a cidadania, como forma de valorização do espaço urbano onde cada aluno reside. Essa integração estimulou mudança de postura nos diversos segmentos da comunidade, em benefício do meio ambiente, e na aplicação de conceitos e de ideias de educação ambiental no cotidiano das pessoas.

O trabalho dos profissionais do projeto social estimulou a criação de parcerias locais, contribuindo para maior envolvimento e participação de toda a comunidade escolar, empresas, órgãos de comunicação social, ONGs e outros, incorporando elementos para que todos os segmentos pudessem adotar a educação ambiental como metodologia.

Percebeu-se que a participação da comunidade nos processos de decisão foi um passo importante rumo ao diálogo e à cooperação, promovendo boa base de educação para a cidadania. As ações concretas desenvolvidas pela comunidade proporcionaram criar consciência de que uma simples atitude individual pode melhorar o ambiente global.

Vale registrar a reflexão sobre a ação do profissional de Serviço Social, que através de sua prática contribui como educador ambiental, numa prática interventiva no âmbito das políticas públicas. Especializado para o trabalho coletivo, sua materialidade se concretiza sempre num processo de trabalho para enfrentar as expressões da questão social.

Seguindo o pensamento de Iamamoto (2004, p. 64-65):

[...] O Assistente Social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais.

A intervenção profissional se dá em vários espaços sócio ocupacionais presentes nas mais variadas manifestações da questão social, com postura ética e criativa, buscando apreender o movimento da realidade. Neste estudo ele desenvolve uma ação de cunho educativo na prestação de serviços, por meio de políticas públicas, para garantir direitos dos segmentos marginalizados pela sociedade subtraídos pelo sistema capitalista.

Martinelli (2009, p. 150), deixa claro que:

[...] o Serviço Social, dentro de uma concepção sócio histórica, é entendido como uma especialização do trabalho coletivo e, sua materialidade acontece na concretização de um processo de trabalho que tem como objetivo enfrentar as inúmeras expressões da questão social.

A pergunta básica do trabalho: **O assistente social esta contribuindo, de modo diferenciado e positivo, nas ações socioeducativas para a recuperação e preservação ambiental do Projeto do Trabalho Técnico Social do Abastecimento de Água no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na cidade de Sumaré/SP?**

Pela análise das falas dos sujeitos ressaltou-se que a contribuição do assistente social foi muito positiva e sua presença deve ser mantida nos projetos sociais.

A importância maior do sucesso do Projeto do Trabalho Técnico Social foi do fato de ter contado com uma equipe multidisciplinar. No entanto, todos os sujeitos deixam claro que os resultados somente foram expressivos pela existência dos assistentes sociais na equipe.

A formação acadêmica do assistente social lhe dá condições especiais para a abordagem de grupos. Conseguem com seu tato aproximar-se e integrar-se às pessoas, de tal sorte que facilitam o entendimento da população de que devem participar ativamente do processo. Demonstram as carências e a necessidade de que as ações devem ser desenvolvidas em conjunto. Auxiliam no repasse à população a necessidade de integração com o processo, pois a obra pretende melhorar as condições de vida de toda a população. Facilitam o entendimento de que devem conhecer melhor a necessidade das obras, bem como devem buscar formação técnica que permita melhorar a condição de trabalho e consequentemente do aumento de renda.

A presença do assistente social na equipe multidisciplinar contribui efetivamente para que os resultados das ações do Projeto do Trabalho Técnico Social sejam mais eficazes.

Ao analisar **os objetivos**, também foi possível verificar seu atingimento.

Partindo do **Objetivo Geral**, de **examinar a contribuição do assistente social no Projeto do Trabalho Técnico Social em Abastecimento de Água dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) executado pela Sociedade Humana Despertar Projeto Semear II na cidade de Sumaré/SP**, também pela análise das falas dos sujeitos e do acima exposto é possível confirmar de que foi efetiva.

O acolhimento no grupo gestor do Projeto do Trabalho Técnico Social de Sumaré foi positivo, o que permitiu inclusive a participação da pesquisadora em

reuniões como observadora. O acesso irrestrito às Atas do período analisado foi franqueado, o que possibilitou confrontar os registros com as falas dos sujeitos.

Assim foi possível o fechamento da análise do processo de forma completa.

Atendo-se aos **objetivos específicos**, destaca-se o primeiro, de **compreender as categorias Desenvolvimento e Crescimento Econômico e seu emprego no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)** e afirma-se que também ocorreu.

Levando-se em conta a mudança ocorrida na realidade daquelas pessoas, certamente há impacto importante do ponto de vista social e ambiental da população do entorno. Sob este prisma, o ganho é geral, para toda a região, posto que leva em conta a melhora do abastecimento de água e tratamento de esgoto, por óbvio de toda a população atingida e não apenas a do entorno.

Analisando o Desenvolvimento de forma mais geral, o olhar se amplia de modo a permitir natureza, homem e trabalho harmoniosamente integrados. Não apenas focar o desenvolvimento, mas principalmente que se realize de modo sustentável. Que permita uma distribuição mais justa de bens e serviços à população.

Para que seja possível, há necessidade de Crescimento Econômico. O esforço que se faz é que este ocorra de modo a contemplar todo o espectro da população, e não somente os mais abastados, que leva à concentração de riqueza. Há que se estimular ações para que haja uma divisão dentre todos os atores.

A invasão de áreas pela população que não consegue acesso a moradias e locais adequados normalmente ocorre em regiões onde causam impactos ambientais importantes. No caso de Sumaré não é diferente, uma vez que acontece junto a áreas de proteção, próximas ou ao lado de rios e nascentes.

Assim, torna possível juntar a necessidade de obras de saneamento básico para a cidade, como um todo, com ações sociais junto à população dessas áreas. Ao mesmo tempo em que as obras ocorrem, o processo de conscientização daquelas pessoas, bem como a melhoria de suas condições de habitação, acontece.

A melhora do saneamento atende a necessidades de fortalecimento do desenvolvimento da região como um todo, enquanto as ações sociais junto à população do entorno permite uma socialização dos resultados positivos das obras físicas.

No **segundo item dos específicos** defrontou-se com a necessidade de apresentar **a importância do serviço social e de suas ações educativas, considerando sua missão e integração nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sobre sustentabilidade**, também confirmamos sua importância.

Na medida em que houve as ações físicas locais, com as obras de saneamento, a população teve como contrapartida uma série de ações socioeducativas, principalmente junto aos CRASs, escolas públicas e bolsistas. Assim é que se buscou trabalhar um princípio de sustentabilidade mais abrangente.

Nas ações junto à população do entorno houve preocupação com a satisfação de suas necessidades básicas, realizando as obras de saneamento. Ao mesmo tempo, as visitas realizadas e os cursos permitiram envolver a população, no sentido em que tivessem a ideia da importância de sua manutenção, não somente para que houvesse melhora de suas vidas, mas na perpetuação das ações a melhora também para as gerações futuras.

Com os cursos e as ações presenciais houve sensibilização quanto à necessidade de preservação do meio ambiente, na medida em que o reflorestamento e o cuidado com o que ainda havia despertou a sensação de dever cumprido. As pessoas passaram a notar que a melhora do meio ambiente permitia melhores condições de vida para todos.

No **terceiro objetivo**, percebe-se que foi possível **demonstrar a importância da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável através das práticas do Assistente Social**. A expectativa confirmada da formação de agentes multiplicadores permitiu o crescimento dos cuidados com o meio ambiente como um todo.

Ao mesmo tempo em que os cursos no viveiro municipal e junto aos CRASs formavam novos elementos voltados para o meio ambiente, as reuniões frequentes com a população buscavam diluir e ao mesmo tempo multiplicar tais ensinamentos. A manutenção dos encontros somente faz com que o respeito ao meio ambiente se fortaleça.

Ao avaliar as contribuições do Trabalho do Técnico Social frente às intervenções que estão sendo realizadas no Projeto Sumaré/SP em Abastecimento de Água no período de 2008 a 2011, verificou-se também se confirmaram e foram importantes.

Estava-se lidando com uma população desprovida, dentre outros mais, de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Utilizavam de água sem qualquer tratamento, tanto de rio quanto de poços e quando muito com o esgoto sendo transportado para fossas, quando não corriam a céu aberto. Certamente a qualidade da água consumida era péssima, causando inúmeros problemas de saúde, para uma população já com sua saúde depauperada.

Caso houvesse apenas a aplicação das obras físicas, certamente pouco haveria de ganho. Obras de saneamento básico ocorrem sob a terra e não causam o impacto desejado na população como um todo.

O Trabalho Técnico Social buscou o envolvimento da população toda, com uma série de reuniões e cursos de capacitação, demonstrando a totalidade da ação. Sua importância na redução dos males causados pela falta de saneamento.

Ao mesmo tempo, também decorrente dos cursos aplicados, como exemplo, a criação das hortas comunitárias, que permitiu não somente uma melhora da alimentação da população do entorno, mas uma possibilidade de comercialização do excedente, como forma de melhorar a vida das pessoas, via geração de renda.

A aplicação dos conhecimentos recebidos nos cursos do viveiro municipal, que levaram à reposição de plantas nas áreas degradadas, bem como ao melhor manejo das ainda existentes. Uma vez conhecedores da importância da preservação, tal conhecimento por certo será levado às gerações futuras.

Reforçou-se que o trabalho e os ganhos foram resultado dos esforços de uma equipe multidisciplinar. Entretanto, como já enfatizado, a presença dos Assistentes Sociais na equipe permitiu ganhos maiores, dada sua sensibilidade no trato com pessoas.

Portanto, o trabalho social visou garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade do PTTS, considerando as especificidades de cada situação e tendo como elemento central a participação da população no entorno das obras.

Desse modo, o trabalho é concluído com caráter socioeducativo. Visou contribuir para a construção do conhecimento dessa população, a partir das relações sociais existentes, sempre norteadas pela busca da melhoria da qualidade de vida e pela prática da cidadania. Todavia, compreendeu-se que o trabalho social somente foi efetivado com qualidade quando houve a mobilização das entidades e a participação ativa e direta da população.

Quanto às **sugestões**, a presente tese não pretende encerrar essa discussão ou esgotar o assunto. Pelo contrário, objetiva-se estimular ações e abrir espaço para que outras propostas permitam sua perenidade, de tal sorte que haja continuidade do debate, que possam, ao mesmo tempo, fortalecer o processo ocorrido e agregar novas ideias.

Apesar de todo o estímulo apresentado pelo Projeto do Trabalho Técnico Social nas mais variadas instâncias, quais sejam, escolas, CRAS, à população em geral, à estrutura de governo local, haverá uma tendência, natural no ser humano, de queda gradual do interesse. As pessoas mudam, as estruturas mudam, os governos mudam, e a continuidade de ações que podem estimular a continuidade dos esforços tende a enfraquecer-se também de modo gradual e contínuo.

As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nada mais são que liberações de ações em infraestrutura, básicas para estimular crescimento do país. Algo que sempre ocorreu e que sempre teve a necessária intervenção estatal. A iniciativa privada pouco ou nada faz neste sentido, embora comecem a aparecer obras originadas por Parceria Público Privada (PPPs). Portanto, mantendo a participação pública.

O que de fato diferencia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é a necessária complementação através do Projeto do Trabalho Técnico Social.

Vale afirmar e reiterar que trouxe novo alento e novas responsabilidades. Afinal, passa a estimular na população, principalmente na mais afetada pelas obras, que responda à cogestão não somente do andamento das obras, mas também de sua continuidade.

Todavia, não há determinação clara para que os grupos gestores do Projeto do Trabalho Técnico Social deem continuidade ao trabalho, buscando estimular de modo contínuo os cuidados necessários, trabalhados no decorrer do projeto.

Além disso, o recorte temporal para análise do projeto tem definição de início e fim, ou seja, prendeu-se ao período de 2008 a 2011. Não foi o bastante para acompanhar a finalização do processo e verificar se efetivamente concretizaram-se todas as ações nele previstas. Tampouco permitiu a checagem da conclusão dos trabalhos e eventual continuidade do acompanhamento.

Assim é que se apresentam algumas proposições, levando em conta a delimitação mencionada e a observação parcial feita em função do período analisado.

1. Sugerir à municipalidade, se não foi feito, a continuidade dos estímulos à população do entorno, com a utilização de equipes multidisciplinares, ainda que não com a mesma composição. Certamente haverá crescimento dos resultados positivos, e ações que possam degradar as obras, quer seja por depredação ou mau uso, serão desincentivadas.
2. Recomendar a conclusão do processo de efetivação da Cooperativa dos Catadores. Pelo recorte feito não houve finalização, por conta da falta de um local adequado para a sede da Cooperativa, de responsabilidade do poder público municipal.

O correto tratamento dos resíduos sólidos é fator preponderante para que haja melhores condições de vida da população. A correta destinação dos mesmos, além de melhorar a qualidade de vida na cidade, é parte importante de um dos pilares do projeto; o de geração de renda.

Há que se lembrar de que o tratamento de resíduos sólidos vai além da reciclagem por catadores, posto que pode, por exemplo, dar destino importante a restos da construção civil. Sabe-se que o tratamento correto de descartes da construção civil, depois de triturados, pode ser empregado nas obras de reparos nas ruas e estradas.

3. Recomendar aos gestores municipais e empresários que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao determinar sua ação conjunta com o Projeto do Trabalho Técnico Social, tenha uma ação duradoura e permaneça, mesmo após a conclusão e entrega das obras.
Há no Brasil uma infeliz tendência de descontinuidade de obras e ações, após alteração de mandatários municipais. Necessário se faz que obras e ações sejam efetivamente tratadas como objetos e objetivos da municipalidade, e não de seu governo.
4. Sugerir a formação de um Conselho Gestor de Trabalhos Técnicos Sociais, municipal, mas de caráter semelhante aos demais conselhos,

que possa administrar a continuidade das ações do Projeto do Trabalho Técnico Social em cada município.

Observou-se que, cada vez mais, há necessidade de investir em programas de educação ambiental para os mais diferentes atores sociais e ambientais. Certamente o Conselho poderia investir na formação dos políticos e técnicos de prefeituras sobre educação ambiental.

Isto viria permitir que o poder público pudesse ser canal aberto de diálogo, facilitando informações e sensibilizando os cidadãos na participação nas decisões locais sobre políticas ambientais e práticas sustentáveis, de forma a poder causar melhor impressão junto aos cidadãos que residem no município.

5. Outra sugestão é a continuidade da educação ambiental proposta pelo autor Guimarães, (2000, p. 34):

[...] propõe a educação ambiental na concepção crítica que visa à transformação dos indivíduos em relação à sociedade. Que as pessoas compreendam o meio social e participem do processo das transformações sociais.

O autor continua:

[...] os problemas socioambientais nas comunidades são os principais motivos de estudo e é através da educação ambiental crítica que compreende-se a complexidade sistêmica do ambiente e até das relações de poder existente no sistema conjuntural e uma forma de levar a população a criar uma compreensão crítica e holística de como funciona o meio ambiente é a educação crítica, a fim de encontrar soluções sustentáveis para os problemas ambientais.

6. Sugerir que as instituições de ensino superior em Serviço Social incluam em sua grade uma disciplina destinada ao ensino sobre Sustentabilidade e Meio Ambiente e na investigação que contribuiu para a necessidade de aprofundar os estudos no âmbito das faculdades de Serviço Social, suscitando novas temáticas e criando disciplinas em seu curso, para melhor informar os alunos sobre políticas ambientais, práticas de sustentabilidade, assim como de educação socioambiental. A formação de profissionais da área que possam direcionar sua ação para o meio ambiente, que tenham na

grade a oportunidade de melhor inteirar-se do assunto, por certo trará ganho importante para a profissão.

O desenvolvimento desta Tese demonstra a importância da participação de profissionais do Serviço Social em equipe multidisciplinar no Projeto do Trabalho Técnico Social. Cada vez mais, há necessidade de apoio multidisciplinar para os projetos que há algum tempo deixaram de ter formatação puramente técnica, de engenharia.

Justifica-se a Tese de que o diferencial do Serviço Social das demais profissões previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) neste presente estudo é o reconhecimento de sua ação profissional enquanto espaço de trocas de experiências e de conhecimento mútuo, que são propiciadas pela descoberta de novas possibilidades de intervenção nos espaços das relações sociais. O Assistente Social utiliza-se de procedimentos técnico-operativos nas diversas situações do seu dia a dia em seu exercício profissional, exercendo sua profissão em distintos espaços sócio ocupacionais.

O Assistente Social ainda compreende o universo onde atua através da dimensão teórico-metodológica no qual a profissão está inserida, assim como, desvenda a realidade social em meio à sociedade capitalista.

A interlocução entre o Assistente Social e a educação ambiental direciona para a construção de práticas educativas que privilegiem a participação da sociedade na busca dos direitos do meio ambiente como para a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ALIGLERI, L. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

ALIROL, P. Como iniciar um processo de integração. In: RIBEIRO, H.; VARGAS, H. C. (Org.). **Novos Instrumentos de gestão ambiental urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

ALVARO, A. **PAC e educação**. 2007. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/pac-e-educacao/13251/>>. Acesso em: 19 set. 2012.

AMARAL, R. G.; COSAC, C. M. D. O terceiro setor e o desenvolvimento sustentável. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n.2, p. 81-106, 2009.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GORZ, A. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, R. O.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

ARANTES, A. Rio+20 desenvolvimento +meio ambiente para melhorar a vida do povo. **Jornal do PCdoB Classe Operária**. São Paulo, ano 85, sétima fase, n. 47, p. 4, jun. 2012.

BACH, J. M. **O futuro da família: tendências e perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília, DF: Líber Livro, 2002.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BAVA, S. C. Democracia e poder local. In: VILLAS-BÔAS, R. (Org.). **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: Pólis, 1994.

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BENEVIDES, M. V. **Democracia e cidadania**. São Paulo: Pólis, 1994.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: São Paulo: Cortez, 2002.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 46-54, 2007.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Comunidades aprendentes. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília, DF: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

_____. (Org.). **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Urbanização de favelas: a experiência do PAC**. Brasília, DF: SNH, 2010.

_____. **Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Brasília, df: Secretaria de Imprensa e Porta Voz, 5 de janeiro de 2007.

_____. Lei n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 28 maio 2013.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 28 maio 2013.

_____. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão do assistente social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jul. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 18 maio 2013.

BRASIL. Lei n. 8.974, de 05 de janeiro de 1995. Regulamenta os incisos II e V do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jan. 1995. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8974.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

_____. Rio +20. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. **Relatório de sustentabilidade Rio+20**. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/?set_language=pt-br>. Acesso em: 31 jul. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. PAC 2- Programa de Aceleração do Crescimento. **Relatório**. Disponível em: <http://imprensaacervo.planalto.gov.br/download/pdf/pac2_relatorio_2.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **PAC 2: o círculo virtuoso do crescimento**. 3º Balanço 2011/2014. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/PAC2/3balanco/pdf/PAC2_ANO1_BALANCO_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012a.

_____. Ministério das Cidades. **Instruções específicas para desenvolvimento de trabalho social em intervenções de urbanização de assentamentos precários**. 2007a. Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/234/instrucoes_especificas_para_de_senvolvimento_de_trabalho_social.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2011.

BRAZ, M. O PAC e o Serviço Social: crescimento para que e para quem? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 91, p. 49-61, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Lucro, acumulação e crise**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável**. Recife: IICA, 1994.

CADERNOS ABONG: O que esperamos dos governos municipais. São Paulo: ABONG, n. 16, p. 37, ago., 1996.

_____. O sistema descentralizado e participativo: construindo a inclusão e universalizando direitos. São Paulo: ABONG, n. 20, p. 23, out., 1997.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caderno de orientação técnica social (COTS).** Programas Setor Público. 2004. Brasília, DF. Disponível em: <https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/publicacao/texto/programa/Cots_setor_publico.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **Caderno de orientação técnico social (COTS).** 2010. Disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br/Download/asp/download.asp>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

CAPRA, F. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1982.

CALDERÓN, A I. Participação popular: uma abordagem na lógica da função governativa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 40, p. 28-39, dez. 1992.

CAMILO, F. ONU apela para que países se esforcem para reduzir a pobreza extrema. 2012. **Observatório de Relações Internacionais.** Disponível em: <<http://neccint.wordpress.com/2012/03/09/onu-apela-para-que-paises-se-esforcem-para-reduzir-a-pobreza-extrema/>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

CARVALHO, M.C. B. (Org). **Família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

CASTRO, M. H. G. Descentralização e política social no Brasil: as perspectivas dos anos 90. **Espaço & Debate**, São Paulo, n. 32, p. 98-104, 1991.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social e a questão urbana no capitalismo contemporâneo.** 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=680>. Acesso em: 1 ago 2012.

CHAUI, M. **Cultura e democracia.** São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1998.

CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1988.

CRESS. Conselho Regional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Coletânea de Leis: Código de Ética Profissional do Assistente Social.** 3. ed. Belo Horizonte, 2001.

COEDUCA. **Relatório da Fase 1 do processo de formação do coletivo educador ambiental de Campinas.** Relatório apresentado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Campinas, 2008.

COPETTI, C. **A justiça ambiental e a sustentabilidade na sociedade de risco: desafios para o direito e para a cidadania**. 2011. 107f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CORDANI, U. G. Ecos da Eco 92 na reunião da SBPC. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6 n. 15, p. 97-102, maio/ago. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000200006&script=sci_arttext> Acesso em: 11 jun. 2013.

COSTA, M. C. C. **Democracia: o que todo mundo precisa saber**. São Paulo: Graal, 1989.

CUNHA, B. C.; GUERRA, J. T. G. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CÚPULA DOS POVOS. **Cúpula dos povos**. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/cupula-dos-povos/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

DAE. Departamento de Água e Esgoto de Sumaré-SP. **Estação de Tratamento de Água (ETA)**. Disponível em: < <http://www2.daesumare.com.br/index.php>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

DALBÉRIO, O. **Os desafios éticos da pesquisa social**. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

DANIEL, C. **Gestão local e participação da sociedade**. São Paulo: Pólis, 1994.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Papirus, 1994.

_____. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DIAS R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, M. R. **A atuação do assistente social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS)**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

DIEESE. **Principais aspectos do Programa de aceleração do crescimento**. jan. 2007. (Nota Técnica, n. 41). Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/4poli/documentos/dieese_nota_tec_pac.pdf> Acesso em: 16 mar. 2012.

DIEGUES A. C. **O mito moderno da natureza intocável**. São Paulo: Hucitec, 1989.

D'ONOFRIO, S. **Metodologia do trabalho intelectual**. São Paulo: Atlas, 1999.

DORNELES, D. F. A prática do assistente social em uma comunidade sustentável: desafios para a sociedade contemporânea. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n.1, p. 123-140, jan./jun. 2000.

DUPAS, G. (Org.). **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FAGNANI, E. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social**. São Paulo: Cortez, 1982.

FAUNDEZ, A. **O poder da participação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FERRARO JÚNIOR, L. A.; SORRENTINO, M. **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília, DF: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

FIORI, J. L. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Ed.. Unicamp, 2006.

_____. **Los límites del desarrollo sustentable**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1999.

_____. O capitalismo e a crise ambiental. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 5, p. 117-125, 2005. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_08.pdf>. Acesso em: 12 maio 2011.

FRANCO, M. C. Educação ambiental: uma questão ética. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 29, p. 11-19, 1993.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 483-486, out./dez. 2004.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília, DF: Plano, 2002.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

_____. **As consequências da modernidade**. Tradução de Kaul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GLIGO, N. **Estilos de desarrollo y medio ambiente en América Latina, un cuarto de siglo después**. Santiago do Chile: CEPAL, 2006. (Medio ambiente y desarrollo)

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOHN, M. G. M. Conselhos populares e participação popular. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 34, p. 65-77, dez. 1990.

GOMES, J. A.; AGUADO, O. V.; PERES, A. G. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: uma conexão necessária**. Campinas: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso um embate**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **M. A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.

GUTIERREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 1999.

HABERMAS, J. P. Crise global contemporânea e barbárie. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LIBERALISMO E SOCIALISMO: VELHOS E NOVOS PARADIGMAS, 1993, Marília. **Anais...** Marília: Ed. UNESP, 1993.

HOGAN, D. J.; VIOLA, E. **Dinâmica demográfica e poluição ambiental**. Campinas: Ed. UNICAMP : Núcleo de Estudos de População, 1987.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1983.

IBGE. **População: censos demográficos: censo 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_sao_paulo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. **Cidades@: dados básicos: Sumaré-SP**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=355240>> Acesso em: 26 out. 2011.

IPEA. **Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano**. Brasília-DF, ago. 2008. (Comunicação da Presidência, n. 7).

JACOBI, P. R. **Descentralização municipal e participação dos cidadãos**. São Paulo: Lua Nova, 1990.

_____. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Recife: SEPLAN, 1998.

JOVCHELOVITCH, M. O processo de descentralização e municipalização no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 11, n. 56, p. 34-49, mar., 1998.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCHÊ, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

KOHLER, M. C. M.; PHILIPPI JR, A. Agenda 21 como instrumento para a gestão ambiental. In: PHILIPPI JR, A; PELICCIONI, M. C. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**, Barueri: Manole, 2005.

LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1983.

LEAL, M. S. **Gestão ambiental de recursos hídricos: princípios e aplicações**. Rio de Janeiro: CPRM, 1998.

LEFF, H. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento Sustentável**. Blumenau: Furb, 2000.

_____. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEHFELD, N. A. S. **O jovem e ciência: a iniciação científica**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 1997.

_____. Aportes metodológicos e pesquisa científica: concepções, dimensões e procedimentos investigativos. In: RODRIGUES, M. L.; NEVES, N. P. (Org.). **Cultivando a pesquisa: reflexões sobre a investigação em ciência sociais e humanas**. 2. ed. Franca: UNESP/FHDSS, 1999.

LEROY J. P., MAIA, K. D., GUIMARÃES, R. P. (Org.). **Brasil século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92**. Fórum brasileiro de ONGs e movimentos sociais para o meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FASE, 1997.

LIBANIO, J. B. **Introdução à vida intelectual**. São Paulo: Loyola, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LÖWY, M. De Marx ao ecosocialismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-liberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes. 1999.

MAR, J. M. **La dominación de América Latina**. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.

MARCATTO, C. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v. 2. L. 1.

_____.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARTINELLI, M. L. Sentido e direcionalidade da ação profissional: projeto ético-político em serviço social. In: BAPTISTA, M. V., BATTINI O. (Org.) **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras, 2009. v. 1.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 9-18, 2008.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MERQUIOR, G. **O liberalismo antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MINAYO, M. C. S. **Teoria, método, pesquisa social e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec ; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MIRANDA, T. M. **PAC - Programa de Aceleração do Crescimento**: avanços na área social e urbana. 2011. Disponível em: <<http://www.aprendemos.com.br/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento-avancos-na-area-social-e-urbana/?loggedout=true>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

MONTIBELLER G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999.

MOURÃO S. L. Pertencimentos. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília, DF: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 1996.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

NOSSO futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Disponível em:

<<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portuguese>>. Acesso em: 23 maio 2012.

ONU. Declaração da ONU sobre meio ambiente. 2011. Disponível em:

<http://vitaecivilis.org/home/index.php?option=com_zoo&view=item&Itemid=145>

Acesso em: 23 maio 2012.

PADUA, E. M. N de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prático.

Campinas: Papirus, 1996.

PARSONS, H. **Marx and Engels on ecology**. London: Greenwood Press, 1977.

PASSAURA, L. A. A família na contemporaneidade e os impactos sociais. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 14, n. 2, p. 197-208, 2005.

PAZ, R. D. O.; TABOADA, K. J. **Diretrizes do Ministério das Cidades para o trabalho social**. mod. 3 Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2010.

_____. **Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. mod. 1-3. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2010. (Curso à distância capacidades).

PEDRINI, A. G. (Org.). **Educação ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PEREIRA, L. **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PEREIRA, N. (Org.). **Cultivando a pesquisa**: reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas. Franca: Ed. UNESP, 1999.

PHILIPPI, J. A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

PIME. Pontifício Instituto Mundo e Missão. Integração cultural e pobreza. **Revista Mundo e Missão**, [s. l.], n. 87, p. 19, 2004. Disponível em:

<http://www.pime.org.br/noticias.inc.php?&id_noticia=4639&id_sessao=1>. Acesso em: 8 maio 2013.

PIMENTEL, R. C. (Ed.) **(Re)descoberta**: a energia no desenvolvimento integrado. Ribeirão Preto: Pimentel, R. C., 2007.

PINTO, A. B. C.; SORRENTINO M. Trabalhos coletivos e educação ambiental para a participação: uma parceria com moradores de Pedrinhas, Ilha Comprida-SP. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, Natal, v. 8, jan./jun. 2002.

Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/14299156/Trabalhos-Coletivos-e-Educacao-Ambiental-para-a-participacao-uma-parceria-com-os-moradores-de-Pedrinhas-Ilha-Comprida-SP>>. Acesso em: 7 jun. 2013.

PNUD. **O PNUD no mundo**. Disponível em:
<<http://www.ihgal.al.org.br/expediente/pnud.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2013a.

_____. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em:
<<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>>. Acesso em: 29 maio 2013b.

PORTO, G., CARLOS, W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **PAC – urbanização do Ribeirão Anhumas e PAC – saneamento do entorno de Viracopos – PTTS Anhumas e Viracopos**. Campinas, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ. **Projeto de Trabalho Técnico Social - Semear I. Ações de esgotamento sanitário - Semear II: Ações de abastecimento de água**. Sumaré, 2007.

_____. **Projeto Semear**. Disponível em:
<<http://www.sumare.sp.gov.br/semear.html>>. Acesso em: 8 out. 2012.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Plano diretor**: diagnóstico. 2006. Disponível em: <<http://www.sumare.sp.gov.br/planodiretor.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. **Mapa do município subdividido em regiões**. Disponível em:
<<http://www.sumare.sp.gov.br/mapas.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A construção da esfera pública no âmbito da política de assistência social**. São Paulo: Cortez, 1998.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

RIZZATTO, N. L. A. **Manual da monografia**: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RODRIGUES, S. C.; SANTANA, V. N.; BERNABÉ, V. L. (Org.). **Educação, ambiente e sociedade**: novas ideias e praticas em debate. Vitória: CST, 2007.

ROMANELLI, G.; BIASOLI, Z. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares**. Campinas, abr. 1999. (Textos para discussão, n. 9). Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/index.php/textos>>. Acesso em: 8 maio 2013.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

RUWER, I. M.; MOREIRA, I. S. Mundo do trabalho, Serviço Social e desenvolvimento sustentável. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADE, 7., 2010, Marília. **Anais...** Marília: Ed. UNESP, 2010. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Leia_Maria_Erich_Ruwer_Ines_da_Silva_Moreira_Mundo_do_Trabalho_Serviço_Social_e_Developmento_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 27 maio 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente e trabalho decente para todos**. Documento preparado para a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização. OIT. Brasília, DF: Garamond, 2002.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____; NASCIMENTO, E. P.; VIANNA, J. N. (Org.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SANTOS, C. C.; COSTA, A. B. Potência de ação. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília, DF: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

SANTOS, R. **Serviço Social e meio ambiente**. 2007. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SABBAGH, R. B. **Gestão ambiental**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2011. (Cadernos de Educação Ambiental, 16). Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/2011/10/16-GestaoAmbiental.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Agenda 21 de 1997**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1997.

SAUVÉ, L. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago., 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEQUINEL, M. C. M. **O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba**: um estudo de caso. Florianópolis, 2002. 108 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SINGER, P. **Desenvolvimento: significado e estratégia**. Brasília, DF, maio 2004. (Texto para discussão). Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentoestrategica.pdf> Acesso em: 11 jun. 2013.

SILVA M, G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMONSEN, M. H. **Brasil 2001**. Rio de Janeiro: Apec, 1969.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-289, maio/ago., 2005.

SOUZA, M. M. C. **A importância de se conhecer melhores as famílias para a elaboração de políticas públicas sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

SPOSATI, A. et al. **Políticas sociais brasileiras**. São Paulo: Cortez, 1987.

SUAPESQUISA. **Rio+20**. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/rio20.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **(Des) ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TONSO, S. Cardápio de aprendizagem. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. V. 1.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUROLLA, F. A. **Política de saneamento básico: avanços recentes e opções futuras de políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2002.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura. **Década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento Sustentável, 2005. Documento final do plano internacional de implementação**. Brasília, DF: UNESCO : Orealc : Ed. PUC/RS, 2005.

UNESCO Brasil. **Desafios e estratégias**. Brasília, DF: UNESCO, 1999. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131540porb.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2013.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIEIRA, E. A. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 61-69, mar., 1997.

VIEIRA, E. A. **Democracia e política social**. São Paulo, Cortez, 1992.

VIEIRA, P.F.; RIBEIRO, M. A.; FRANCO, R. M. et al. **Desenvolvimento e meio ambiente**: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R.; VIERA, P. F. et al. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez: Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WARDE, M. J. **Os condicionantes sociais da oposição entre teoria e prática na educação brasileira**: a política de profissionalização do ensino de 2º grau. São Paulo: Ed. PUC, 1976.

WIKIMAPIA. **Área Cura**: Sumaré-SP. Disponível em:
<<http://wikimapia.org/16962829/%C3%81rea-Cura>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento territorial endógeno**: conceitos, dimensões e estratégias. Florianópolis: SEaD : Ed. UFSC, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário de entrevista com os sujeitos no Projeto de Trabalho Técnico Social da cidade de Sumaré/SP, executado pela Sociedade Humana Despertar Projeto Semear II.

1) Identificação dos sujeitos

Nome:

Cargo:

Profissão:

Tempo de vínculo com o Projeto Social:

Como se filiou ao projeto:

Primeira categoria: Benefícios para a população: A importância dos projetos PTTS – Projetos de Trabalho Técnico Social dentro do PAC – em execução para atendimento às necessidades econômicas e sociais da população.

2) A população tem se beneficiado em relação ao que os projetos sociais propõem do ponto de vista econômico e social?

3) Como você percebe a melhoria das condições de vida da população no entorno depois do projeto social na qualidade de geração de renda da comunidade?

4) Em sua opinião, enquanto Assistente Social existe transparência na aplicação dos recursos públicos nos projetos sociais?

Segunda categoria: Efeitos no Meio Ambiente: Os projetos PTTS – Projetos de trabalho Técnico Social dentro do PAC – em questão contribuem para uma ação sócio educativa na recuperação e preservação do meio ambiente.

5) Na sua opinião as propostas do projeto social estão estimulando a população a aderir a práticas de sustentabilidade através da educação socioambiental?

Terceira categoria: Contribuição do Serviço Social: Se o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nos projetos tem contribuído para a importância das questões socioambientais em meio aos problemas enfrentados.

6) O papel do Assistente Social é fundamental na composição dos projetos voltados para a visão ambiental e como tem sido sua atuação no Projeto de Trabalho Técnico Social de Sumaré?

APÊNDICE B - Resumo do Relatório Anual de acompanhamento do Projeto do Trabalho Técnico Social, Semear II, no Programa de Aceleração do Crescimento. De janeiro a dezembro de 2009.

As atividades do Projeto Semear Projeto do Trabalho Técnico Social Sumaré no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, este ano contaram com diversos avanços e consolidações de atividades dentro dos objetivos do projeto.

Foram fechadas novas parcerias e projetos, o que viabiliza um maior alcance e impacto, além de cursos de capacitação para os bolsistas e equipe.

Reuniões com órgãos públicos e empresas privadas como a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, DAE, Prefeitura, Tecnolight, 3M, garantiram uma maior relevância e projetos tanto socioeducacionais como de ação.

Com as Secretarias Municipais foram realizadas ações de educação ambiental em escolas e CRAS assim como projetos conjuntos de coleta de materiais recicláveis, como o H2Óleo.

O DAE atuou de forma muito participativa nas reuniões de acompanhamento do andamento das obras e de conscientização das comunidades que serão afetadas por elas; levando funcionários para garantir a compreensão de todos e mostrando medidas que a população deve tomar para garantir a manutenção das obras.

Uma maior aproximação com cooperativas garantiu grupos que ajudam na coleta de materiais recicláveis e desenvolvimento deles próprios. Foi desenvolvido com a Cooper Sumaré reuniões de acompanhamento para uma melhor estruturação e autogestão, visando melhorar a qualidade de vida dos colaboradores. Com os catadores da região Área Cura o trabalho foi de criar uma coletividade para criar cadastro e resgatar a identidade do grupo para que eles cooperem entre si.

No âmbito de capacitação os bolsistas tiveram extenso treinamento e prática. O que foi aprendido pode ser aplicado em projetos nos CRAS, como a Horta Educativa; o conhecimento deles foi passado para a comunidade visando uma educação ambiental e alimentar para as famílias afetadas. Eles participaram de atividades de recuperação de áreas degradadas e como monitores no Horto para os

visitantes. Cursos de viveiristas e jardinagem também auxiliam na entrega de resultados do projeto e garantem um aprendizado profissional a eles.

Os bolsistas aplicaram seus conhecimentos em recuperações de áreas verdes, atividades de terrário, reflorestamento e horto, visitas técnicas em locais de recuperação ambiental e estações de tratamento de esgoto.

A prefeitura se mostrou bastante presente fechando projetos como o Carbon Control para redução de CO₂ liberado pelos prédios público, auxílio aos bolsistas para inserção ao mercado de trabalho, vice-prefeito participando de reuniões dos projetos e auxiliando nos pontos em que a prefeitura ajuda em questão de coleta seletiva e, viabilização dos meios para que eles se concretizem.

Na apresentação das reuniões socioeducacionais foram utilizados métodos lúdicos como teatro para uma comunicação mais clara. Vale lembrar a presença do DAE para mostrar a importância de se tratar o esgoto e qual o papel do cidadão para que sejam minimizados os problemas nas estações devido ao descarte indevido de dejetos.

A equipe participou de um curso de Educação Ambiental na UNICAMP e que contou com participação de externos dentro da realidade do Projeto trazendo novas ideias e abordagens a serem realizadas e implementadas. Também participou da Conferência Nacional de Meio Ambiente o que ajudou a criar contatos e fechar parcerias além de ser parte do projeto para propostas para preservação ambiental.

Um enfoque foi a articulação do Coletivo Educador. O curso na UNICAMP ajudaria nisto; o professor Sandro orientou como funcionaria, sendo ele uma rede que sustentaria as ações do projeto após o encerramento do mesmo.

Vale ressaltar também a avaliação que era passada nas escolas e CRAS que o Projeto Semear atuou. O resultado foi que o Projeto é referência em Educação Ambiental dentro de Sumaré e muito bem avaliado dentro destes ambientes, sendo convidado a fazer novas atividades que se adequem às necessidades e realidade dos locais.

APÊNDICE C - Resumo do Relatório Anual de acompanhamento do Projeto do Trabalho Técnico Social, Projeto Semear II, no Programa de Aceleração do Crescimento. De janeiro a dezembro de 2011.

As atividades do Projeto Semear este ano tiveram um foco muito forte na criação e desenvolvimento do coletivo educador ambiental de Sumaré, além de Educação Ambiental à bolsistas, auxílio na criação da Cooperativa de catadores na Área Cura (Cooperativa Planeta Terra) entre outros pontos.

O coletivo educador foi bem estruturado ao longo do primeiro semestre através de encontros mensais dos participantes onde traziam à discussão o que almejavam do projeto; buscaram embasamento em literatura e casos de sucesso (COEDUCA, entre outros do país).

A partir disto formularam o Cardápio de Aprendizagem que é feito de “Pratos Obrigatórios” e “Pratos Opcionais” que são itens que o interessado em se tornar um Educador Ambiental precisa cumprir. Junto a isso, também foi elaborado o Projeto Político Pedagógico (PPP).

No segundo semestre o Projeto educador de Sumaré, dá início às suas atividades no fim de agosto baseadas no Cardápio já citado resultando em sucesso nos itens passados.

Os bolsistas neste ano desempenharam um papel bem forte no projeto. O trabalho deles teve como plano de fundo o estímulo à autonomia de cada um deles no futuro. Além dos muitos treinamentos e práticas, por vezes separadas em temas e elaboração de um jornal informativo, eles acompanham os técnicos dos projetos em várias atividades a fim de adquirir mais conhecimento ou dar suporte.

Pode-se citar a criação da horta educativa da APAE, educação socioambiental ministrada pelo MNCR – Movimento Nacional dos Catadores Recicláveis, visita à Área Cura para conhecer os catadores e participação no IV Workshop de Professores em abril.

O processo de criação da Cooperativa Planeta Terra foi bem conturbado. No início, com catadores engajados e ajuda do MNCR, foi possível criar em pouco tempo o Estatuto da Cooperativa e eleger uma diretoria.

Além, o grupo conseguiu o protocolo de constituição e foi recebendo do treinamento adequado para os passos a serem seguidos, como mapeamento da área de cobertura e otimização dos catadores para cobrir mais espaço. Os maiores

problemas ocorreram para se conseguir um local para ser feita a triagem dos materiais recolhidos.

O local inicialmente proposto acabou sendo inviável sendo escolhido no fim um espaço atrás do CRAS para ser erguido o galpão. No momento as obras de um galpão provisório se encontram em andamento e esperando verbas para serem concluídas.

Paralelamente a isto, os membros do Projeto Semear estavam acompanhando as reuniões do Consórcio Municipal de Manejo de Resíduos Sólidos a fim de garantir que o plano de coleta seletiva fosse considerado no Plano Intermunicipal de Manejo de Resíduos, utilizando do MNCR para mostrar como as cooperativas são efetivas, deixando como exemplo a de Área Cura.

Houve uma tentativa de elaborar um projeto de inclusão produtiva de catadores de materiais recicláveis, porém isto seria feito através de uma máquina desenvolvida na POLI-SP que no fim não atendia às expectativas do projeto.

A equipe técnica passou por capacitações ao longo do ano. Houve a disciplina de Educação Ambiental na UNICAMP ministrada pelo professor Sandro, o Encontro Municipal de Meio Ambiente de Sumaré (com presença de catadores da Planeta Terra), seminário do COEDUCA, o IV Workshop de professores.

ANEXOS

ANEXO A - Resumo do Relatório Anual de acompanhamento do Projeto do Trabalho Técnico Social, Projeto Semear II, no Programa de Aceleração do Crescimento de janeiro a dezembro de 2010.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL
Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social
PROJETO SEMEAR – 3854-8031



7. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA

O Projeto Semear possui o desejo de atuar em processos de médio e longo prazo, todas as suas ações vão nesse sentido, como, por exemplo, a participação no Consórcio Intermunicipal Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. As oficinas têm proporcionado capacitação para a equipe e a possibilidade de participação na criação de políticas públicas para melhor destinação dos resíduos sólidos, bem como para a inclusão de catadores. Como entre os objetivos do Projeto Semear está o desenvolvimento de ações para destinação adequada de resíduos sólidos, incentivo à coleta seletiva e fortalecimento do associativismo entre os catadores. O surgimento de políticas públicas que ajudem a promover e manter estas ações facilita o processo de desenvolvimento do projeto. Essa participação auxiliou na construção de uma visão diferenciada em relação aos catadores, no que diz respeito à inclusão social, ambiental e econômica destes trabalhadores, servindo como suporte para ações mais efetivas em direção à organização de catadores do município. Nesse sentido, com a contratação de mais duas técnicas estamos dando ênfase às ações de organização dos catadores, o que acreditamos, favorecerá as ações do Projeto Social do Galpão de Triagem. Os encontros com catadores de materiais recicláveis foram planejados visando resgatar a cidadania através da organização dessa categoria e reconhecimento do trabalho desenvolvido por eles, que aqui engloba não apenas os serviços prestados para a limpeza pública, mas também o seu papel como educadores ambientais. A equipe sempre teve como norteador o desejo de respeitar profundamente o outro, reconhecendo que essa população, assim como todos excluídos sociais, possuem uma cultura que é paralela e não inferior, como bem colocou Frei Beto. As ações desenvolvidas dentro do grupo de catadores, também proporcionou a visita na Associação Renascer em Campinas e a Expocatadores, onde recebemos do próprio Presidente Lula um dos maiores exemplos de respeito aos saberes, competências e direitos alheios, quando falou em nome dos catadores: "Não estamos pedindo favor, mas sim pedindo um direito". Essas reuniões já nos permite vislumbrar com entusiasmo a constituição de uma associação de catadores que promova a inclusão social, protagonismo e cidadania e, como será importante a participação deles (catadores) no Coletivo Educador. É um processo que flui a partir da confiança que temos nas pessoas.

Outra atividade importante do Projeto Semear é a construção do coletivo Educado Ambiental do Município, que tem por princípio unir os esforços de educadores da área acadêmica e de educadores populares, uma vez que entendemos que a capacitação da comunidade com formação de educadores ambientais populares, trará mais benefícios do que ações isoladas. Essa constituição do Coletivo também se mostrou um processo bastante importante para nortear as futuras ações de Educação Ambiental no município. Ser o facilitador deste processo tem sido uma oportunidade de crescimento para a equipe, que complementou as ações localizadas, com ações mais abrangentes, conquistando parcerias e envolvendo todo o município numa visão de educação ambiental crítica, emancipadora e inovadora. O Coletivo Educador é o passo seguinte a tudo o que já foi feito no município em termos de educação ambiental pelos diversos projetos que atuam ou atuaram na comunidade e nas escolas. Ao olhar para ele poderá se perceber o panorama das principais questões socioambientais do município a partir do olhar da comunidade, como também vislumbrar soluções a partir da sua expectativa. Isso pode ser muito válido até para o Governo Municipal. Somam-se a este esforço os Coletivos Jovens iniciados em parceria com escolas estaduais que também serão estendidos aos CRAS através do ProJovem.

Durante as reuniões do Coletivo Educador, surgiu a necessidade de promover um evento em horários diferentes dos das reuniões, para ampliar a divulgação das ações, então no mês de novembro foi realizado o "Encontro de Educação e Meio Ambiente", que foi um marco decisivo para o fortalecimento das parcerias e propósitos do Coletivo Educador Ambiental de Sumaré. Este evento possibilitou o início de um Mapeamento Socioambiental do município, localizador de instituições que atuam (ou tem a intencionalidade de atuar) com Educação Socioambiental no município. Entre outras coisas, o encontro teve o privilégio de resgatar lembranças, histórias vividas no município de Sumaré, repletas de afetividade. Percebemos como pudemos contribuir através deste evento para o sentimento de valorização do território e pertencimento dos seus moradores.

A equipe teve a oportunidade de participar do curso "Educação, Cultura e Ambiente", com o educador Carlos R. Brandão (Instituto Paulo Freire) no qual foi possível perceber a importância de se compreender a cultura local como resultado de um processo histórico, traduzido nas normas e hábitos cotidianos das pessoas. Esta compreensão é fundamental para a Educação Ambiental crítica, que se propõe a provocar

Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social
End.: Av. Brasil, nº 1111 – Nova Veneza – CEP 13.177-310 – Sumaré/SP
Centro Administrativo de Nova Veneza
Telefone: (19) 38548113 – e-mail: nms.smas@deskton.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL
Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social
PROJETO SEMEAR – 3854-8031



mudanças no relacionamento das pessoas e entre elas e o ambiente em que tecem suas vidas. Trabalhar com a proposta do Coletivo Educador Ambiental e com os Catadores de Materiais Recicláveis exige este olhar para a cultura, na busca de compreensões sobre o cotidiano e as lacunas que permitem a construção de novos olhares e atitudes (rumo a uma cultura mais ecológica, solidária, democrática e humanista). Sobre esta busca, Carlos R. Brandão lembrou-nos: "Uma árvore cai com grande estrondo, mas ninguém ouve a floresta crescer" (Provérbio do Senegal).

Como já temos destacado a constituição do Coletivo Educador Ambiental e a Mobilização dos catadores da Área Cura para constituição de uma cooperativa, centralizam a maioria dos objetivos e ações do Projeto Semear. Conforme sugere Paulo Freire, é importante ao educador que tome um distanciamento da prática para poder refletir criticamente sobre ela. É pensando sobre a prática de ontem e de hoje que poderemos melhorar as próximas e produzir um discurso teórico que seja tão concreto, que se confunda com a própria prática. A assessoria que temos recebido do Prof. Sandro Tonso e as contribuições de participantes do Coletivo Educador Ambiental têm auxiliado a equipe a olhar constantemente para as suas práticas, não para corrigir erros, pois o que não deu certo hoje, na verdade pode não ser um erro, mas se constitui no início de um trabalho que deve ser continuado na próxima atividade prática. O que mais nos satisfaz é a constatação que essas importantes contribuições têm vindo de participantes de diferentes classes sociais e diferentes idades, confirmando que todas as pessoas possuem um saber, nós é que precisamos dar ouvidos. Também em relação à mobilização de catadores, o olhar para a prática, com a contribuição dos próprios catadores, tanto os de Sumaré como do MNCR, nos prova que não precisamos fazer nada para eles, tudo pode ser construído por eles. O reconhecimento desses trabalhadores e a recusa ao assistencialismo conforme proposto pelo MNCR exige um olhar para eles, não como pessoas mendicantes, mas como sujeitos de direitos. Se nossa aproximação for de piedade, nossa prática será assistencialista, se for fria e distante, nossa prática será puramente pedagógica, de quem "sabe tudo" e deve ensinar quem "não sabe nada". Contudo, se nossa aproximação for humanista, de confiança no ser humano, o potencial emerge e a prática será mais deles do que nossa. Assim, no desenvolvimento do projeto e concretização de todos os seus objetivos, temos aprendido que nossa maior contribuição pode ser a articulação da rede de contatos e parcerias, reconhecendo que todos têm capacidade para fazer, não precisamos dá-la, só não podemos tirá-la. O desenvolvimento de todas as atividades sempre nos dá a certeza de que a valorização do saber do outro é a principal via para conquistar parcerias e fortalecer a autonomia e o caráter democrático de um grupo. Nesse sentido, a preparação de cada atividade incorpora primeiramente os diferentes saberes da equipe multidisciplinar do projeto. Ao ser colocada em prática, a atividade é complementada com tudo o que é oferecido pela população atendida, resultando em reflexões e ações de grande relevância para todos os envolvidos. Essa maneira diferenciada de atuar possibilita visualizar nitidamente os ganhos que todos conquistam: o envolvimento responsável e ativo dos bolsistas do projeto, a motivação e o empenho dos participantes do Coletivo Educador Ambiental de mudar a realidade local por meio de ações socioeducativas e do desejo em tornar o trabalho dos catadores de materiais recicláveis reconhecido pela população através das ações do poder público.

Dezembro, 31 de dezembro de 2010.

ANEXO B - Lei Ambiental n. 9.795 de 27 de Abril de 1999



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.

Mensagem de Veto
Regulamento

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

I - capacitação de recursos humanos;

II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;

III - produção e divulgação de material educativo;

IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15. São atribuições do órgão gestor:

I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 17. A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;

II - prioridade dos órgãos integrantes do Sisnama e do Sistema Nacional de Educação;

III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o *caput* deste artigo, devem ser contemplados, de forma equitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

Art. 18. (VETADO)

Art. 19. Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999; 178^o da Independência e 111^o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

José Sarney Filho

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu,

_____,
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Serviço Social e Meio Ambiente: A contribuição do Assistente Social em Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.** O projeto de pesquisa será conduzido por **Inês da Silva Moreira**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **Claudia Maria Daher Cosac**, pertencente ao quadro *docente* **Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp/C. Franca**. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: (Tese de Doutorado) observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e descrição. **A proposta deste estudo tem como objetivo examinar a contribuição do Assistente Social de modo diferenciado e positivo nas ações socioeducativas no Projeto de Trabalho Técnico Social em Abastecimento de Água dentro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, executado pela Sociedade Humana Despertar - Projeto Semear II na cidade de Sumaré/SP.** Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de

 Assinatura do participante

1

 Pesquisador Responsável

Nome: Inês da Silva Moreira

Endereço: Estrada Municipal do Roncágua, 450 – Casa 474 – Roncágua - Valinhos São Paulo

Tel: 19 3929-6494

E-mail: inesilva12@gmail.com

Orientador

Prof. (a) Dr. (a) Claudia Maria Daher Cosac

Endereço: Rua Garibaldi, 806 – apto 501 – Centro - Ribeirão Preto/São Paulo

Tel: 16 3234-1615

E-mail: claudiacosac@hotmail.com